



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**Centro Tecnológico**

**Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental**

**Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental**

**Planejamento de Bacias Hidrográficas**

**ÁTILA KAISER COUTINHO**

**Parque Municipal da Galheta em Bombinhas/SC: Uma Avaliação das Características e  
Percepções dos Visitantes e da Comunidade da Praia de Bombas.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Título de Mestre em Engenharia Ambiental, na Área de Planejamento de Bacias Hidrográficas.

**Orientador: Prof.º Dr.º César Augusto Pompêo**

**Florianópolis  
Santa Catarina  
Setembro - 1999**

**PARQUE MUNICIPAL DA GALHETA EM BOMBINHAS/SC. UMA AVALIAÇÃO  
DAS CARACTERÍSTICAS E PERCEPÇÕES DO VISITANTE E DA COMUNIDADE  
DA PRAIA DE BOMBAS.**


**ÁTILA KAISER COUTINHO**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de


**MESTRE EM ENGENHARIA AMBIENTAL**

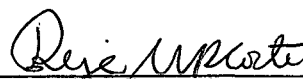
na Área de Planejamento de Bacias Hidrográficas.


Aprovado por:

  
Prof. Armando Lisboa, MSc.

  
Marta Tresinari Bernardes Wallauer, MSc.

  
Prof. Sandra Sulamita Nahas Baasch, Dr.<sup>a</sup>

  
Prof. Rejane Helena Ribeiro da Costa, Dr.<sup>a</sup>  
(Coordenadora)

  
Prof. César Augusto Pompêo, Dr.  
(Orientador)

FLORIANÓPOLIS, SC – BRASIL  
SETEMBRO/1999

" E tu América, tem calculado bem a sua conta para o presente ?  
As luzes e sombras do seu futuro, são boas ou más ?  
Pense nos teus meninos e meninas, no professor e na escola ".

Tradução livre de WHITMAN

Dedico este trabalho

ao Amany

fonte de inspiração e amor

e às crianças da praia de Bombas,

todas o futuro consciente e orgulhoso da biodiversidade catarinense e do Brasil.



## **Agradecimentos**

Às pessoas que trabalham com a preservação e conservação da biodiversidade brasileira.

Aos grupos comunitários da praia de Bombas e Bombinhas pelo conhecimento.

À Associação de Amigos e Moradores da Praia de Bombas pela confiança.

Ao Professor Doutor César Augusto Pompêo pela orientação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental e Laboratório de Drenagem Urbana da UFSC pela viabilidade.

Aos amigos do Planejamento de Bacias Hidrográficas; Cláudio, Édio, Emílio, Luís, Martha, Podalyro e Thyrza pelas tempestades cerebrais.

Aos professores César Pompêo, Luís Filipe, Beate Frank, Sandra Baasch, Daniel Silva e Marcus Pollete pela lição.

À banca examinadora, Martha Walauer - IBAMA, Sandra Baasch - Centro Tecnológico e Armando Lisboa - Centro Sócio Econômico da UFSC pela discussão.

À Procuradoria Geral da República em Santa Catarina pela indicação.

Ao Fernando Luis Diehl, CTTMar-Univali pela indicação.

Aos meus pais Roberto e Bárbara pelo amor e compreensão incondicionais.

Aos meus irmãos Paulo e Lara pelo exemplo de vida.

Aos amigos oceanógrafos, Hugo Zecchin, José Matarezi, Luiz Eduardo Bonilha, Luiz Henrique Fabris, Marcelo Ribeiro e Marlova Intini pela solidariedade e apoio nos momentos difíceis.

Aos amigos das Bombas; Carlos, Luís, Paulo, Júnior, pela perseverança durante as jornadas de trabalho e luta política.

Ao Camilo, Raul e Ieia pela oportunidade.

À Guidaí, pela vida por mim vivida.

## Sumário

Lista de Figuras	viii
Lista de Tabelas	ix
Resumo	x
Abstract	xi
Abreviações e Siglas	xii
<b>1. Introdução</b>	<b>1</b>
1.1. Considerações Sobre a Trajetória da Pesquisa	1
1.2. Objetivos da Pesquisa	6
1.3. Justificativa Teórica e Prática	8
<b>2. O Caso da Comunidade de Bombas e o Parque Municipal da Galheta, Bombinhas, SC</b>	<b>11</b>
2.1. Caracterização Ambiental de Bombinhas	11
2.1.1. Antecedentes Históricos	11
2.1.2. Características Físicas	15
2.1.3. Características Geográficas	18
2.1.4. Características Demográficas	22
2.1.5. Características Educacionais	26
2.1.6. Características da Vida Política, Social e Econômica	27
<b>3. Revisão da Bibliografia</b>	<b>35</b>
3.1. Planejamento Participativo	36
3.1.1. Participação e a Administração Pública	36
3.1.2. Participação e o Planejamento	37
3.1.3. Avaliação da Participação	38
3.1.4. Dilemas da Participação Comunitária	38
3.1.5. Mecanismos e Pré-Condições da Participação Comunitária	39
3.1.6. Modelo Institucional do Planejamento Participativo	39
3.2. Percepção da Qualidade Ambiental	41

3.2.1. Modelo de Percepção Ambiental	42
3.2.2. Psicologia Ambiental	46
3.2.3. Percepção da Paisagem	47
3.2.4. Estudos de Percepção Ambiental e da Paisagem	48
3.3. Economia Ecológica e a Conservação como Assunto Público	50
3.3.1. Valoração Econômica do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais	52
3.3.2. Elementos para Economia de Áreas Protegidas e/ou Unidades de Conservação	53
3.3.3. Complexidade da Conservação	57
<b>4. Metodologia</b>	<b>61</b>
4.1. Caracterização do Lugar de Estudo	61
4.1.1. Descrição do Lugar de Estudo	61
4.2. Levantamento de Dados e Trabalho de Campo	61
4.2.1. Forma da Entrevista	62
4.2.2. Contagem e o Fluxo dos Visitantes e o Meio de Transporte	62
4.2.3. Observação das Atividades dos Visitantes	62
4.2.4. Mapeamento do Parque Municipal da Galheta	62
<b>5. Resultados e Discussão</b>	<b>64</b>
5.1. Produção da Praia de Bombas	64
5.2. Pontos de Inflexão de Bombas e Bombinhas	64
5.3. Estrutura Social de Bombas	66
5.4. Formas de Apropriação do Solo, Bens e Serviços, os Canais de Circulação dos Fluxos Econômicos e o Meio Ambiente em Bombas	69
5.5. Parque Municipal da Galheta	74
5.5.1. Fluxo, Valoração por Entrevistas, Preferências e o Comportamento dos Visitantes	74
5.5.1.1. Avaliação do Fluxo dos Visitantes	74
5.5.1.1.1. Aspectos Relevantes Associados à Contagem	74
5.5.1.2. Avaliação da Identificação e as Características Sócio-Econômicas dos Visitantes	80
5.5.1.2.1. Aspectos Relevantes Associados à Entrevista	80
5.5.1.3. Avaliação das Preferências dos Visitantes	85

5.5.1.4. Avaliação Preliminar dos Valores e a Disposição a Pagar dos Visitantes	92
5.6. Aspectos Relevantes Associados à Unidade de Conservação do Parque Municipal da Galheta	97
<b>6. Considerações Finais</b>	<b>107</b>

## **Referências Bibliográficas**

### **Anexos**

1. Proposta Preliminar de Implantação da Unidade de Conservação do Parque Municipal da Galheta
2. Projeto de Lei de Iniciativa Popular 001/93: Dispõe sobre a Criação do Parque Municipal da Galheta
3. Lei 97/94: Dispõe sobre a Criação do Parque Municipal da Galheta
4. Questionário Aplicado para a Valoração por Entrevistas

## Lista de Figuras

1. Localização de Bombinhas e da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo no litoral centro norte de Santa Catarina	16
2. Corredor de fauna da borda sul do Parque Municipal da Galheta	18
3. Pessoas residentes por situação do domicílio, segundo o sexo e os grupos de idade em Bombinhas, SC	24
4. Pessoas de 4 anos ou mais de idade, residentes em Bombinhas por gênero, segundo a residência em (9/91)	25
5. Pessoas de quatro anos ou mais não residentes em Bombinhas em (9/91) por região onde residia	25
6. Pessoas residentes em Bombinhas de 4 anos ou mais de idade, frequência à escola, e os grupos de idade	26
7. Pessoas residentes em Bombinhas que freqüentam escola por gênero segundo o grau da escola	27
8. Eleitores por comunidade em Bombinhas, SC	28
9. Categorias de legislação (% relativa) na fundamentação dos laudos técnicos pela diretoria do meio ambiente da prefeitura municipal de Bombinhas, 1993/94	31
10. Categorias de recomendação (% relativa) nos laudos técnicos pela diretoria do meio ambiente da prefeitura municipal de Bombinhas, 1993/94	32
11. Evolução do pib municipal per capita de Bombinhas, 1993/97	33
12. Modelo simplificado de percepção ambiental	43
13. Elementos constituintes das características do indivíduo ou grupo no sistema de utilização pelo homem no modelo de percepção ambiental	45
14. Elementos constituintes da experiência do indivíduo ou grupo no modelo de percepção ambiental	46
15. Produto de uma sociedade em função da qualidade ambiental	51
16. Borda leste-sul do Parque Municipal da Galheta	66
17. Pessoas residentes na praia de Bombas (bairro Bombas - Zé Amândio), segundo os grupos de idade	67
18. Estimativa do crescimento populacional da praia de Bombas (bairro Bombas - Zé Amândio)	67
19. Profissão dos pais da associação de pais e professores da escola de Bombas, Bombinhas, SC	68
20. Profissão das mães da associação de pais e professores da escola de Bombas, Bombinhas, SC	69
21. Número de lotes, lotes ocupados por casas em Bombas, Bombinhas, SC	70
22. Frequência de ocupação dos lotes por casas nas zonas de uso do solo em Bombas, Bombinhas, SC	70
23. Rancho de pesca em Bombas perdendo espaço por condomínios verticais na ocupação da praia	71
24. Frequência em (%) do gênero no fluxo do visitante do Parque Municipal da Galheta	75
25. Acampamento de pesca no entorno do Parque Municipal da Galheta	76
26. Fluxo de pessoas visitantes pela entrada sul do Parque Municipal da Galheta	76
27. Vista parcial e mirante da trilha no Parque Municipal da Galheta	77
28. Fluxo de pessoas visitantes pela entrada oeste (Araçá) do Parque Municipal da Galheta	78
29. Fluxo de carros visitantes pela entrada oeste (Araçá) do Parque Municipal da Galheta	78
30. Frequência em (%) da origem do visitante do Parque Municipal da Galheta	81
31. Frequência em (%) do visitante procedente da Península de Porto Belo do Parque Municipal da Galheta	81
32. Frequência em (%) do gênero do visitante do Parque Municipal da Galheta	82
33. Frequência em (%) da idade dos visitantes do Parque Municipal da Galheta	82
34. Frequência em (%) do grau de instrução do visitante do Parque Municipal da Galheta	83
35. Frequência em (%) da profissão do visitante do Parque Municipal da Galheta	84
36. Frequência em (%) da renda mensal do visitante do Parque Municipal da Galheta	84
37. Frequência em (%) do local de passeio do visitante do Parque Municipal da Galheta	85
38. Frequência em (%) da atividade que mais gosta de exercer ao ar livre do visitante do Parque Municipal da Galheta	86
39. Frequência em (%) do aspecto mais importante para a escolha do local de recreação do visitante do Parque Municipal da Galheta	87
40. Trilha do Parque Municipal da Galheta com a percepção de cenário em relação a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo	87
41. Frequência em (%) da forma como o visitante conheceu o Parque Municipal da Galheta	88
42. Frequência em (%) da experiência em anos do visitante do Parque Municipal da Galheta	88
43. Frequência em (%) da finalidade do visitante do Parque Municipal da Galheta	89
44. Impacto negativo irreversível justificado pela abertura de condomínio dentro do Parque Municipal da Galheta	90
45. Frequência em (%) do meio de transporte utilizado pelo visitante do Parque Municipal da Galheta	91
46. Frequência em (%) da adesão a um projeto de conservação do visitante do Parque Municipal da Galheta	93
47. Frequência em (%) da disposição do visitante do Parque Municipal da Galheta a pagar (em reais) pela entrada	93
48. Frequência em (%) do conhecimento de um lugar substituto do visitante do Parque Municipal da Galheta	95
49. Grupo carona ambiental que impacta negativamente o Parque Municipal da Galheta	105

## Lista de Tabelas

1. Síntese histórica do município de Bombinhas, SC	11
2. Área de Bombinhas em relação à Bacia do Rio Tijucas e AMFRI	17
3. Características das microbacias de Bombinhas, SC	20
4. População residente total, urbana e rural e participação relativa em Bombinhas, SC	23
5. Densidade provável nas planícies em Bombinhas, SC	23
6. População total e índice de crescimento de Bombinhas, SC	24
7. Matriz de padrões para análise do planejamento participativo	40
8. Consulta comunitária - equidade - sociedade civil	41
9. Visões da relação economia – ambiente	54
10. Dimensões da economia ecológica e ambiental	54
11. Funções econômicas do meio ambiente	55
12. Efeitos da atividade econômica	56
13. Bens em função da utilidade individual	59
14. Classificação das atividades econômicas em Bombas, Bombinhas, SC	72
15. Justificativa do visitante para o não estabelecimento de uma DAP no Parque Municipal da Galheta	94
16. Justificativa ao valor da DAP do visitante do Parque Municipal da Galheta	94
17. Variável que valoriza o conhecimento de outros espaços naturais substitutos que proporcionariam a mesma satisfação no caso do Parque Municipal da Galheta ser impactado irreversivelmente	96
18. Características da lei do Parque Municipal da Galheta	99
19. Comparação dos objetivos de manejo do Parque Municipal da Galheta e dos Parques conforme o SNUC	100
20. Estimativa do fluxo diário e de verão dos visitantes do Parque Municipal da Galheta	101
21. Estimativa do fluxo de caixa para entrada e projeto de conservação do Parque Municipal da Galheta	101
22. Estimativa do fluxo método de viagem (carros) no Parque Municipal da Galheta	102
23. Classificação preliminar das características do Parque Municipal da Galheta segundo a importância sócio-econômica e ecológica e forma de utilização	103
24. Valor econômico total teórico do Parque Municipal da Galheta	104
25. Grupos de interesse na conservação do Parque Municipal da Galheta	106

## Resumo

Diante da abrangência do planejamento de bacias hidrográficas no processo ambiental que ocorre atualmente, este estudo visa apreender na contribuição para o fortalecimento da organização social das comunidades na praia de Bombas, Bombinhas, Santa Catarina. Um objetivo foi o de avaliar e caracterizar o visitante e suas preferências ambientais e estimar o seu fluxo no Parque Municipal da Galheta, uma Unidade de Conservação criada por Iniciativa Popular e que, provavelmente, a Lei nº 97/94, da Associação de Amigos e Moradores da Praia de Bombas, é a primeira Lei brasileira e catarinense a utilizar o Instrumento de Iniciativa Popular para criar uma Unidade de Conservação. As informações referentes às características dos visitantes ao fluxo e a observações da estrutura da praia de Bombas foram obtidos durante os meses de primavera e verão. Neste período foram aplicados cem questionários aos visitantes da Unidade de Conservação. A avaliação do fluxo de visitantes no Parque Municipal da Galheta revelou que: 61% eram do gênero masculino; estimou-se que: 300 visitantes e 184 carros entravam por dia na Unidade de Conservação; A avaliação da identificação das características sócio-econômicas dos visitantes demonstrou que: 72% eram provenientes de Santa Catarina; destes, 28% provinham da Península de Porto Belo; 81% eram do gênero masculino; 26% tinham idade próxima a 39 anos; 29% tinham o segundo grau completo; 21% exerciam profissão liberal; e 58% obtinham renda maior que 7 salários mínimos. Por outro lado, a avaliação das preferências ambientais demonstrou que: 16,5% escolhiam a Península de Porto Belo como passeio; 33% gostavam de pescar; 15,5% preferem o aspecto da natureza como escolha; 62% foram indicados a conhecer o Parque Municipal da Galheta; 42% conheciam à 11 anos ou mais o Parque Municipal da Galheta; 46,4% objetivaram pescar; e, 79% chegaram de carro na Unidade de Conservação. A avaliação dos valores dos visitantes revelou que: 94% aderiam a um Projeto de preservação da Unidade de Conservação; 52,5% revelou ter conhecimento de um lugar substituto, caso o Parque Municipal da Galheta fosse impactado negativamente de forma irreversível. Os substitutos contemplam Unidades de Conservação ou lugares próximos a estas. A classificação preliminar das características do Parque Municipal da Galheta segundo a importância sócio-econômica e ecológica evidenciou o alto grau da utilização direta do recurso pesqueiro e da função não ecológica do turismo e recreação, e da pesquisa e educação ambiental. Os grupos de interesse na conservação do Parque Municipal da Galheta ficaram patentes como: Pesca Artesanal, Visitante, Turismo, Governo, Conservação e Universidade. Já em relação a produção social da praia de Bombas, constatou-se que: 10% eram casa de moradores permanentes; 12% de turistas residentes; e 78% dos lotes permanecem vazios. Chama a atenção a supremacia do setor terciário da economia em relação ao setor primário. As questões das ofertas de trabalho e dos maiores fluxos econômicos relacionam a corretagem imobiliária e construção civil com o turismo. Em relação ao Planejamento de Bacias Hidrográficas e às informações coletadas sobre as características dos visitantes; o fluxo e o seu comportamento; a importância sócio-econômica e ecológica; e os grupos de interesse na conservação, constatou-se que a Proposta de Implementação da Unidade de Conservação, em anexo sintetizada, confirma a viabilidade social do Parque Municipal da Galheta.

## Abstract

Facing the extension of the environmental process that takes place nowadays, this study looks forward to contributing with information reinforcement to the social organization of Bombas' beaches communities, at the city of Bombinhas, SC. One of the goals was to evaluate and characterize the visitors and their preferences and estimate the flux at Galheta Park, a Conservation Unit implemented by means of local people organisation. The second goal was to map and interpretate the descriptive structural character of the dominant economic activities on the beach area. The related information about the visitors characteristics, flux and the observation upon the shore structure were obtained during the summer months. Over this period a hundred questionnaires were given to the visitors from the Conservation Unit. The evaluation of the social and economics characteristics have demonstrated that: 72% were from SC; in this group, 28% came from Porto Belo Peninsula; 81% were male; 26% were about 39 years-old; 29% had completed high-school; 21% were self employed; and 58% earned fom 7 times the minimum salary. On the other hand, the evaluation about the preferences has shown that: 16,5% used to choose Porto Belo Peninsula for tourism; 33% liked fishing; 15,5% had chosen it because of Nature; 62% were recommended to go to the Park; 42% were acquainted to the place for at least eleven years; 46% used to go there for fishing; and 79% had arrived there by car. The evaluation of the visitors preferences has revealed that: 94% carried out the Unit Preservation Project; 52,5% revealed that they knew about a different site to move to in case of an irreversible negative impact in the Park. The replacing sites referred to were other Conservation Units or their surroundings. The former classification of the characteristics of the Galheta Park according to the social economic weight has shown the large importance of the fishery resource direct utilization and of the tourism and recreation not ecological function, and the environmental research and education. The interesting groups in the management of the Park conservation were clearly stated like: Artesanal Fishing, Visitors, Tourism, Government, Conservation and University. Relative to the beach of Bombas it was detected that: 10% were local inhabitants, 12% were residential tourists, and 78% of the properties remain vacant. The out-service economy is much bigger than the in-house economy. Work offers and the greatest economic fluxes relate the real state business and construction with tourism.



## Abreviações

1. AMFRI Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí;
2. BID Banco Interamericano de Desenvolvimento;
3. IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
4. MAB Programme on Man and the Biosphere;
5. REBIOMAR Reserva Biológica Marinha;
6. SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação;
7. SETUMA Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Bombinhas.

## Siglas

1. ACB Análise Custo Benefício;
2. DAP Disposição a Pagar;
3. MVC Método de Valoração Contingente;
4. OA Oceano Atlântico;
5. PB Município de Porto Belo;
6. UC Unidade de Conservação;
7. VET Valor Económico Total;
8. ZIT Zona de Interesse Turístico;
9. ZPE Zona de Preservação Especial.

## 1. Introdução

### 1.1. Considerações Sobre a Trajetória da Pesquisa

Este é um trabalho que surge da motivação em relação à percepção direta, íntima e vivida de um pesquisador, a partir de uma demanda de grupos sociais na Praia de Bombas, município de Bombinhas, litoral centro norte de Santa Catarina.

A pesquisa intensa dos estilos de vida de pessoas e instituições que envolviam o sentimento pertinente a esta comunidade originou e gerou uma atitude de resposta, como um cidadão ambientalista da comunidade à qual pertenceu.

O trabalho é dirigido aos anseios comunitários da Praia de Bombas que não só evidenciaram a capacidade de autogestão, mas também mobilizam-se na procura da participação na resolução dos problemas cotidianos, no planejamento e gestão daquele lugar. A preocupação básica é a contribuição em relação ao fortalecimento das comunidades da Praia de Bombas.

Tendo em vista o interesse da pesquisa e priorizando os estudos que enfocavam as Unidades de Conservação, a região escolhida como estudo de caso foi uma área biogeográfica da zona costeira do litoral catarinense, situada na Península de Porto Belo, com alta riqueza de espécies e aumento da pressão antrópica. Fazem parte desta região, além do município de Bombinhas, o Parque Municipal da Galheta e a Praia de Bombas.

O problema principal abordado afeta a preservação da biodiversidade. Este surgiu a partir do conflito existente entre o ganho de dinheiro a curto prazo pela destruição da natureza ou a poupança e conservação da mesma para sobreviver. Passa entre o que se percebe e o que se prefere como estratégia e prioridade para o desenvolvimento do Parque Municipal da Galheta. Um lado representa a expansão do mercado imobiliário via sistema sócio-econômico. O outro, a preservação do sistema natural da Unidade de Conservação, não valorizado pelo mesmo sistema sócio-econômico.

A ambigüidade da atitude e tomada de decisão política do poder público e privado no conflito se revela pelo fato de que, embora responsáveis direta e indiretamente pelo planejamento e gestão da área do Parque Municipal da Galheta, o desenvolvimento se viabiliza pelo apelo imobiliário originado pelo uso do solo que transgride as legislações vigentes nas três esferas do poder.

A importância econômica do sistema natural da floresta atlântica em promontório e seus ambientes marinhos de praias e costões rochosos que exercem papel fundamental nos processos naturais e que caracterizam a área do Parque Municipal da Galheta é sublimada pela falta de consciência

institucional em relação à propriedade, responsabilidade, ordenação e administração da sua produção, tanto do poder público quanto do poder privado.

Criar a Unidade de Conservação do Parque Municipal da Galheta por iniciativa popular da Associação dos Amigos e Moradores da Praia de Bombas, com a finalidade descrita abaixo, foi o primeiro passo:

*"Trabalhar pelo desenvolvimento e bem estar social da comunidade, cooperando com o Poder Público e com as demais entidades comunitárias, visando a proteção do patrimônio ecológico, o progresso da Praia de Bombas e o bem estar social de seus moradores, opondo-se, ainda, à depredação ambiental, como também, às transgressões da legislação vigente de proteção à fauna e flora e patrimônio paisagístico da região".* Diário Oficial (1985)

A presença visível de atividades de conservação e o fortalecimento do nível de manejo da Unidade de Conservação do Parque Municipal da Galheta, como segundo passo, convergem com os compromissos assumidos coletivamente, podendo gerar um regime exitoso e transparente de propriedade que evita o problema e a preocupação das condutas oportunistas e o livre acesso que diminuem a qualidade ambiental deste patrimônio bombinense e catarinense.

As origens das fontes de qualidade ambiental bombinense determinam que a proteção da biodiversidade é resultante crucial de uma estratégia de conservação das áreas do Parque Municipal da Galheta como zona tampão da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo (Decreto n.º 99.142/1990), bem como o município de Bombinhas.

O Projeto de Lei para a criação do Parque Municipal da Galheta é o de número 001/93, datado de outubro do mesmo ano. A lei de criação tem o número 097/94, tendo sido promulgada no mês de janeiro do ano seguinte.

Os objetivos de criação do Parque Municipal da Galheta, evidenciados no 2º artigo, são os seguintes: *"I - preservar a flora, a fauna e a paisagem; II - preservar a formação rochosa existente; III - desenvolver a educação ambiental; IV - oferecer oportunidades para a recreação pública; V - proporcionar facilidades para a investigação e outros fins de índole científico".* (Anexo 2 e 3)

Os objetivos de manejo da área do Parque Municipal da Galheta estão dirigidos à proteção das áreas naturais e cênicas da floresta atlântica brasileira, de significado nacional e internacional, para uso científico, educacional e recreacional. Estas áreas, por finalidade, devem perpetuar mostras representativas em estado natural das regiões fisiográficas, comunidades bióticas, recursos genéticos e espécies em perigo de extinção para a provenção da estabilidade e diversidade ecológica.

A legislação da iniciativa popular teve como finalidade conservar as áreas de preservação permanente - APP daquele promontório e proibiu, segundo o 5º artigo, da mesma Lei: "*(...) em toda a área do Parque Municipal da Galheta, qualquer espécie de parcelamento do solo, assim como alterações de uso, destruição, alterações e remoção das edificações ora existentes, ainda que de forma parcial*". (Anexo 2 e 3)

A pertinência da iniciativa popular em termos de normas ambientais foi a Legislação Ambiental Federal, Estadual e Municipal em vigor no ano de 1993, principalmente as normas submetidas ao disposto na Lei n.º 4771/65, do Código Florestal Brasileiro, conforme demonstram os artigos 1º e 3º da Lei supracitada. (Anexo 2 e 3)

O Parque Municipal da Galheta possui aproximadamente 1,32 Km<sup>2</sup>, que ocupa 15,3% da área das morrarias e 11,7% da área total das morrarias e planícies pertencentes à microbacia de Bombas. Somente em relação à área dos Bairros de Bombas e Zé Amândio, contidos na divisão política, os valores aumentam para 22,6% das morrarias e 14,5% da área total. Já em relação a Bombinhas, o Parque Municipal da Galheta ocupa 3,6% da área do município.

Agora com substrato jurídico adequado é preciso assumir o Parque Municipal da Galheta como gerador de benefícios e multiplicar os esforços de conservação para formar o espaço da co-responsabilidade social.

Todavia, o trabalho faz uso do levantamento das preferências ambientais, caracterizadas como a escolha, predileção ou seleção de uma possibilidade dos visitantes em relação a um sistema de utilização pelo homem, neste caso, o Parque Municipal da Galheta. Faz uso também da avaliação do fluxo dos visitantes da Unidade de Conservação e interpreta o caráter estrutural descritivo das atividades econômicas predominantes e ocupação de uso do solo na Praia de Bombas, visto que a Unidade de Conservação pertence à opção da comunidade em relação à forma de desenvolvimento da Praia de Bombas e do município de Bombinhas. Outrossim propõe implementação do Parque Municipal da Galheta.

Considerando a escassez de informações básicas e as poucas pesquisas sobre as Unidades de Conservação como determinantes para a participação e o desenvolvimento das comunidades no lugar onde vivem, o trabalho procede com relevância social para: a) encorajar a participação da população local no desenvolvimento e na planificação da Unidade de Conservação e do município de Bombinhas; b) utilizar as técnicas de avaliação que extraem as preferências individuais para os bens e serviços que incorporem os valores ambientais nas políticas públicas ambientais.

No primeiro tópico, o interesse imediato foi o de proporcionar informações básicas sobre os visitantes que assistam e contribuam com a necessidade de atender o uso das Unidades de Conservação,

com critérios técnicos que conheçam a informação sobre o visitante e suas características como pré-requisito para a iniciativa de se concretizar o plano de manejo do Parque Municipal da Galheta.

Para o segundo tópico, preliminarmente foi realizada uma pesquisa de forma a subsidiar a avaliação econômica futura para o Parque Municipal da Galheta, que auxilie o planejamento e promova a importância da Unidade de Conservação em relação ao processo de gestão, tomada de decisão e investimento em nível municipal.

Soma-se a isso, relevar que o visitante pode participar nas questões que envolvem as estratégias para resolver os problemas da Unidade de Conservação, visto que, as alternativas de viabilidade colocam a comunidade e o governo local a não negligenciar as preferências e percepções dos visitantes na gestão da Unidade de Conservação.

Basicamente, procura ressaltar a contribuição na procura de algumas respostas que alguns grupos sociais da comunidade da Praia de Bombas e de Bombinhas evidenciam nos questionamentos em suas ações cotidianas de planejamento, gestão e política naquele lugar. Do ponto de vista pragmático, Quem são os donos, responsáveis, interessados pelo Parque Municipal da Galheta ? Qual é o futuro do Parque Municipal da Galheta ?

A emancipação de Bombinhas no ano de 1993 e a criação de uma nova Unidade de Conservação em 1990, no litoral catarinense, a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, abriram oportunidades de trabalhos a propostas alternativas que incluam os pressupostos básicos do conservacionismo na política ambiental, pouco valorizados nestas áreas especiais de biodiversidade no litoral catarinense.

Na visão geral da dissertação, o estudo foi organizado em seis partes. A primeira contém a introdução com as considerações necessárias da trajetória da pesquisa, objetivos e justificativas. A segunda parte caracterizou ambientalmente a comunidade de Bombinhas a partir dos seus antecedentes históricos, características físicas, geográficas, demográficas, educação, vida política e social e a sua vida econômica. Em relação à terceira parte, objetivou-se mostrar a fundamentação teórica necessária que serviu de base à pesquisa e possibilitou a interpretação dos dados coletados. Na quarta parte apresenta-se, o desenvolvimento metodológico que incluiu as etapas da revisão da literatura, o levantamento de dados e o trabalho de campo, a forma de entrevista, contagem e observação dos visitantes, o mapeamento e proposta de implantação do Parque Municipal da Galheta. A Quinta parte, é propriamente o cerne do estudo, com a apresentação dos resultados e a discussão. Na sexta parte são colocadas as considerações finais e recomendações. O anexo conta com a proposta de implantação do Parque Municipal da Galheta,

Projeto de Lei e Lei de Iniciativa Popular de criação da Unidade de Conservação e o questionário aplicado nas entrevistas junto aos visitantes da Unidade de Conservação.

## 1.2. Objetivos da Pesquisa

### Geral

- Avaliar as preferências ambientais e o fluxo dos visitantes para o fortalecimento da importância e da implantação da Unidade de Conservação do Parque Municipal da Galheta, situado na Praia de Bombas em Bombinhas, e subsidiar com informações úteis que possam auxiliar na seleção de estratégias de manejo e iniciativas que priorizem a conservação da área.

### Específicos

- Caracterizar o perfil do visitante do Parque Municipal da Galheta para entender melhor a situação atual de planejamento e gestão e auxiliar na complementação de informações a um futuro projeto de educação ambiental na área de estudo;
- Observar e identificar os impactos negativos produzidos pelos visitantes no Parque Municipal da Galheta para cooperar na pesquisa da Unidade de Conservação e, futuramente, propor um indicador ou combinação de indicadores como base para a estratégia de manejo;
- Interpretar o caráter estrutural descritivo das atividades econômicas do uso do solo predominantes da Praia de Bombas e relacionar com a estrutura influente dos grupos sociais presentes para compreender melhor a identificação dos benefícios gerados pela Unidade de Conservação;
- Informar e cooperar com a Associação de Amigos e Moradores da Praia de Bombas e as Organizações Não Governamentais da Praia de Bombas e de Bombinhas com elementos técnicos que propiciem ações relevantes e efetivas para as políticas ambientais locais;
- Subsidiar preliminarmente a avaliação dos valores econômicos para o Parque Municipal da Galheta, evidenciar outros critérios de decisão para o instrumento do planejamento ambiental e da análise custo-benefício em relação à Unidade de Conservação e ressaltar os benefícios de alternativas mais sustentáveis em termos ambientais;
- Mapear e propor a implementação da Unidade de Conservação do Parque Municipal da Galheta, com o intuito de otimizar recursos financeiros e humanos na elaboração da organização para o planejamento e a implementação do futuro plano de manejo;

- Contribuir com o conhecimento da visão da integração dos objetivos conservacionistas e dos objetivos do desenvolvimento, como uma vanguarda que pode promover o desenvolvimento sócio-econômico local e prover alternativas que encorajem a participação da comunidade como fundamental em todas as fases de desenho e implementação de uma política ambiental bombinense e catarinense.



### 1.3. Justificativa Teórica e Prática

As Unidades de Conservação – UC's, são a modalidade mais valiosa da natureza de um lugar.

Segundo o Projeto de Lei n.º 2.892/92 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, o conceito de Unidade de Conservação foi definido como " (...) *espaços territoriais e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, de domínio público ou privado, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção*".

Ainda segundo o SNUC, considerando a multiplicidade dos objetivos nacionais de conservação:

*"I. Manter a diversidade biológica e os recursos genéticos no território brasileiro e nas águas jurisdicionais; II. Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; III. Preservar e restaurar a diversidade de ecossistemas naturais; IV. Promover a sustentabilidade do uso dos recursos naturais; V. Estimular o desenvolvimento regional integrado com base nas práticas de conservação; VI. Manejar os recursos da flora e da fauna para sua proteção, recuperação e uso sustentável; VII. Proteger paisagens naturais ou pouco alteradas, de notável beleza cênica; VIII. Proteger as características excepcionais de natureza geológica, geomorfológica, quando couber, arqueológica, paleontológica e cultural; IX. Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos; X. Incentivar atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento de natureza ambiental, sob todas as formas; XI. Favorecer condições para a educação e interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza; XII. Preservar áreas naturais até que os estudos futuros indiquem sua adequada destinação"*.

É necessário que existam pesquisas nas Unidades de Conservação em diferentes categorias de manejo. Esta diferenciação busca reduzir os riscos de empobrecimento genético resguardando o maior número possível de espécies. É a idéia que demonstram Bruck *et. al.*, 1995; Fabris, 1997; Ibama, 1997, 1996; Milano, 1996; Miller, 1980; Mori, 1998; Takahashi, 1998; Wallauer, 1997.

A categoria Parque (Nacional, Estadual e Municipal) incluindo o Parque Municipal da Galheta, é caracterizada como: *"Unidades de Conservação de uso indireto: aquelas onde estão totalmente restringidos a exploração ou aproveitamento dos recursos naturais, admitindo-se apenas o aproveitamento indireto dos seus benefícios. São identificadas como Unidades de Proteção Integral"*. (Bruck *et. al.*; Fabris; Ibama; Milano; Miller; Mori; Takahashi; Wallauer, *Op. cit.*)

Atualmente, o estudo desta forma de entorno natural nas Unidades de Conservação a partir das observações das tendências mundiais de deterioração em relação às mudanças inadequadas ou incontroláveis, seja do uso do solo ou das águas marinhas, nos coloca, em relação a estes processos críticos, a importância da criação, financiamento e administração das Unidades de Conservação.

Neste contexto, a pesquisa ambiental em relação às Unidades de Conservação desempenha um papel fundamental para o aperfeiçoamento e a manutenção dos sistemas de proteção da biodiversidade.

A tomada de consciência sobre a importância da pesquisa ambiental em Unidades de Conservação contribui para elevar o nível científico, técnico, profissional, cultural e a formação integral das futuras gerações e da comunidade em geral.

O desenvolvimento de pesquisas para obter informações das preferências que os visitantes do Parque Municipal da Galheta e da Praia de Bombas têm dos recursos que existem no lugar é necessidade básica para conseguir formar uma opinião pública, voltada à busca da inclusão da comunidade nos processos de planejamento e tomada de decisão, e relevar a importância da pesquisa ambiental em relação às Unidades de Conservação.

A situação do Parque Municipal da Galheta em relação a outras Unidades de Conservação da mesma categoria de manejo (Parque Municipal) torna-se proeminente, devido a ser este um dos vinte e dois parques situados na Região Sul do País. Só em referência a Santa Catarina, é um dos treze parques existentes. Em analogia, a vegetação predominante em cada Unidade de Conservação sobressai mais ainda como sendo um dos oito parques catarinenses com a presença da floresta ombrófila densa. (Bruck *et. al.*, *Op. cit.*)

Provavelmente, a Lei n.º 97/94 de iniciativa popular da Associação de Amigos e Moradores da Praia de Bombas é a primeira lei brasileira e catarinense a utilizar o instrumento de iniciativa popular para criar uma Unidade de Conservação, o Parque Municipal da Galheta.

A avaliação dos fluxos e as preferências ambientais dos visitantes são necessárias devido à constatação de que a administração da Unidade de Conservação do Parque Municipal da Galheta, vinculada à estrutura do governo de Bombinhas, como responsável, não realizou até o momento trabalhos ou pesquisas na área.

Esta observação pode ser estendida a outros arranjos institucionais que realizam programas de desenvolvimento sustentável em Bombinhas. O evidente desvio de conduta em relação à política e gestão da área do Parque Municipal da Galheta, do arranjo institucional e do carona ambiental, que apropria-se indevidamente dos objetivos e ações acumulados e realiza ação antagônica aos objetivos de criação da Unidade de Conservação, é amplificado com o tratamento diferenciado aos proprietários das terras, que impedem o descontentamento dos grupos sociais na falta de clareza em relação a assumir os destinos da Unidade de Conservação. E, o que já era grande, fez moldar as percepções, conhecimentos e preferências, que negam e não respondem às reivindicações que não foram ou serão respondidas, via o recurso decisório ritualístico e demorado e, obviamente, as falsas promessas.

O fato relevante da iniciativa popular justifica prioridade em relação às propostas de trabalho realizadas em Bombinhas. A iniciativa ressalta a organização, participação e mobilização da sociedade bombinense em relação à preocupação com o planejamento e a gestão do município desde a sua emancipação, no ano de 1992. Em uma evolução passo a passo, a sociedade bombinense comporta e trabalha intensamente na organização do recém criado município, com participação ativa e deliberada da sociedade.

No caso do subsídio preliminar sobre os valores econômicos do Parque Municipal da Galheta, o estudo da precificação dos bens ambientais em relação ao seu uso natural e coletivo por grupos sociais da comunidade poderá ajudar futuramente no conhecimento de como é a possível convivência e relação na geração de ganhos adicionais nas receitas desta mesma comunidade, mediante a venda de serviços ambientais locais ou das atividades de uso sustentável da biodiversidade contida na Unidade de Conservação, como os serviços de recreação ecoturísticos que podem ser oferecidos.

A contribuição no conhecimento da produção social da comunidade da Praia de Bombas e de Bombinhas em função da qualidade ambiental, ajuda na busca da compreensão da avaliação da constituição de valores culturais, ambientais e ecológicos por setores comunitários. O Parque Municipal da Galheta, como exemplo de um bem coletivo natural que oportuniza a poupança da distribuição de recursos e produz serviços ambientais entre as gerações, poderá revelar a relação de existência de conflito como objeto de conservação ou exploração, bem como as relações entre os grupos e o espaço urbano bombinense, como valor de uso cotidianos ou como valor de troca como fonte de lucro.

A importância dos trabalhos de tomada de consciência sobre o prestígio da natureza e de sua preservação na área da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo e da Península de Porto Belo, fundamentados no conhecimento dos indivíduos e do ambiente no qual estão inseridos, é necessária para este lugar do litoral catarinense, a fim de que os objetivos de vida comunitária propostos sejam alcançados.

## 2. O Caso da Comunidade de Bombas e o Parque Municipal da Galheta em Bombinhas, SC

### 2.1. Caracterização Ambiental de Bombinhas

#### 2.1.1. Antecedentes Históricos

Bombinhas herdou as raízes sócio-ambientais de Porto Belo, município ao qual pertenceu até 1993, ano de sua emancipação política (Lei Estadual n.º 8.558).

Segundo a tabela 1, podemos observar os principais fatos históricos que direta e indiretamente influenciaram os ciclos de desenvolvimento de Porto Belo e conseqüentemente de Bombinhas.

A tabela resulta de interesse na interpretação necessária dos antecedentes importantes, que formam o patrimônio desta comunidade, e seus feitos relevantes, transcorridos numa realidade histórica complexa.

Tabela 1 - Síntese Histórica do Município de Bombinhas, SC

Ano	Fato
3900 a C	Era dos sambaquis (coleta de moluscos) Coivara (lavoura de derrubada e queimada itinerante)
400	Tupis e guaranis na pesca e agricultura
1500	Chegada de europeus colonizadores
1653	Sargento mor destaca importância de povoar a Enseada das Garoupas
1712	Francês Frézier realiza planta da Enseada das Garoupas
1742	Armação de baleia N. S. de Piedade
1748	Colonos da Madeira e Açores povoam o litoral catarinense
1753	Corrêa e Reiola recebem terras de São Francisco até Bombas
1775	Fundação da povoação na Enseada das Garoupas
1786	Madeira atrai povoadores interessados em sesmarias
1811	Criada a Capela do Senhor do Bom Jesus dos Afritos
1816	Novos colonos de Ericeira, Portugal
1817	Demarcação de sesmarias
1818	Intendente da Marinha de Santa Catarina funda o novo povoado
1824	Povoação elevada à freguesia desmembrando de São Miguel
1832	Freguesia elevada à vila de Porto Belo
1833	Porto Belo estabelece a freguesia do Senhor Bom Jesus dos Afritos
1835	Província de Santa Catarina dividida em sete municípios
1849	Camboriú origina-se de Porto Belo
1850	Colônia alemã solicita autorização de Porto Belo
1851	Porto Belo possui 10 % da população livre e escrava da província
1858	Decadência de Porto Belo devido ao crescimento da colônia alemã
1859	Porto Belo retorna a freguesia e perde Itajaí
1898	Porto Belo retorna a município (Lei Estadual n.º 140)
1925	Porto Belo perde Tijucas e Camboriú
1950	Porto Belo considerado como menor município catarinense
1962	Porto Belo perde Itapema
1993	Criação de Bombinhas

Fonte: síntese à partir de Monteiro (1986); Piazza (1982, 1983); Silva (1992) e elaboração própria

Os sambaquis e os sepultamentos eram vestígios evidentes da ocupação humana, há cerca de quatro mil a dois mil anos atrás. Estes foram encontrados na Praia da Sepultura e Canto Grande pertencentes a Bombinhas. Atualmente desapareceram e, apesar de protegidos por lei, deram usos modernos a ranchos de pesca e casas de veraneio. É notável a presença em alguns costões próximos às praias de Bombinhas as painéis de bugre, utilizadas como afiadores de instrumentos, confirmando a passagem dos povos caçadores-coletores na Península de Porto Belo. Estes pertenceram à primeira leva de invasores humanos, conforme Dean (1995), que destaca:

*"Com o declínio dos grandes animais de caça, alguns dos homens que ainda exploravam a atividade mudaram-se para a margem das baixadas do continente. (...) Grande parte da costa era protegida por recifes e bancos de areia, que permitiam a formação de estuários de maré, verdadeiros lagos de acumulação de nutrientes arrastados por rios e riachos. (...) a colheita de mariscos permaneceu viável na região por pelo menos 7 mil anos, um período extraordinário de folga e abundância para culturas que quase não deixaram sinal de uma tecnologia mais complexa que a necessária para abrir uma ostra".*

Os tupis e guaranis realizavam lavouras do tipo itinerante por derrubada e queimada, à coivara, no cultivo da mandioca. A duração do intervalo das capoeiras na Região da Floresta Atlântica provavelmente era de vinte a quarenta anos. Explica Dean (*Op. cit.*):

*"A técnica era extremamente simples: perto do fim da estação seca, a macega de uma faixa de floresta - um hectare mais ou menos - era cortada e deixada secar, e por meio de machados de pedra, retirava-se um anel da casca dos troncos das árvores maiores. Então um pouco antes da chegada das chuvas, a área era queimada, fazendo com que a enorme quantidade de nutrientes na biomassa da floresta caísse sobre a terra na forma de cinzas. (...) As chuvas drenavam os nutrientes para o interior do solo, neutralizando-o e ao mesmo tempo fertilizando-o".*

A base principal dos tupis era a torragem da farinha de mandioca, *Manihot utilissima*, e a exploração de peixe seco e defumado. Inclui-se aí a tainha, designação comum a várias espécies de peixes teleósteos do gênero *Mugil*, oriunda da temporada de inverno, que para eles, de fato, eram valiosos recursos estocados para as ações militares empreendidas contra os grupos não agrícolas que fazia eclodir em agosto a guerra, logo após a safra da tainha.

Outra visão histórica importante é a de Sachet (1970), que aborda a ausência de grupos que identificam-se como originários da terra catarinense, as nossas ilhas de gente:

*"Se analisarmos como esses espaços catarinenses foram ocupados e colonizados, haveremos de ver que durante os 200 primeiros anos nosso Estado não passou de simples pousada de índios ou passagem para estrangeiros. Que demandavam os portos e as terras do Sul. (...) Isto significa que o europeu passou a estabelecer, definitivamente em áreas de nosso Estado, só 200 anos depois de seu descobrimento. E dois séculos são algumas gerações! (...) E eram apenas simples povoados. Ilhas de gente. Porque não havia nenhuma comunicação. A não ser pousadas dos navios, indo e vindo da Europa. E isto vai perdurar, praticamente 100 anos, porquanto só em 1748 é que o rei de Portugal determinará o início da colonização açoriana. Aquela que viria a dar início ao homem catarinense. (...) Era Laguna. Era Imaruí. Era Tubarão. Era Araranguá, São José, Tijucas, Porto Belo, Itajaí, São Francisco, Lages. Como querer, portanto, um homem catarinense, dentro destas ilhas de gente perdida por aí? (...) em 1849, em todo o Estado, havia tão somente 1781 alunos em todas as suas escolas. Estudando latim, retórica, filosofia, línguas estrangeiras. Portanto, sem a mínima concepção da possível existência de uma realidade local ou regional. (...) Então de onde querer alma catarinense? De onde querer extrair um homem catarinense? Se Santa Catarina, até hoje, não passa de "ilhas" perdidas no espaço! De "ilhas" perdidas no tempo! De "ilhas" perdidas na etnia! "*

Na descrição de Monteiro (1986), no ano de 1653, o sargento-mor de Santos informa a importância de se povoar a Enseada das Garoupas, e Taunay (1936) descreve: *"Porto alguma da nossa costa meridional, abaixo de São Francisco, apresenta as vantagens da Enseada das Garoupas (...) Ótima a sua entrada, desembarcada e de muito fundo, sem risco algum de ventos e protegida por uma penedra e uma ilha (...)"*.

Em 1711, Portugal autoriza o reconhecimento da Enseada das Garoupas. Depois de um minucioso mapa da região, retorna convicto de que o local não se presta para a fundação pretendida segundo Taunay (*Op. cit.*), *"(...) nem por isso é capaz de se povoar, porque suas serras vem ter ao mar, e assim não tem terras, mais que só praias"*. Também na época os franceses tomavam conhecimento da região e Frézier, engenheiro, levantou uma planta da Enseada das Garoupas.

No ano de 1717, o rei de Portugal envia correspondência ao governador do Rio de Janeiro, solicitando que se examine as qualidades do litoral catarinense *"(...) se no porto estão de todo o tempo seguras as embarcações (...) se há abundância de peixe e se pode haver pescaria de baleias (...), se feita uma fortaleza em terra firme defendera que entrem levantados em outras quaisquer embarcações e...se o povoasse dito distrito, poderá servir para aumento da nova colônia (...)"*. Silva (1992).

A partir de 1748, várias localidades foram selecionadas para o povoamento. Algumas foram abandonadas e outras deram origem a vilas e municípios, apesar de dificuldades.

Consoante Silva (*Op. cit.*), açorianos e madeirenses expropriados em sua terra, a partir do processo migratório, vislumbram a possibilidade de voltar a se transformar em pequenos produtores independentes no litoral catarinense.

A partir de 1747, deveriam acomodar-se nos núcleos de São Miguel, "(...) onde pode destacar Fazenda da Armação, Costeira da Armação, Palmas, Ganchos, Garoupas, Bombas, Zimbros, Tijuquinhas entre outros". Silva (*Op. cit.*)

Piazza (1982) nos descreve: "E, ali, só após 1748-1756, começam a se assentar povoadores como Antonio Correia e Maria Reiola, naturais de Cananéia, e, aos poucos se foi avolumando a população." E CABRAL narra "(...) seus primeiros moradores ao que consta, foram Antonio Correa e Maria Reiola que possuíam terras desde o local em que se encontra a vila até a ponta de Bombas (...)".

Por volta de 1775, os dados registram a fundação da povoação da Enseada das Garoupas.

"Governava a capitania de Santa Catarina o coronel Antônio da Gama Freitas (...)". "Um dos seus primeiros atos, de acordo com o vice-rei foi a fundação de uma povoação na Enseada das Garoupas onde então possuía uma fazenda, o capitão de auxiliares José Rabello. Começo por distribuir moradores, não só naquele local onde foram estabelecidos 60 casais, como nos territórios vizinhos, assim em Cambory-assu, Bombas, Zimbros, Ganchos e Tijucas. Numeravam ao todo cento e tres fogos, contando a população 500 poucas pessoas, inclusive escravos". Piazza (1983)

A existência de madeiras de lei nos arredores da Enseada das Garoupas, fez surgir interessados em solicitar sesmarias.

Merece destaque a importância da colonização provinda de Ericeira, Portugal, a qual em 1816, alertava o governo de se fundar uma freguesia, aumentando a povoação na Enseada das Garoupas, como ponto estratégico de defesa da capitania. Monteiro (*Op. cit.*)

Em 1817, Justino José da Silva propõe a formação de um estabelecimento para pescarias na Enseada das Garoupas, idem ao reino de Algarve, Portugal.

Devido ao interesse no ponto de apoio da esquadra naval e à abundância de madeiras para construção de embarcações o ministro Thomaz de Villa Nova Portugal determina o início da fundação da colônia de pescadores que viriam da Praia da Ericeira, Portugal. Como os colonos ericeiros eram mais pescadores do que agricultores, muitos deles se mostraram descontentes com seus terrenos.

Em 1832, a freguesia é elevada a vila, criando o município de Porto Belo. Porém, em 1859, perde para Tijucas.

Naquela realidade, o ciclo do capital mercantil da pesca e transformação dos derivados de baleia teve como objetivo fomentar capitais industriais europeus e unificar as áreas catarinenses. Sobre a magnitude da atividade, Silva (*Op. cit.*) descreve "Somente no ano de 1841, 600 embarcações com 13.000 homens a bordo, com a finalidade de capturar e beneficiar o produto (baleia) em alto mar são exemplos da expressividade deste comércio".

Porto Belo contava com a freguesia de Itajaí em 1840. Já em 1849, Porto Belo perde Camboriú, e no ano de 1858, decai o município devido à colonização alemã, no Alto Vale do Itajaí. No ano de 1925, perde Tijucas; em 1962, perde Itapema; e em 1993, emancipa-se Bombinhas.

A partir da síntese histórica de Bombinhas, pode-se observar e salientar que ericeirianos e açorianos foram os povos ecossistêmicos herdeiros dos tupis, guaranis e a Floresta Atlântica Brasileira e os mares da Península de Porto Belo sempre foram a modalidade mais valiosa do capital natural para a sociedade de Bombinhas.

### **2.1.2. Características Físicas**

Criado pela Lei Estadual n.º 8.558 de março de 1992, Bombinhas, a menor área municipal catarinense (IBGE, 1995), é um dos 293 municípios que compõem o Estado de Santa Catarina, (Santa Catarina, 1997).

Bombinhas localiza-se no litoral centro norte do Estado, costa sul brasileira, na Península de Porto Belo (Nova Ericeira), entre as coordenadas geográficas 27° 06'34" e 27° 12'38" de latitude sul e 48° 30'24" e 48° 34'40" de longitude oeste de Greenwich. É o que está representado na figura 1.



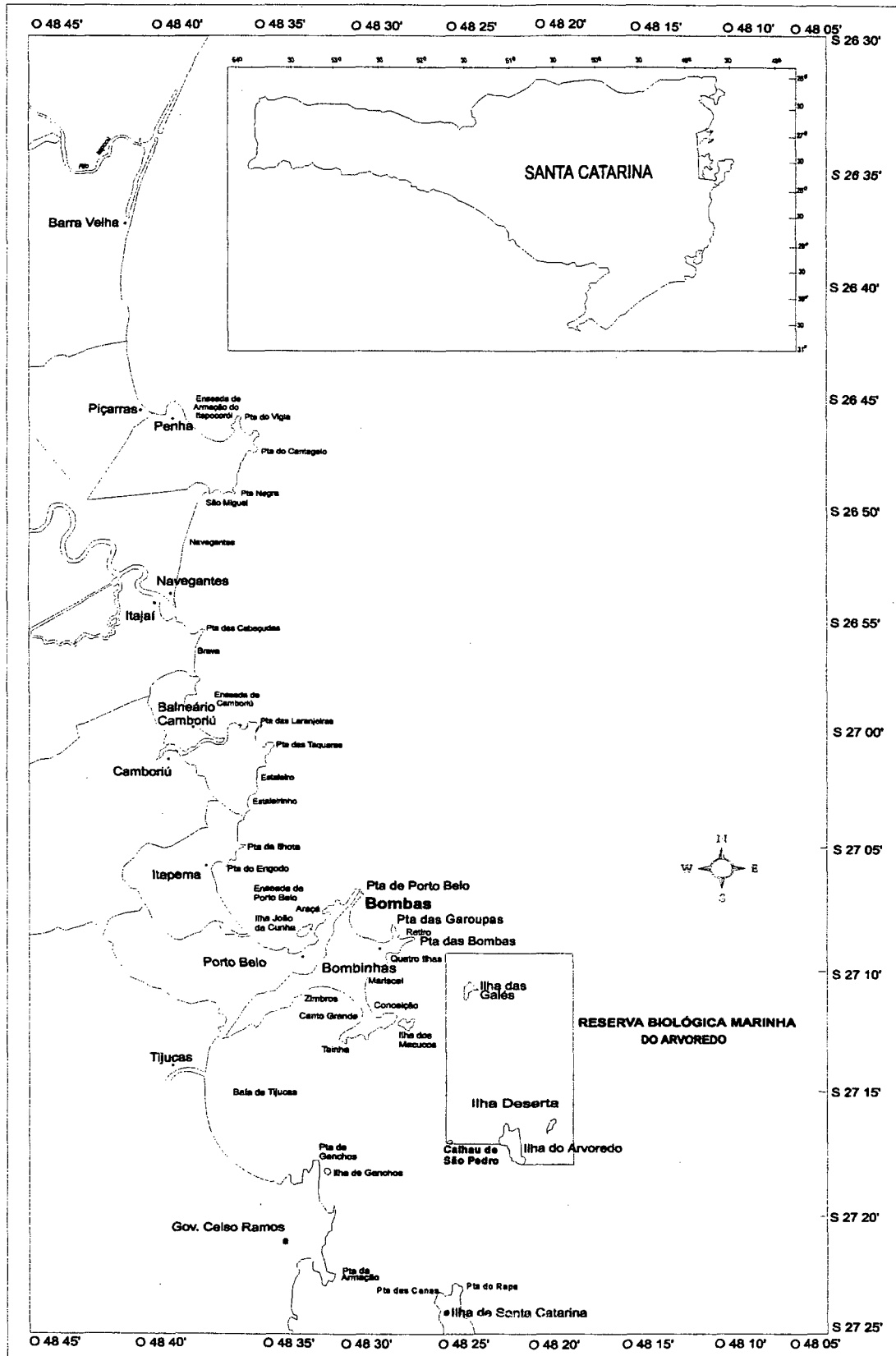


Figura 1 - Localização do Município de Bombinhas e Reserva Biológica Marinha do Arvoredo no Litoral Centro Norte de Santa Catarina

Pertence a vertente atlântica em função de seus recursos naturais e hídricos. (Da Luz, 1997).

Limita-se ao norte e oeste com o município de Porto Belo, ao sul e oeste com o município de Tijucas e ao leste com o Oceano Atlântico.

É patrimônio natural integrante da segunda Reserva Biológica Marinha do Brasil, a REBIOMAR Arvoredo (Decreto Federal n.º 99.142/90), junto com as Ilhas do Arvoredo, Galés, Deserta e Calhau de São Pedro, pertencendo a sua zona tampão num raio de dez quilômetros conforme a Resolução Conama n.º 13/90. (Conama, 1992)

Bombinhas é uma das áreas especiais e locais de interesse turístico nacional na orla marítima, segundo a Lei n.º 6513/77, por possuir bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico, reservas, áreas destinadas à proteção dos recursos naturais renováveis, acidentes naturais sob a responsabilidade da Embratur (Ibama/Funatura, 1989).

O município de Bombinhas abrange aproximadamente entre 37,1 e 36,6 quilômetros quadrados é o que representa a tabela 2. Ocupa 1,2% da área da Bacia do Rio Tijucas e 2,4% da área total da AMFRI (Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí), à qual pertence.

Tabela 2 - Área de Bombinhas em Relação a Bacia do Rio Tijucas e AMFRI

Área da Bacia do Tijucas	Área de Bombinhas		
Km <sup>2</sup>	2931,46	36,6	1,25 %
Km <sup>2</sup>	2420	37,1	1,26 %
Área da AMFRI			
Km <sup>2</sup>	1531	36,6	2,40 %
Km <sup>2</sup>	1531	37,1	2,42 %

Fonte: Ibge (1995); Mazzer (1996); Pollete (1997) Santa Catarina (1997, 1998) e elaboração própria

O acesso por estrada até Bombinhas é a SC-412, rodovia estadual pavimentada em 1995, que inicia-se na BR-101 (rodovia interestadual), que após passar por Porto Belo entra no município de Bombinhas, via a Praia de Bombas, e termina na Praia de Bombinhas.

A figura 2 revela o impacto negativo irreversível da biodiversidade, gerado pela falta de corredores de passagem da fauna no critério conservacionista da elaboração e execução da SC-412. O traçado tange a borda sul dos corredores de fauna do Parque Municipal da Galheta. Na figura, uma fêmea de *Cerdocyon thous*, "graxaim", atropelada pela falta de atenção de governantes e motoristas que acessam a Praia de Bombas.



Figura 2 - Corredor de Fauna da Borda Sul do Parque Municipal da Galheta

A sede de Bombinhas está localizada na Praia de Bombinhas, que cede o nome ao município. Além desta também pertencem ao município as comunidades de Bombas, Zimbros, Canto Grande, sendo subdivididas em bairros, contidos em suas diferentes praias. Suas altitudes variam de 0 a 568 metros do nível do mar.

No sentido norte, a partir da Praia de Bombinhas, o município dista 6 Km de Porto Belo, 30 Km de Balneário Camboriú, 33 Km de Itajaí, 256 Km de Curitiba e 656 Km de São Paulo. Ao sul, 23 Km de Tijucas, 66 Km da capital Florianópolis e 539 Km de Porto Alegre.

### 2.1.3. Características Geográficas

A característica marcante da área da Península de Porto Belo é a sua localização dentro da faixa de transição entre os climas tropical e subtropical, permitindo abrigar ao longo do ano espécies típicas de ambos os climas. Segundo a classificação de Köppen, em Bombinhas o clima é considerado do Tipo Subtropical Mesotérmico Quente e Úmido sem Estação Seca Definida (Cfa).

O total anual de insolação é de 1800 h/ano, com a maior insolação mensal de 149,6 horas no mês de maio e a menor de 79,6 horas no mês de setembro.

A temperatura média anual é de 19,5°C. Nos meses mais quentes, há uma variação de 24°C a 26°C, e nos meses mais frios de 15°C a 18°C.

As precipitações são abundantes e regularmente distribuídas durante o ano, com média anual igual a 1600 mm. Sendo janeiro o mês mais chuvoso, com 190 mm, e julho o mês menos chuvoso, com 92 mm. Ainda "(...) apresenta o menor número de dias de chuva anual da região com 110 dias por ano e excedente hídrico de 600 mm por ano". (Santa Catarina, 1996)

A umidade relativa do ar no verão é de 85%, no outono 87%, Inverno 88% e primavera de 86%.

O quadro de ventos predominantes em todas as estações do ano (Bombinhas, 1996) é preferencialmente o nordeste, seguido de sudeste, atingindo velocidades de 5,76 nós no verão, no outono de 4,66 nós, 3,84 nós no inverno e na primavera de 5,40 nós. Os ventos provenientes do quadrante sul são mais expressivos nos meses de inverno. São comuns tempestades intensas no final do inverno, associadas a sistemas frontais oriundos da Região Antártica e Subantártica, alterando condições pluviométricas e regime de ventos.

As águas dos mares da Península de Porto Belo sofrem também a influência do fenômeno da convergência subtropical do encontro da Corrente do Brasil, que transporta a Água Tropical (AT), com as águas da Corrente das Malvinas, que, por sua vez, transporta a Água Subantártica (ASA). A água resultante denomina-se Água Central do Atlântico Sul (ACAS), possibilitando grande biodiversidade de flora e fauna marinha.

Na primavera e verão (Carvalho *et. al.*, 1996) a salinidade pode variar entre 25‰ a 36‰ com temperaturas de 16°C a 27°C, notando-se estratificação relativamente acentuada nesta época. As inclinações das isoterms próximas à Ilha do Arvoredo indicam ocorrência de ressurgência costeira da ACAS sobre a plataforma continental, quase alcançando a superfície próxima a região costeira, podendo esta ser forçada pelo vento NE, deslocando as águas superficiais para fora da costa, permitindo a subida da ACAS. A estratificação térmica é mais acentuada devido ao aumento do aquecimento das camadas superficiais. A Água Costeira (AC) está localizada a até trinta e cinco metros de profundidade, onde é separada da ACAS pela termoclina.

No outono e inverno, segundo os mesmos autores, a coluna de água é praticamente homogênea. Uma água fria superficial com 17°C e pouco salina, 29‰ proveniente do sul, recebe a influência da água da Bacia do Prata, "*Uma hipótese bem aceita, é de que esta água que entra pela costa sudeste sul brasileira tenha sua origem num ramo da Corrente das Malvinas, que intensifica-se no inverno, passando sobre a plataforma continental argentina, misturando-se com a água do Prata e depois segue margeando a costa brasileira*". (Carvalho, *Op. cit.*)

O regime de marés é misto, predominantemente semi-diurno, com altura média de oitenta centímetros. Nas marés de sizígia, a altura alcança cento e vinte centímetros e nas marés de quadratura, apresenta altura de sessenta centímetros. As marés meteorológicas, com a ação do vento que empilha a

água nas regiões costeiras, ocorrem mais regularmente no inverno devido ao aumento da frequência dos ventos do quadrante sul.

Bombinhas apresenta a estrutura geológica continental do embasamento do complexo cristalino denominado de escudo com origem semelhante a da Ilha de Santa Catarina relacionados ao soerguimento do segmento sul da Serra do Mar. Praias arenosas, costões e escarpas abruptas evidenciam a ação de processos do mar e do vento ao longo de milhares de anos.

O potencial de minérios é utilizado para uso imediato na construção civil em pavimentação e terraplanagem.

Geomorfologicamente, ocorrem no litoral de Bombinhas as praias arenosas, pontas, enseadas, baías, ilhas e serras, com encostas íngremes e vales profundos, que são mais baixas em direção ao mar.

Com três faixas altitudinais identificadas de 0-200 metros, 200-400 metros, 400-600 metros, o relevo "*Pode ser considerada homogênea com predominância da faixas altimétricas de 0 a 400 metros*". (Santa Catarina, *Op. cit.*). O Morro de Santa Luzia, entre a Enseada dos Zimbros e a planície do rio Tijucas, é o ponto mais alto do município de Bombinhas, com 558 metros.

Outros dois pontos localizados no Morro dos Macacos, com 218 metros, e o morro do Ventura, com 239 metros, entre Bombinhas e Bombas, complementam a moldura e grande parte das áreas de preservação permanente - APP que comportam os limites terrestres do município de Bombinhas.

A tabela 3 caracteriza as áreas das três microbacias de Bombinhas. A microbacia de Bombas, na praia de mesmo nome, também possui no fundo do vale paralelamente ao Morro do Ventura o Bairro do Zé Amândio e constitui-se formada pelas Praias de Bombas, Bombinhas e do Ribeiro.

Tabela 3 - Características das Microbacias de Bombinhas, SC

Microbacia	Bombas	Mariscal	Zimbros
Área Total	11,3 km <sup>2</sup>	11,1 km <sup>2</sup>	14,7 km <sup>2</sup>
Área Planície	2,7 km <sup>2</sup>	5,5 km <sup>2</sup>	4,9 km <sup>2</sup>
Planície	43,7%	49,6%	18,3%
Área Morraria	8,6 km <sup>2</sup>	6,1 km <sup>2</sup>	9,8 km <sup>2</sup>
Morraria	56,3%	51,4%	81,7%
Altitude	0 - 239 m	0 - 218 m	0 - 558 m

Fonte: Pollete (1997)

Na tabela 3, é fato que mesmo não informando qual a cota da altura em metros que inicia a área das morrarias e termina a área das planícies, provavelmente toda a área das morrarias ou quase toda a área é de preservação permanente -APP, segundo a Lei orgânica de Bombinhas que revela no seu artigo 190: "*As elevações existentes acima da cota de 20 (vinte) metros sobre o nível do mar, no âmbito do perímetro urbano do Município e suas matas nativas, são patrimônio da cidade destinadas à preservação de reserva ecológica, biológica e natural, nelas sendo vedadas qualquer atividade ou obra que possa alterar suas características topográficas ou que venham a introduzir*

situações de riscos no sentido de comprometer a integridade das condições que justificam sua preservação". Esta condição restringiu e fez avançar o processo de normas ambientais em Bombinhas.

Segundo Raimundo (1993), as Praias de Bombas, Bombinhas e Zimbros já não mais possuíam vegetação de restinga. "*Há ainda alguns remanescentes descontínuos desta vegetação no tómbolo (do Mariscal e Canto Grande), entremeado pelos loteamentos que proliferam naquele trecho*".

Consoante Raimundo (*Op. cit.*), a evolução da paisagem no período quaternário construiu e destruiu os ambientes, consolidando as formas distintas, presentes atualmente junto à Península de Porto Belo, com três blocos distintos de paisagem:

a) Morros e Cristas:

De Santa Luzia, Ventura e Macacos. De idade pré-cambriana com orientação predominante SW-NE, com o modelado iniciando-se no período terciário. Declividades acentuadas estão presentes, com constituição litológica de xistos verdes, anfíbolitos e rochas granito-gnáissicas.

As rochas originaram os solos do tipo cambissolo álico e podzóis, com baixos índices de fertilidade natural pouco estruturados. Nestes morros e cristas, ocorre vegetação secundária em diversos estágios de sucessão.

b) Planície de Bombinhas e Zimbros:

Planície arenosa com areias fracamente estruturadas, não conferindo uma resistência às intempéries do clima. Cordões arenosos retrabalhados pela ação do vento e chuva dão maior homogeneidade ao embasamento. A cobertura vegetal é característica da floresta atlântica de planície, parecida com a de encosta, com algumas diferenças florísticas e estruturais. Esta vegetação já foi alterada e descaracterizada devido às zonas agrícolas e frentes de expansão urbana.

c) Tómbolo do Mariscal e Canto Grande e as Praias:

Terrenos baixos e recentes formados no holoceno. A constituição é de areias marinhas inconsolidadas, facilmente movimentadas pela ação de chuvas e marés. Substratos com cordões e entre cordões arenosos, paralelos à linha de costa, caracterizam o terreno. Primitivamente a cobertura vegetal é denominada "scrube de restinga", com arbustos e arvoretas assentadas nos cordões e com vegetação herbácea especializada em solos salobros nos entre cordões.

Nas bacias hidrográficas, a captação das águas pode desaguar diretamente nos mares através dos costões rochosos, ou percorrer as planícies litorâneas que formam os rios e pequenos estuários nas suas desembocaduras.

O rio da Barra e o José Estevam na Praia de Bombas, o rio Passa Vinte na Praia de Zimbros, e o rio Barreiro na Praia de Bombinhas são os maiores e mais impactados negativamente no nível de

assoreamento significativo, devido à destruição de suas faixas marginais de vegetação e à retificação dos seus leitos para a drenagem, que causou o abaixamento do nível do lençol freático possibilitando a expansão imobiliária nos seus altos e médios cursos. Catalisa este processo o corte de cotas mais altas dos morros para construções e a retirada de argila para aterro.

Nos baixos cursos, o problema da urbanização é um comprometedor da qualidade da água facilmente observado nos seus leitos, devido ao desrespeito das faixas de APP proporcionais à largura do rio, causando aumento de turbidez. Magnifica esta situação a questão dos leitos servirem como fossas terminais do esgotamento sanitário.

As enchentes ocorrem a partir do aumento do fluxo de água em suas desembocaduras devido ao alto grau de impermeabilização, à falta de critério conservacionista do solo, e a não haver planejamento nos sistemas de drenagem urbana do município.

A vegetação de Bombinhas pertence à paisagem dos remanescentes da floresta ombrófila densa (floresta tropical pluvial atlântica), dentro do cenário típico do relevo do litoral atlântico sul brasileiro.

As formações vegetais podem ser representadas pela vegetação da faixa litorânea, das dunas, dos manguezais e dos costões rochosos. Nos morros e planícies, podem estar representados pelo sistema primário e secundário da floresta de terras baixas e sub-montanas.

#### **2.1.4. Características Demográficas**

A caracterização da população tem como base os dados estatísticos do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1996), quando Bombinhas possuía 5877 habitantes, correspondendo a 0,12% do total de habitantes do Estado de Santa Catarina.

Estas pessoas estão em situação urbana é o que representa a tabela 4, devido à herança da Lei n.º 278 (7/1978), do município de Porto Belo, que, naquela época, já induzia o aumento do perímetro urbano, reduzindo o total da população rural e justificando aumento de arrecadação e expansão das terras à venda.

Já era o indício do início da era da especulação imobiliária na Península de Porto Belo ? De certo modo, o contemporâneo plano diretor de Bombinhas responde a esta questão, considerando toda a área do município como urbana.



Tabela 4 - População Residente Total, Urbana e Rural e Participação Relativa em Bombinhas

	População				
	Total hab.	Urbana hab.	% total	Rural hab.	% total
<b>Bombinhas</b>	5.877	5.877	100	0	0
<b>SC</b>	4.875.244	3.565.130	73,13	1.310.267	26,87

Fonte: Santa Catarina (1998)

Na tabela 5, é interessante observar, em nível exploratório, que a grande maioria dos residentes ainda permanece em áreas de planície, e realmente isto acontece. Em Bombinhas, a densidade dos residentes pode ser de 448,6 habitantes por quilômetro quadrado nas áreas planas. Com taxa de crescimento de 4% ao ano, esta densidade pode estar aproximadamente em 507 habitantes por quilômetro quadrado nas planícies.

Tabela 5 - Densidade das Planícies em Bombinhas, SC

Densidade	Bombas	Mariscal	Zimbros
Área das Planícies	2,7 km <sup>2</sup>	5,5 km <sup>2</sup>	4,9 km <sup>2</sup>
Residentes	448,6 hab./ km <sup>2</sup> na planície		
Veranistas	4198,5 hab./ km <sup>2</sup> na planície por mês/verão		

fonte: pesquisa e elaboração própria

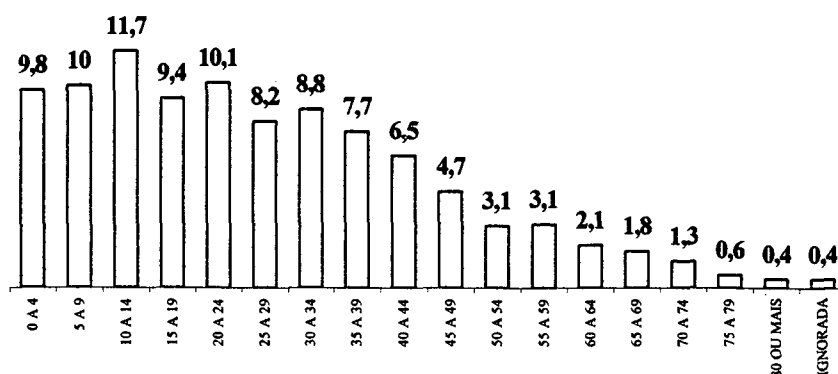
A estatística da Santur (1997) estima o movimento de 55.000 turistas por verão no município. Em nível exploratório, as densidades poderiam ser em algum momento de 4198,5 veranistas por quilômetro quadrado, por mês de verão.

Os dois maiores picos de movimento de turistas ocorre na passagem do ano e carnaval. O turismo como fonte de renda para os moradores está na expectativa de uma temporada representativa de verão.

Quanto à idade da população, dos 5877 indivíduos, jovens e crianças na faixa etária de 0 a 19 anos, correspondiam a 40,9% do total da população do município, com a maior concentração no grupo de 10 a 14 anos de idade com 11,7%, e de 5 a 9 anos de idade, com 10% dos indivíduos. Pelos dados do censo, conclui-se que Bombinhas é um lugar de crianças e jovens, o que demonstra a figura 3.

Nestas faixas etárias é que está a fonte potencial de educação e trabalho para o futuro da comunidade de Bombinhas. Os jovens serão os herdeiros encarregados pelos destinos da biodiversidade, contida nos diferentes ecossistemas presentes.





Fonte: Ibge (1996); onde 80 ou MAIS = oitenta anos ou mais; e elaboração própria

Figura 3 - Pessoas Residentes (%) e os Grupos de Idade (anos) em Bombinhas, SC

Nos dados da tabela 6, é importante ser observado que Bombinhas possui taxa de crescimento alta (4,2%), acima da taxa de crescimento do Estado de Santa Catarina, que foi de 1,7%.

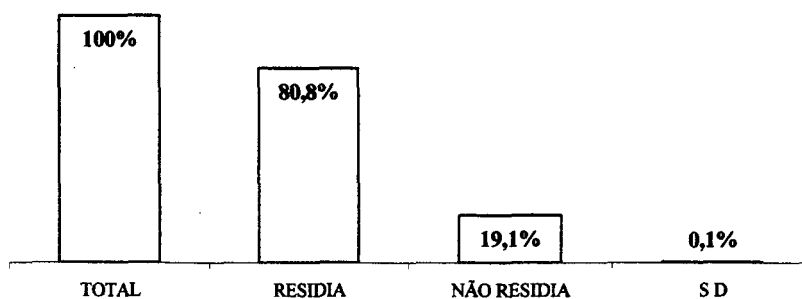
Tabela 6 - População Total e Índice de Crescimento de Bombinhas, SC

	População Total					Taxa de Crescimento
	Ano/Hab	1996	1997	1998	1999	
<b>Bombinhas</b>	5.877	6.125	6.383	6.653	6.934	% 1997/96 4,22

Fonte: Santa Catarina (1998)

"Bombinhas tem um crescimento populacional (5%) que é o dobro do crescimento populacional brasileiro, resultado da imigração intensa". (Bombinhas, *Op. cit.*). Este segue os passos dos já consagrados vizinhos do litoral centro norte de Santa Catarina, em relação às políticas de desenvolvimento do crescimento populacional, que passa pelo aumento sem o controle da taxa de urbanização. O menor município catarinense é um dos quinze municípios que mais cresceu no Estado de Santa Catarina nos últimos anos.

A população de Bombinhas, em 1996, representada na figura 4, era caracterizada por 80,8% da população residente, oriunda do próprio município.

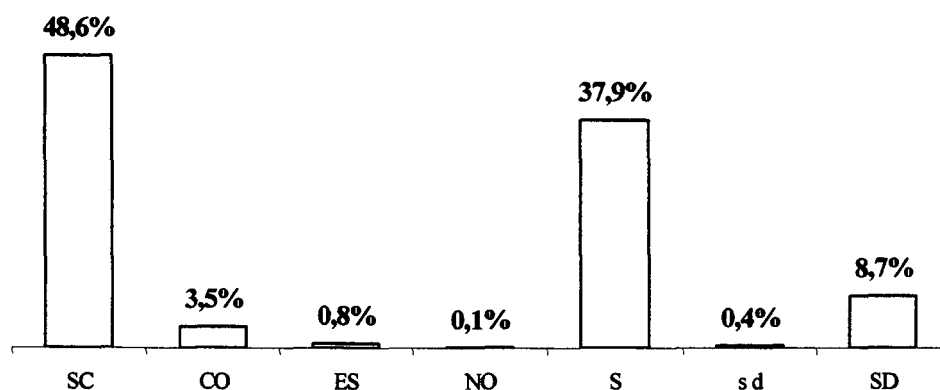


fonte: Ibge (1996) e elaboração própria; S D = sem declaração

Figura 4 - Pessoas de 4 Anos ou Mais de Idade, Residentes em Bombinhas (9/96), por Gênero, Segundo a Residência em (9/91)

Os indivíduos que não residiam no município em 1991 representaram um aumento de 19,1% das pessoas que vieram de fora para se instalar nos últimos cinco anos. Naquele ano de 1996, de cada dez residentes, dois vieram de outros lugares.

Entre as 1040 pessoas não naturais do município até 1996, a maior concentração era de pessoas oriundas dos próprios municípios catarinenses, com 48,6% do total. Uma grande parcela provinha da região sul, com 37,9% do total. A figura 5 demonstra as parcelas.



Fonte: Ibge (1996) e elaboração própria; onde: SC = Santa Catarina; NO = Nordeste; SD = Sudeste; CO = Centro Oeste; ES = Estrangeiro; SD = Sem Declaração.

Figura 5 - Pessoas de Quatro Anos ou Mais Não Residentes em Bombinhas por Região onde Residiam

A presença de estrangeiros residentes não chega a 1%, contrariando a inversão durante os meses de alta temporada, que atraem uma parcela significativa de veranistas.

Os nordestinos são uma parcela insignificante como moradores residentes, mas a sua presença no trabalho de verão como vendedores ambulantes de redes de balanço, dentro da vocação turística que Bombinhas lhes oferece como oferta, contém revelação interessante.

### 2.1.5. Características Educacionais

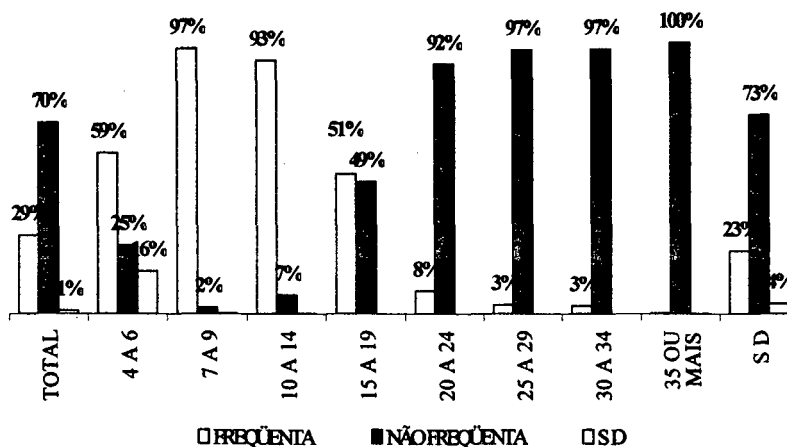
No que tange à educação, Bombinhas possui ensino formal de pré-escola, 1º e 2º graus, distribuídos em escolas municipais e estaduais.

As comunidades de Bombinhas, Bombas, Zimbros e Canto Grande possuem escolas de 1º grau e pré-escola. Atualmente, a Praia de Zimbros e Bombas comportam escola estadual com o 1º e 2º graus.

Não existem escolas particulares em nenhum nível e a educação formal é oferta pública e gratuita, mantida pelo Estado e Município.

Os estudantes do grau superior estudam em outros municípios como Itajaí e Balneário Camboriú.

O número de pessoas que freqüentam a escola, 1562 alunos, com 29% do total de residentes, está preferencialmente nos grupos infanto-juvenil, de 10 a 14 anos ou menos. A figura 6 revela que poucas pessoas nos grupos de 15 a 19 anos (51%) e 20 a 24 anos (8%) estudam.

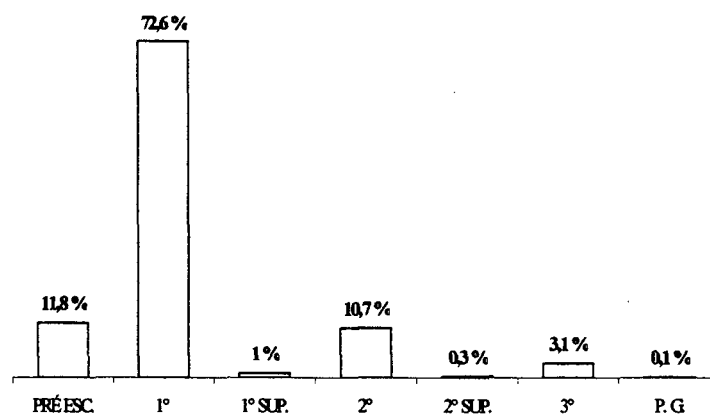


Fonte: Ibge (1996) e elaboração própria; S D = sem declaração

Figura 6 - Pessoas Residentes em Bombinhas de 4 Anos ou Mais de Idade, Freqüência à Escola, e os Grupos de Idade (anos)

As pessoas que não freqüentam escola somam 3795 indivíduos residentes. Fica observado, que um quarto das crianças, em fase pré-escolar, está em casa e pessoas com mais de 25 anos, normalmente não estudam.

Para os dados na figura 7, pode-se inferir que aproximadamente 10% da população residente que estuda completará o 2º grau.



Fonte: Ibge (1996); onde, PRÉ ESC. = pré escolar, 1º = primeiro grau, 1º SUP. = primeiro grau supletivo, 2º = segundo grau, 2º SUP. = segundo grau supletivo, 3º = terceiro grau, P. G. = pós-graduação; elaboração própria

Figura 7 - Pessoas Residentes em Bombinhas que Frequentam Escola, Segundo o Grau da Escola

Uma pequena parcela destes estudantes conseguirá cursar a Universidade, mas esta parcela constitui uma fonte de riqueza de massa crítica em evolução e formação na sociedade bombinense.

Existe 12% de evasão no ensino de 1º grau da rede municipal o quádruplo da taxa estadual (4%) demonstrando que provavelmente a condição de ineficiência de Bombinhas pode estar associada ao trabalho infanto-juvenil. (Santa Catarina, 1998)

A partir dos dados precedentes das tabelas e figuras apresentadas, a população bombinense apresenta historicamente uma grande quantidade de jovens menores de vinte anos de idade e a população nativa está sendo substituída gradativamente por uma parcela cada vez maior de indivíduos oriundos de outras localidades.

### 2.1.6. Características da Vida Política, Social e Econômica

As informações sobre a vida política, social e econômica de Bombinhas possuem um caráter complexo e foram entendidas e relacionadas com os objetivos sociais a serviço do projeto social que busca soluções de autogestão técnica e participativa, que incluam o Parque Municipal da Galheta nesta realidade. A atualidade da crise de legitimação do planejamento e gestão dos problemas de Bombinhas envolve entender a articulação dos grupos sociais que intervêm no espaço natural daquele lugar.

Os eleitores, no ano de 1997, conforme a figura 8, representavam 69,8% da população residente, com 4297 pessoas. As comunidades de Zimbros, Bombinhas e Bombas, com 29,2% e 24,8% e 24,4% respectivamente, eram os maiores colégios eleitorais de Bombinhas na disputa da primeira gestão municipal.

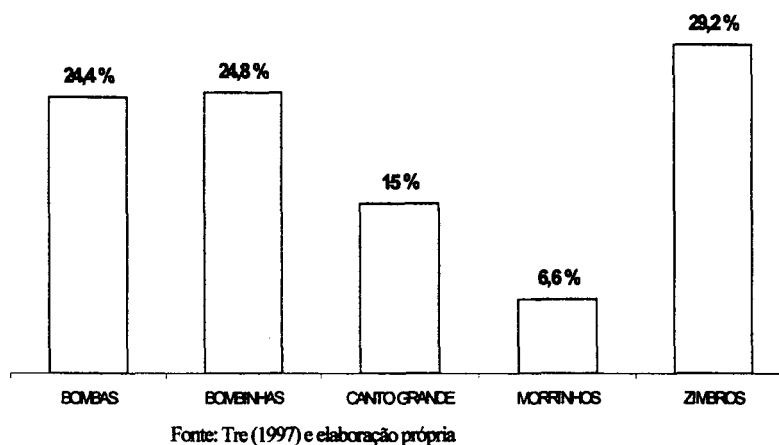


Figura 8 - Eleitores por Comunidade em Bombinhas, SC

Em 1998, o número de eleitores aumentou para 4605, representando 72,1% da população residente. Zimbros, Canto Grande e Morrinhos são as comunidades com menor amálgama social. Provinha do maior colégio eleitoral da comunidade de Zimbros o primeiro prefeito eleito na gestão 1993-1996, com a analogia "Preservar é Preciso", o segundo idem, na gestão 1997-2000, "Qualidade de Vida é Desenvolvimento".

A primeira gestão sentiu a necessidade, urgência, clareza e categorização e indicou com exatidão o que a superestrutura ideológica e política dos governantes preservou para os cidadãos que representavam. Na segunda gestão, o ato do progresso para o estágio econômico, social e político da comunidade de Bombinhas, caracterizado pelo rendimento dos recursos naturais, trabalho e tecnologia que atribui qualidade e permite avaliar, aprovar e aceitar ou recusar, nas escalas dos valores da comunidade que os governantes ainda representam, permanece a dúvida em desenvolver para quais pessoas ou que coisa desenvolver para qualificar a vida.

A sociedade de Bombinhas pode ser dividida em dois grupos sociais distintos, em função das condições de vida material: os povos herdeiros ecossistêmicos descendentes de ericeirianos e açorianos ou nativos e os grupos que vieram de fora ou não nativos, representados basicamente por indivíduos em busca de investimentos na área turística. A divisão simples acentua-se para cada praia do município,

diferente em intensidade de ação e complexidade em relação aos problemas de vida cotidiano encontrados em cada comunidade, mais marítima ou mais turística. Os recursos naturais do entorno no município de Bombinhas relevam as atividades econômicas fundamentais e suas respectivas fontes de trabalho.

As comunidades de Zimbros, Canto Grande e Morrinhos devido a menor amálgama social, parecem possuir o maior sentimento de pertinência, manifesto nas suas comunidades mais fechadas e estáveis. Bombas e Bombinhas também possuem a convivência da comunidade próxima e duradoura, mas em relação as primeiras, a pertinência é mais aberta e instável devido a recente intensificação da mistura social.

O primeiro grupo herdeiro ecossistêmico estabelece as suas relações em função dos valores cotidianos galgados na sua cultura histórica, relacionada intensamente ao ambiente marinho, com propriedades predominantemente comunitárias ou estatais. As diferentes categorias de pescas realizadas em função das estações do ano, próximo à Península de Porto Belo e a REBIOMAR Arvoredo, mostram a realidade.

O segundo grupo de investidores na área turística e construção civil permanece em função dos valores de trocas, desempenados pelas suas experiências progressas da transação econômica por ela mesma observada no negócio das propriedades privadas.

As formas de uso do espaço bombinense, seja comunal, estatal ou privado, revelam o conflito intenso atual entre os agentes da propriedade, as políticas oficiais e os grupos sociais básicos. A economia mista segue como estratégia o padrão minifundista privado, observado na vocação turística que se revela pelos bens e serviços articulados na comunidade.

Esta articulação nas relações de poder, hierarquia e burocracia orientam as formas de economia e o uso do espaço bombinense. Os grupos de investidores da propriedade privada possuem preferência relacionadas às altas decisões de planejamento e gestão, que comprometem estrategicamente o espaço de Bombinhas. A intervenção pública no sentido desta preferência é desburocratizada e ágil.

Por outro lado, os grupos ecossistêmicos representados pelo uso do espaço comunal e estatal em Bombinhas estão trabalhando para o desenvolvimento dos modos de vida, para o melhoramento do meio ambiente em função de suas idéias, iniciativas e propósitos nas relações de poder. As organizações não governamentais em Bombinhas demonstram a existência de uma variedade de movimentos de cidadãos, que permanecem com a clareza do caráter democrático-representativo, procurando espaços naturais da participação cidadã com os objetivos sociais, apesar de não serem a preferência nas relações

de poder. A forma de atuação por vizinhança e informalidade na comunicação local sustenta a continuidade da participação.

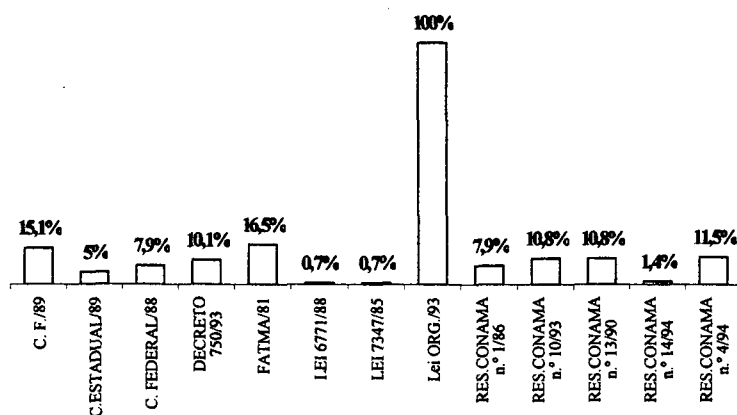
Os meios de propaganda e comunicação são os nós de informação e o foco estratégico que sustentam os protocolos e os mecanismos formais de participação. A utilização indevida e pouco ética da informação obtida das comunidades e o vocabulário fora de alcance das pessoas que supõe servir predominam na concepção da tomada de decisões.

A procura do espaço de participação cidadã entra em contradição com as imagens publicitárias rendidas pelos grupos de preferência no arranjo institucional de Bombinhas.

Compatível com os desejos e necessidades comunitários. E mais ainda, significativo e necessário que seja desejada por esta comunidade, a Unidade de Conservação como tema aglutinador sofre do enfoque predominante da tomada de decisão fora da comunidade. Desmotivada e não justificada, a imagem utilizada e a tomada de decisão passa por critérios das instituições e políticos que se orientam, não por critérios sociais e comunitários, mas por controle da informação que sustenta aquele arranjo institucional.

Mais vale tratar de forma desigual, em relação aos impostos, os proprietários nativos e não nativos que possuem propriedades na área da Unidade de Conservação, do que comprometer-se com um projeto de concepção e fundamentação que a comunidade participou. Mais vale obter a posição social e a condição para fora de Bombinhas com a imagem do Parque estampada na primeira página oficial do município, nos computadores da rede mundial, do que olhar para dentro da comunidade e integrar a sua verdadeira riqueza social no aperfeiçoamento da educação e na cooperação na organização da produção da comunidade.

A figura 9 demonstra em Bombinhas o grau de incidência das Legislações Ambientais Federais, Estaduais e Municipais.



Fonte: dados do autor e elaboração própria; onde: C. F. = Código Florestal; C. ESTADUAL = Constituição Estadual; C. FEDERAL = Constituição Federal; Lei ORG. = Lei Orgânica; RES. CONAMA = Resolução Conama;

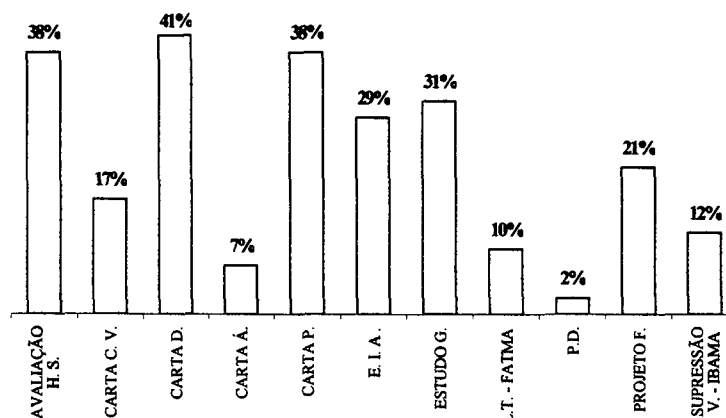
Figura 9 - Categorias de Legislação (% Relativa) dos Laudos Técnicos pela Diretoria do Meio Ambiente da Prefeitura de Bombinhas, 1993/94

A Lei Ambiental está presente para legitimar as formas de organização do espaço físico reduzido e as propostas de uso do solo nos diferentes modos de ordenamento. Os elementos que formam a base de utilização de uso do solo e do mar possuem referência de como deve ocorrer o manuseio da natureza em Bombinhas. A idéia é condizente com a realidade local e evita a degradação do patrimônio natural, que deve ser considerado nos projetos executados, minimizando os impactos negativos.

O número de categorias observadas na figura 10 caracteriza as recomendações dos laudos técnicos elaborados pela diretoria do meio ambiente da prefeitura de Bombinhas quando da viabilidade ou não da ocupação e/ou do uso do solo no município de Bombinhas, nos anos de 1993 e 1994.

Relativamente, 29% dos laudos técnicos recomendavam os estudos de impacto ambiental (EIA) para os diferentes ambientes que envolviam o uso do solo em áreas de preservação permanente - APP.





Fonte: dados do autor e elaboração própria; onde: AVALIAÇÃO H.S. = avaliação do projeto hidro-sanitário; CARTA C.V. = carta da cobertura vegetal; CARTA D. = carta da declividade; CARTA Á. = carta da água; CARTA P. = carta planaltimétrica; E.I.A. = estudo de impacto ambiental; ESTUDO G. = estudo geológico; L. T. FATMA = laudo técnico da FATMA; P.D. = Plano Diretor; PROJETO F. = projeto de florestamento; SUPRESSÃO V. IBAMA = deferimento supressão da vegetação pelo IBAMA

Figura 10 - Categorias de Recomendação (% relativa) nos Laudos Técnicos pela Diretoria do Meio Ambiente da Prefeitura de Bombinhas, 1993/94

Os casos em relação às áreas de preservação permanente - APP eram relevantes e procuravam orientar o solicitante para a inclusão nos seus projetos dos aspectos ambientais.

A chegada das redes de energia elétrica em Bombinhas mudou o grau de dependência em relação a atividades econômicas desenvolvidas dentro da Península de Porto Belo. A ligação é do ano de 1977, para as comunidades de Bombinhas e Bombas, e de 1978, para as comunidades de Zimbros e Canto Grande. Apenas há vinte anos atrás a comunidade acessou esta fonte de qualidade de vida e/ou conforto.

Recentemente a quarta geração de crianças bombinenses está sendo formada pelos componentes culturais da televisão!

É significativa em Bombinhas a utilização de outras fontes de obtenção de água, como as ponteiras e cachoeiras que retiram água dos lençóis freáticos e cachoeiras das encostas dos morros, respectivamente. Aproximadamente 30% da população utilizava água oriunda destas formas de obtenção (ponteira e cachoeira) e 7% utilizavam mais de uma origem. Bombinhas (*Op. cit.*)

Somado ao fator limitante água, Bombinhas envia todo o seu resíduo sólido produzido na cidade para a região da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS).

Bombinhas é exportador de suas externalidades ou impactos negativos!

Apesar da insignificância na escala estadual de quantidade colhida e área colhida em hectares da produção de lavoura de mandioca, existem agricultores em Bombinhas e a atividade de produção de

mandioca persiste, após a safra da pesca da tainha, nos meses de inverno. A pouca valorização do comércio local em relação ao produto pode levar à diminuição da atividade da elaboração da farinha de mandioca.

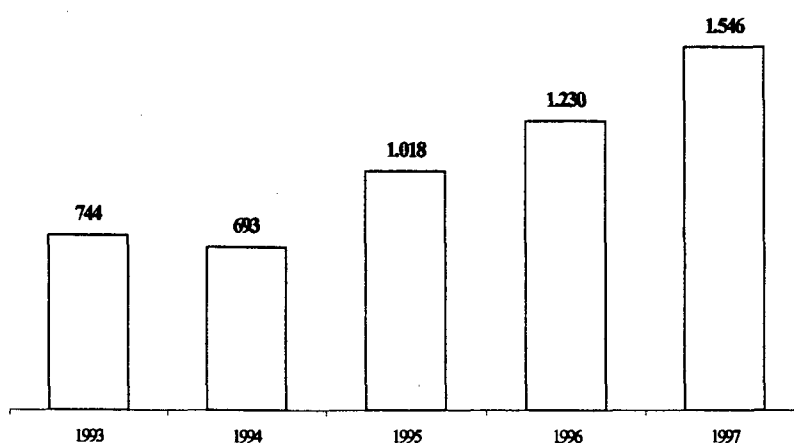
Cerca de 1/4 da população cultivava no seu quintal, fruta, verdura, fruta e verdura e outros. A criação de animais chegava a 14% das famílias, sendo que o animal criado com mais frequência era a galinha, (Bombinhas, *Op. cit.*). Os dados são significantes na escala de Bombinhas, pois traduzem os meios de subsistência alimentar das famílias que não participam ou participam pouco da vocação terciária da produção de riquezas. Pertence ao seu modo de produção e reprodução social a tradição da pesca e agricultura de subsistência.

*"Esse acesso a alimentos faz com que na prática o serviço de saúde receba muitos poucos casos de desnutrição (como evidenciado no estudo de demanda ambulatorial). Cabe salientar que devido ao fato de que o município é rodeado pelo mar, a população tem acesso a frutos do mar, o que certamente é um elemento que colabora para este fato".*  
Bombinhas (*Op. cit.*)

A caracterização de Bombinhas utilizou os dados estatísticos de Santa Catarina (1997; 1998; 1999).

Bombinhas é classificada em função da característica urbana como do tipo litorâneo, (Santa Catarina, *Op. cit.*) com outros 29 municípios catarinenses com taxa de urbanização de 50,1% até 100%.

A evolução do Produto Interno Bruto por habitante a partir de 1993, ano de sua emancipação política, ao ano de 1997 em Bombinhas, pode ser observada conforme a figura 11.



Fonte: Santa Catarina (1997) e elaboração própria

Figura 11 - Evolução do PIB (R\$) per capita de Bombinhas - 1993/97

Em quatro anos houve a duplicação do PIB municipal por habitante. O PIB por indivíduo (R\$ 1546) é aproximadamente 1/4 do total do Estado.

Bombinhas é eficiente na cobrança dos impostos de sua competência. É a 22ª administração mais eficiente em cobrança de imposto territorial urbano em Santa Catarina, (Santa Catarina, *Op. cit.*). Cobrava em média R\$ 54,00 por habitante, com um salto de 72% de 1993 para 1994.

Sincronicamente, obtinha uma grande receita própria per capita em relação a tributos com média de aproximadamente R\$ 127 por pessoa (Santa Catarina, *Op. cit.*) e aumento de 63% (1993/1994).

O PIB municipal per capita é significativamente relacionado ao valor fiscal da indústria, comércio e serviço com 98% do total seguindo a tendência estadual.

A transferência da União per capita para Bombinhas é considerada de condição de eficiência precária. Em nível estadual indica pouca transferência de verbas do Estado para Bombinhas.

Pode-se concluir que Bombinhas possui economia endógena e eficiência geral, devido aos indicadores sociais e finanças municipais de receita própria, significativamente relacionada à capacidade de cobrar impostos municipais, porém não demonstra a mesma capacidade nos gastos em qualidade de vida de sua população.

### **3. Revisão da Bibliografia**

A revisão da literatura consistiu na contribuição da exposição e síntese do conteúdo básico de três tópicos relacionados: o planejamento participativo, a percepção da qualidade ambiental e a economia ecológica e a conservação como assunto público.

Esta, busca a ligação dos objetivos da conservação da biodiversidade com os objetivos do planejamento do desenvolvimento de um lugar. Assim, a pesquisa da revisão partiu de uma matriz que envolvia a percepção dos valores da conservação, da economia e do planejamento participativo.

Procurou o conhecimento dos trabalhos apresentados pelos autores pesquisados nos tópicos relacionados, visto que a visão da integração dos objetivos conservacionistas e dos objetivos do desenvolvimento é uma vanguarda que pode promover o desenvolvimento local e prover alternativas que encorajem a participação da comunidade como fundamental em todas as fases de desenho e implementação de uma política ambiental catarinense.

#### **a) Planejamento Participativo**

A participação e o planejamento estão intimamente relacionados com a economia e a conservação dos recursos naturais, foram observadas as opiniões sobre a participação e a administração pública. Houve a subdivisão em relação às alternativas de políticas públicas, as pré-condições para a participação da sociedade civil na avaliação das políticas públicas, a avaliação da participação e os seus mecanismos e pré-condições, contidos nos modelos institucionais de planejamento participativo.

#### **b) Percepção da Qualidade Ambiental**

Este tópico procurou observar os estudos de percepção ambiental e da paisagem como elementos integrantes do planejamento.

A importância e necessidade de se considerar a potencialidade dos indivíduos nos estudos de percepção para as atividades de planejamento e conseqüente estruturação dos espaços sociais foram considerados, descritos e sintetizados sobre a importância dos estudos de percepção, o modelo simplificado de percepção e os estudos de percepção.

### **c) Economia Ecológica e a Conservação como Assunto Público**

A metodologia da revisão apresentou a descrição da valoração econômica do meio ambiente e dos recursos naturais e a valoração da biodiversidade, a partir de alguns elementos para a economia de Unidades de Conservação. Estes foram o produto de uma sociedade em função da qualidade ambiental, os valores da biodiversidade e as duas posições da atribuição de valores a bens ambientais.

A economia, com as diferentes funções econômicas do meio ambiente e os seus efeitos, formam as visões importantes como referência para a compreensão da economia ecológica em formação. Foram apresentados os temas de visões da relação economia – ambiente, das dimensões da economia ecológica e ambiental, das funções econômicas do meio ambiente e dos efeitos da atividade econômica.

Os valores das Unidades de Conservação, os impactos das atividades recreativas, os bens públicos e coletivos e o direito de propriedade, uso, controle e acesso foram preponderantes para a compreensão e a realização do trabalho que envolvia a Praia de Bombas e o Parque Municipal da Galheta. Constou os princípios gerais de administração e manejo de Unidades de Conservação, os impactos das atividades recreativas, bens em função da utilidade individual e o valor econômico total.

#### **3.1. Planejamento Participativo**

##### **3.1.1. Participação e a Administração Pública**

Algumas lições de participação<sup>1</sup> e descentralização<sup>2</sup> de experiências brasileiras foram estudadas por Motta (1994).

Pode-se depreender que a prevalência do desenvolvimento econômico-social, bem como o exercício da cidadania é possível com uma política de devolução do poder e fortalecimento claro para as administrações locais.

Em sociedades democráticas modernas é aceita naturalmente a responsabilidade dos governos e serviços públicos em relação aos cidadãos. Campos (1990) explora os requisitos essenciais da "accountability", observando que é um conceito chave para a compreensão da relação entre a administração pública e o seu público, como sinônimo de responsabilidade objetiva, ou obrigação de responder por algo que acarreta a responsabilidade de uma pessoa ou organização, perante uma outra

<sup>1</sup> Assunção de recursos de poder e influência sobre a decisão pública. (Motta, *Op. cit.*)

<sup>2</sup> Transferência de poder, autoridade e responsabilidade restritos a instâncias superiores. (Motta, *Op. cit.*)

pessoa, por alguma coisa ou por algum tipo de desempenho. Também é entendida como questão de democracia com alguns padrões de desempenho considerados na qualidade e maneira de prestação dos serviços e a justiça na distribuição dos benefícios e custos econômicos, sociais e políticos dos serviços e bens produzidos.

Esta avaliação do desempenho e controle governamental ocorre com a fiscalização dos cidadãos. A participação da sociedade na avaliação das políticas públicas tem avanços pessoais reconhecíveis como o desenvolvimento da consciência popular, pois o cidadão passa de consumidor de serviços públicos e objeto de decisões públicas a um papel ativo de sujeito.

O padrão que predomina no relacionamento entre o Estado e sociedade indica o nível de desenvolvimento de um lugar. O comportamento dos cidadãos é que determina a alocação dos recursos públicos que consideram os critérios negociados.

### **3.1.2. Participação e o Planejamento**

Conceituar planejamento participativo para Comely (1978) implica transformações estruturais e processo político, pois mais do que atividade técnica é um conjunto de instrumentos técnicos a serviço de uma causa política, com o escopo de obter participação co-responsável e consciente a favor das mudanças estruturais.

Argumento favorável para o planejamento participativo segundo a eficácia operacional seria que a participação proporciona imagem favorável com credibilidade. Setores da comunidade, técnicos e líderes aportam dados realistas e qualitativos. E a participação como processo pedagógico estimula a comunidade no aprendizado de tomada de consciência de seus problemas reais.

Outro argumento mais substantivo, de razão ética, deve ser observado na participação do planejamento. É um instrumento intimamente relacionado com a distribuição de recursos na sociedade, ou favorece as maiorias carenciadas ou se põe a serviço das minorias. Pode significar processo democrático com acesso óbvio à informação. A presença ativa, consciente e deliberada caracteriza todas as fases do planejamento participativo. Compreender a popularidade de uma iniciativa, via a criação de uma Unidade de Conservação coloca o problema da articulação do processo local de forma dicotômica: por um lado, participar no planejamento, e por outro, participar nas questões de gestão das decisões estratégicas de uso do solo.

### 3.1.3. Avaliação da Participação

A proposta de avaliar experiências de participação popular na administração pública, em função de critérios técnicos e políticos, foi elaborada por Souto-Maior & Gondim (1992).

As questões analisadas teoricamente pelos autores são que se deve avaliar uma experiência participativa pelos resultados qualitativos e quantitativos dos bens e serviços produzidos e pela intensidade e qualidade dos processos de participação que institui.

Souto-Maior & Gondim (*Op. cit.*) afirmam que o objeto de estudo deve ser o "arranjo institucional"<sup>3</sup>. Esta alternativa avalia os resultados reais da implementação por um determinado arranjo institucional de alguns planos, programas ou projetos. Somente os efeitos e impactos seriam estudados.

Outra alternativa é preferível porque a atenção está voltada não só para os efeitos e impactos das políticas públicas, mas também para a participação dos cidadãos em todas as etapas de sua formulação e implementação.

Os dois conjuntos de critérios propostos envolvem aspectos pertinentes à ética do processo de participação popular.

Moura (1995) analisa de forma qualitativa uma administração que vem representando um modelo de gestão alternativa, participativa, consolidando sua proposta. De forma simples, o autor coloca que o planejamento estratégico é técnico, frio, calculista e o planejamento participativo é mais social, humano e representa a comunidade.

### 3.1.4. Dilemas da Participação Comunitária

Gondim (1988) considera que a participação popular passou a ser condicionante para a formulação de políticas eqüitativas e democráticas e da eficácia do planejamento.

O respaldo popular foi apontado como antídoto contra resistências de grupos de agentes, cujos interesses seriam prejudicados nas medidas de planejamento.

Gondim (*Op. cit.*) evidencia que "*Com efeito as pessoas não vivenciam "os padrões existentes no uso do solo" e sim os efeitos concretos, cotidianos, de ocupação desordenada do espaço urbano*". O que importa para elas não é o tamanho do lote mas sim, a falta de espaço para habitação.

<sup>3</sup> O conjunto de organizações públicas e privadas, regras e leis responsáveis pela formulação e implementação de uma determinada política. Souto-Maior & Gondim (*Op. cit.*)

Os benefícios difusos que as pessoas tendem a valorizar menos no cotidiano pode ser o argumento da não possibilidade de se identificar um grupo de beneficiários em questões ambientais, porque os bens são coletivos e os consumidores dispersos.

### **3.1.5. Mecanismos e Pré-Condições de Participação Comunitária**

A participação é um processo político e, por ser político, revela elevado grau de flexibilidade e tolerância para com a diversidade. (Gondim, 1991)

Gondim (*Op. cit.*) sugere que os aspectos pertinentes ao papel do poder público deve partir da discussão do papel do governo, identificando se a estrutura governamental tem vontade política da participação popular. Também explicitar qual o modelo de cidade que a administração vem seguindo e a flexibilidade de estrutura, descentralização de consulta e tomada de decisão e linguagem adequada.

### **3.1.6. Modelo Institucional de Planejamento Participativo**

O modelo teórico alternativo do planejamento participativo ainda pode estar na fronteira das formulações ideologizadas e as preocupadas com a formalidade teórica.

A questão reflete para Prates & Andrade (1985) a crise do paradigma clássico de desenvolvimento regional dominante de três décadas anteriores. A elaboração dos planos de desenvolvimento transpunham as técnicas, mecanismos e processos de escalas maiores para menores, significando o planejamento clássico do diagnóstico-estratégia-instrumento.

O significado do termo participativo distingue dois momentos fundamentais do planejamento. A participação na elaboração é objetivo geral dos planos. Na implementação, os objetivos transparecem na inclusão de representantes da população beneficiária no interior do processo executivo, criando canais institucionalizados.

A tabela 7 sintetiza a identificação de alguns padrões. As dimensões são caracterizadas sobre a participação mais induzida ou espontânea e o modelo institucional que relaciona o sistema de planejamento com a comunidade mais incorporativo ou mais autônomo.

A participação refere-se às condições contextuais de implementação do programa sendo que será mais induzido onde a comunidade não disponha de recursos de mobilização, tais como: entidades civis organizadas; informações básicas; direitos como cidadãos.



Tabela 7 - Matriz de Padrões Para Análise do Planejamento Participativo

Participação	Arranjo Institucional	
	Incorporativo	Autônomo
Induzida	de desenvolvimento rural problemas visíveis: dificuldade em mobilizar a comunidade para participar; risco da cooptação política	
Espontânea	em ambiente urbano; problema é conseguir que as associações vejam como recurso potencial, no qual efetivamente elas poderão influir; risco da comissão reproduzir a estrutura de poder da comunidade local; obrigar as agências públicas a pesquisar e consultar a população de baixa renda sobre suas prioridades; abrir o máximo possível a comissão, permitindo o maior número de representação das associações da periferia	em ambiente urbano; planejamento de baixo para cima, em que a população participe como iniciadora de políticas e não apenas como negociador de decisões alocativas; participação é de forma voluntária maximizando sua autonomia; risco da cooptação, pela ausência de mecanismo institucional de incorporação; risco de captura pelo estrato mais privilegiado da comunidade

Fonte: Prates & Andrade (1985); modificado, síntese e elaboração própria

O tipo espontâneo é característico onde preexistem associações civis e entidades organizadas de interesse locais ou de classe. O envolvimento é voluntário e orienta-se pelo cálculo racional da expectativa de ganhos materiais ou políticos.

O modelo institucional do programa refere-se à estratégia deliberada dos planejadores. No modelo incorporativo e espontâneo, explicitamente e respectivamente, procura-se criar um canal institucionalizado de relacionamento estado-sociedade e no segundo, busca-se exatamente o oposto, uma relação comunidade-estado, com total autonomia institucional da comunidade.

Prates & Andrade (*Op. cit.*) salientam que devemos refletir o planejamento participativo, pela força do apelo político que encerra.

Os parâmetros externos do planejamento participativo podem limitar-se a recursos e à mobilização institucional requerida pelos interesses, às ideologias funcionais e à inércia dos órgãos.

Os autores acentuam que observemos o fato trivial do planejamento participativo ter caráter local e as desigualdades e o subdesenvolvimento possuírem raiz estrutural.

A visão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi colocada de forma conceitual, consoante Schwartz & Deruyttere (1996). Os principais aspectos foram sintetizados na tabela 8.

Tabela 8 - Consulta Comunitária - Equidade - Sociedade Civil

Consulta Comunitária - Equidade - Sociedade Civil
<b>Crítérios</b>
matriz de atores que são favoravelmente/infavoravelmente afetados pelos impactos
identificar o lugar de trabalho e revisão da matriz de atores e impacto
minimizar o impacto adverso e alternativa da consulta comunitária
<b>Comunidade</b>
sem consenso na definição e caracterização
grupo com identidade comum
grupo social em termos espaciais:
a) território
b) "o senso de" ou participação do fato
c) objeto em comum e organização social
heterogêneo com divisão interna horizontal/vertical complexa
diferença sócio-econômica (gênero, etnicidade, religião, educação, etc.)
<b>Análise Sócio-Cultural e Atores</b>
identificar/entender os subgrupos da população
relação dos subgrupos com a representação dos interesses do grupo para a comunidade
<b>Limites e Riscos da Consulta Comunitária</b>
tipo de projeto determina se a consulta é necessária
criar expectativa
novos recursos capturados pelas elites
conflitos entre instituições
financiamento elevado, tempo e custos de oportunidade
<b>Précondições de Sucesso</b>
política ambiental favorável
tempo e flexibilidade no apoio para comunitários
processo interativo
clareza das funções e responsabilidades
informação compartilhada
<b>Benefícios</b>
compromisso dos atores
melhora de metas e objetivo
maior segurança nos dados
melhora da habilidade de negociação
redução de custo

Fonte: Schwartz & Deruytere (1996); síntese e elaboração própria

O trabalho apresenta a discussão no contexto dos projetos do BID, nos procedimentos e linhas gerais para o trâmite de projetos que demonstra a visão de cima para baixo, e são utilizados por instituições sem compromisso com a comunidade à qual estão intervindo, sugerindo alguns aspectos relacionados com as oportunidades, riscos, custos, métodos e técnicas da consulta comunitária. Foram utilizados critérios éticos da estrutura política para a promoção sistemática da consulta comunitária, implicando o fortalecimento do processo democrático.

### 3.2. Percepção da Qualidade Ambiental

A percepção da qualidade ambiental está ligada à percepção que os indivíduos tem das nuances do meio ambiente como os ambientes que são patrimônio da humanidade: oceanos, florestas, ar e clima.

Consoante Oliveira (1977), percebemos e construímos o mundo que nos rodeia, principalmente com base na percepção visual.

A visão é considerada uma sensação e a percepção é definida como o significado que atribuímos as nossas sensações. Para o autor, o aspecto mais importante a respeito da qualidade ambiental não é em relação a percepção ou o comportamento e o seu significado mas sim, a tomada de consciência.

Para as pessoas, as pesquisas de obtenção das informações podem levar a formar uma opinião pública sobre os padrões de qualidade ambiental e seus critérios.

Conforme Oliveira (1984), dois pontos precedem a conceituação a respeito da qualidade ambiental: obter informações das percepções e do comportamento e da valorização; e implementar a legislação existente através de explicações sobre seus processos, finalidades e benefícios.

A percepção se faz em várias escalas, desde a planetária com algum correlato até a pessoal, designando o maior uso do termo como percepção do meio ambiente. Entre os autores, os termos percepção espacial, percepção ecológica, percepção geográfica e a percepção ambiental foram encontrados.

Os temas incluídos nos estudos de percepção foram os relacionados aos desastres ambientais (naturais ou provocados), a valorização de paisagens, a gestão e manejo ambiental, as Unidades de Conservação, as preferências geográficas e os mapas mentais.

Oliveira (*Op. cit.*) verifica que o estudo permanece nos padrões de comportamento do indivíduo diante do meio.

Entre os temas podemos destacar o da percepção das paisagens, devido a esta percepção ser considerada atualmente como um recurso de valor cultural, estético, histórico, econômico, recreativo e ecológico.

Relacionando, pode-se comentar que a importância dos estudos de percepção levam à busca da qualidade ambiental, a um processo maior de tomada de consciência e a formar uma opinião pública sobre os padrões de qualidade ambiental e seus critérios.

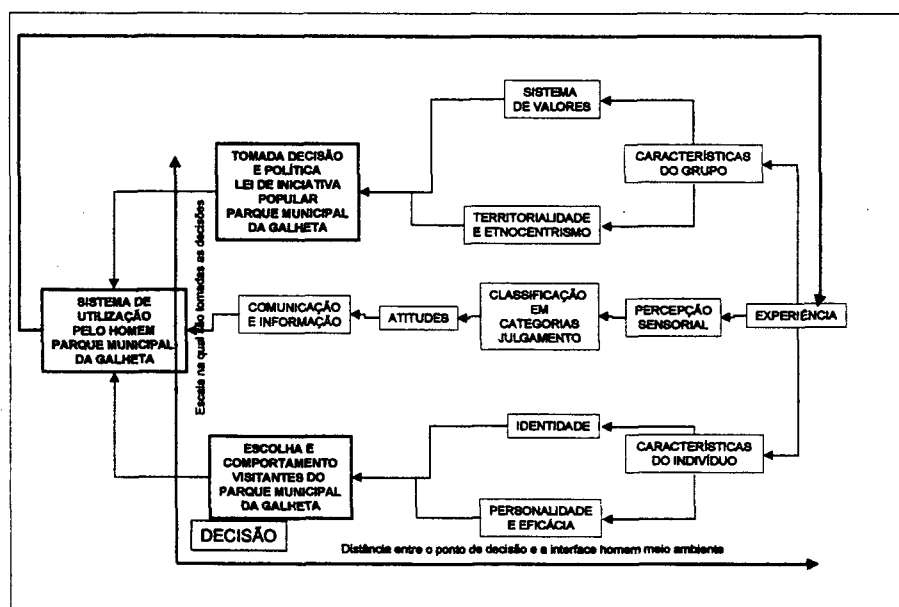
### **3.2.1. Modelo de Percepção Ambiental**

O Programa MAB (O Homem e a Biosfera) objetiva desenvolver base racional para a utilização e conservação dos recursos da biosfera e melhoria das relações entre homem e o meio ambiente. A contribuição importante é trazer para os estudos ecológicos a inclusão do papel predominante, desempenhado pelo homem na biosfera.

Este Programa - Homem e a Biosfera - Projeto 13, sugeriu seis temas como prioritários, em relação à análise do problema da percepção da qualidade ambiental, para serem trabalhados nas pesquisas: a percepção das catástrofes ambientais, naturais e provocadas pelos homens; percepção de parques nacionais e outros ambientes naturais relativamente conservados; percepção de ambientes isolados ou periféricos de áreas ecológicas; percepção de paisagens humanas típicas, de importância ecológica, histórica e estética; percepção da qualidade de ambientes urbanos; e desenvolvimento e melhoria da política sobre modelos de planejamento ambiental.

A concentração da temática que trata da percepção da qualidade ambiental no Projeto 13, foi colocado por Castello (1996) como um passo importante registrado na evolução da própria ciência ecológica, ou seja, a de incluir o homem com a parcela imponderável da sua mente dentro da biosfera, junto com os aspectos físicos e biológicos do meio ambiente.

A figura 12 representa uma versão simplificada da organização dos componentes de um modelo do meio ambiente e da percepção ambiental, definido pelo Programa MAB e adaptado neste trabalho.



Fonte: UNESCO (1973), Santos *et al.* (1996); simplificado e elaboração própria

Figura 12 - Modelo Simplificado de Percepção Ambiental

O conjunto que define de forma simples os principais elementos característicos das variáveis e dos processos que constituem este modelo proposto foram colocados a seguir.

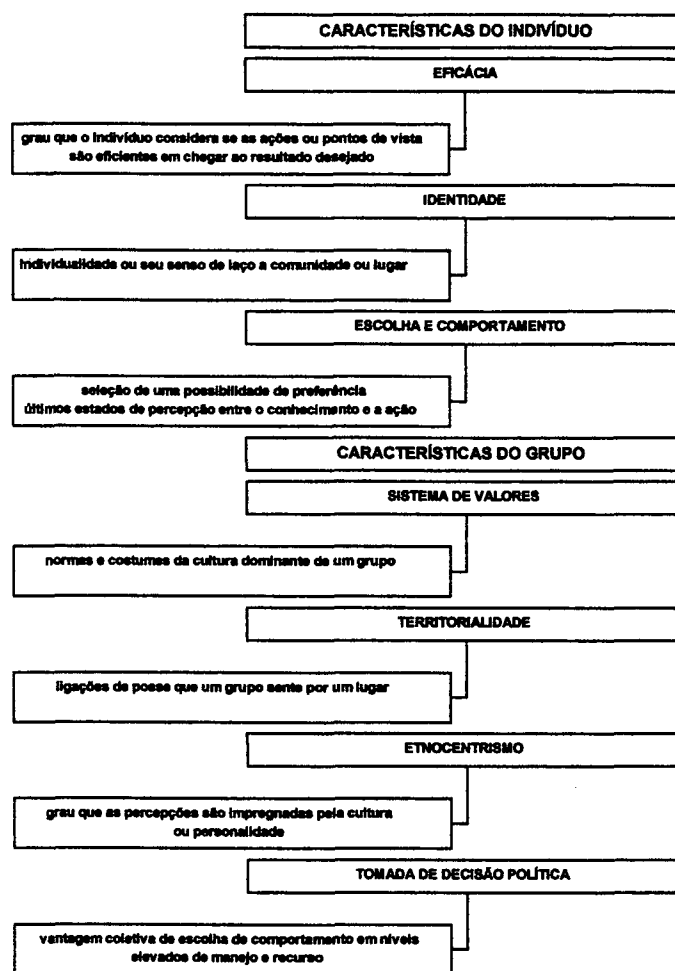
Segundo Santos *et. al.* (1996), as variáveis de estado (as características do indivíduo ou grupo, Figura 13) estão numa ordem determinada pela distância entre o ponto de decisão e a interface homem-ambiente (eixo X) e pelo nível em que está situado o tomador de decisão (eixo Y), podendo variar de um gerenciador individual que toma decisões para o seu próprio interesse, até um gerenciador coletivo que decide pelos interesses de vários usuários.

Os possíveis resultados de tomadas de decisão e as escolhas que afetam o ambiente podem ser interpretados a partir dos eixos horizontal e vertical do respectivo modelo.

Assim, deve-se observar que no deslocamento da direita para a esquerda do diagrama, as variáveis de estado (as características de indivíduos ou grupos), sintetizadas e explicadas nas figuras 13 e 14, exercem uma pressão mais e mais direta sobre as variáveis de saída (as escolhas dos usos), dentro de uma determinada situação. Já no deslocamento de baixo para cima do diagrama, as variáveis de saída correspondem muito mais a um resultado de tomada de decisão coletiva do que individual.

A figura 13 define os elementos constituintes das características individuais ou do grupo no modelo proposto pelo MAB para a percepção ambiental.

A última fase, como a tomada de decisão política, define a noção de vantagem coletiva de escolha e de comportamento aos níveis elevados de manejo dos recursos com quatro tipos: a tomada de decisão preventivo (antecipado) ou curativo (a posteriori), a consensual (evitando conflitos) ou antagônicos (resolvendo os conflitos), a mista (soluções possíveis), e a “privada”, “pública”, e “semi-fechada”.

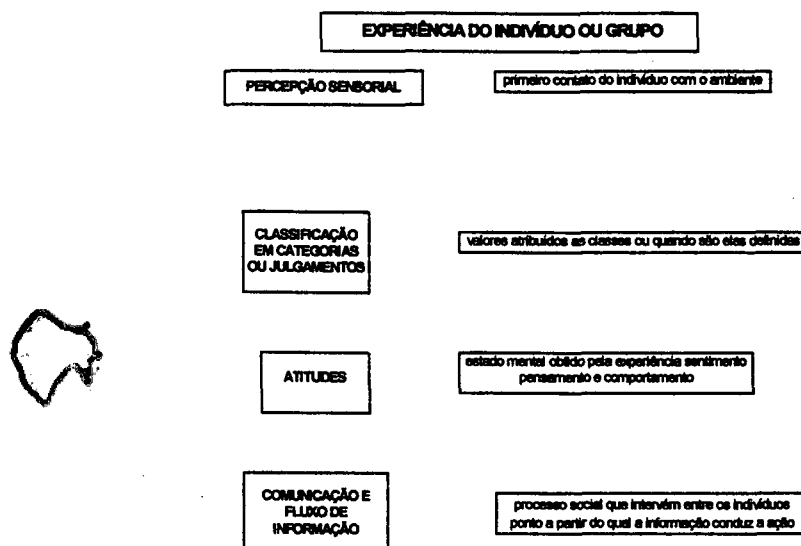


Fonte: UNESCO (1973); Santos *et al.* (1996) modificado e elaboração própria

Figura 13 - Elementos Constituintes das Características do Indivíduo ou Grupo no Sistema de Utilização pelo Homem no Modelo de Percepção Ambiental

A figura 14 demonstra que os julgamentos são valores atribuídos às classes, quando são elas mesmas definidas. As categorias individuais são suscetíveis de ter valores diferentes, conforme valores positivos ou negativos ou a importância que lhe é atribuída. Podem ser expressidos sob forma de palavras, em termos subjetivos de probabilidade, de utilidade, de análise custo-benefício e de avaliação de risco.

No processo social que intervém entre dois ou mais indivíduos, a comunicação, o importante é reconhecer: a disposição geral e o circuito crítico do fluxo de informação; a repartição de tempos; o lugar de nós significativos da rede; as modificações na mensagem de conteúdo, da apresentação, da objetividade e da autoridade percebida.



Fonte: UNESCO (1973) Santos *et al.* (1996); modificado e elaboração própria

Figura 14 - Elementos Constituintes da Experiência do Indivíduo ou Grupo no Modelo de Percepção Ambiental

A observação das figuras 12, 13 e 14 sugere que existe a relação entre as características dos sujeitos (ou grupos) e a sua experiência, e as escolhas de usos que irá fazer e os processos de percepção.

### 3.2.2. Psicologia Ambiental

A psicologia ambiental ou ecológica procura analisar o homem em suas relações com o meio ambiente concreto do dia a dia, abrangendo as condições comportamentais no seu cotidiano, conforme Kruse (1995).

O que determina o objetivo da análise é a pesquisa da vivência e o comportamento do homem, em relação ao meio ambiente natural e aquele feito ou modificado pelo homem.

Kruse (*Op. cit.*) procura encontrar correspondência na pesquisa que se dedica às modalidades de interação homem-meio, salientando que só recentemente as ações antrópicas sobre a natureza encontraram maior atenção.

Os cientistas sociais se ocupam com as reações do homem sobre a poluição ambiental e a pesquisa empírica nesta área até agora é realizada principalmente pela geografia do comportamento, com os trabalhos de Goodey *et al.* (1985); Oliveira (1983, 1977); Schiff (1973).

A psicologia ambiental na pesquisa da vivência e do comportamento sobre a natureza subsidia o conhecimento dos usos do recurso natural.

### 3.2.3. Percepção da Paisagem

Outro paradigma é a pesquisa de "*landscape preference*" que parte do princípio de que as preferências paisagísticas têm que lidar com a experiência natural efetiva e o nível individual de adaptação. Neste paradigma, o estímulo está ou esteve fisicamente presente, significando que o indivíduo obteve uma certa percepção deste estímulo ou conjunto de estímulos.

É o que Del Rio e Oliveira (1996) denominam de "estudos voltados para a interpretação da realidade" em pesquisas de fenomenologia<sup>4</sup> e estruturalismo<sup>5</sup> do meio ambiente, procurando estudar a importância do significado da qualidade do lugar no dia a dia da sociedade. Amorim Filho (1996); Bley (1996); Castello (1996); Collot (1990); Machado (1996; 1988a; 1988b); Oliveira (1991) trabalham com estas linhas de pesquisa.

Os usos paisagísticos atuais em função do aumento da sua intensidade revelam o porque de conhecermos os usuários das áreas naturais. As mudanças ocorrem e as exigências aumentam por áreas com maior qualidade ambiental. O planejamento da natureza passa obrigatoriamente pela compreensão dos motivos e do comportamento dos usuários da natureza.

A forma de medir a "visão de mundo" é através de seu comportamento verbal incluído no seu comportamento, não deixando de lado o que ele fará no caso das pesquisas de qualidade ambiental. A atitude ou visão de mundo expressa um conjunto organizado de sentimentos e crenças que influenciam um comportamento individual.

Machado (*Op. cit.*) apresenta diferentes abordagens do termo paisagem, com o objetivo de esclarecer e entender as ligações do homem com a paisagem. Segundo os enfoques, é um termo pouco usado e impreciso na maior parte das vezes, anexando um qualitativo de restrição que altera seu sentido (paisagem vegetal), são tipos genéricos com maior conotação de cenário do que utilidade, é constante a referência ao sentido da visão, é uma herança de processos fisiográficos e biológicos e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades e é

<sup>4</sup> Complexo conjunto de fenômenos que, embora também admita correlações, é incomensurável, portanto, impossível de se verificar pelas relações diretas de causa-efeito e de ser compreendida em sua plenitude. Del Rio e Oliveira (*Op. cit.*)

<sup>5</sup> Entende a realidade como um conjunto de sistemas cujas estruturas são reconhecíveis e onde qualquer alteração sofrida por uma parte tenderá a se refletir no todo, admitindo-se relações de causa e efeito. Del Rio e Oliveira (*Op. cit.*)



um produto da percepção através dos filtros perceptivos psicológicos, culturais de acordo com sua maneira ativa e passiva de se relacionar com ela.

Para as percepções pode-se apreender que os usos paisagísticos atuais aumentam, as exigências por áreas naturais com qualidade ambiental aumentam e o planejamento da natureza deve compreender os motivos e o comportamento dos usuários da natureza.

### 3.2.4. Estudos de Percepção Ambiental e da Paisagem

Os três elementos essenciais dos estudos de percepção ambiental destacados, conforme Collot (*Op. cit.*) como as paisagens (idéia de unidade, de conjunto), as pessoas (idéia do seu ponto de vista), e as suas interações (relação "horizonte interno", "horizonte externo") levam a idéia de que as pessoas e as paisagens em interação são heterogêneas para cada indivíduo que o experencia e prefere. Os observadores de paisagens (moradores ou visitantes) mudam com o tempo, assim como os seus gostos são específicos a culturas e épocas particulares e os próprios lugares mudam com o tempo.

Cada um de nós possui individualmente a sua imagem ambiental da cidade, do bairro ou das áreas favoritas. Somando-se às outras imagens dos outros indivíduos, iremos constituir a imagem pública. Alguns fatores são dependentes nas interações existentes da relação entre as pessoas e as paisagens: o humor, as circunstâncias, o tempo, a iluminação, o ângulo de visão, o parado ou o movimento, e as escolhas deliberadas ou idas acidentais.

São importantes os "propósitos do admirador" no sentido de enxergar os locais como empreendimentos, lares, localidades prazerosas, recreação ou cenários. As razões pelas quais são preferidas as paisagens envolvem categorias estética, ecológica, moral, econômica e como interpretação da realidade.

Embora a percepção seja subjetiva a cada indivíduo, Del Rio (1996) admite que possam existir recorrências comuns, em relação à percepção e imagens ou às condutas possíveis, a partir de seus estudos sobre a percepção ambiental e a imagem da cidade.

As expectativas compartilhadas pela população como a operacionalização consciente de suas políticas são fundamentais para nortear a ação pública, gerando impactos positivos no desenvolvimento econômico e sociocultural.

Em relação aos grupos sociais, Del Rio (*Op. cit.*) enfatiza "Ao se evitar conflitos de percepção entre os sistemas cognitivos de planejadores, empresários, grupos usuários e público em geral, a ação ambiental estará sendo direcionada para resultados mais satisfatórios e de maiores qualidades".

Com o objetivo de subsidiar o planejamento e gestão urbanas, Castello (*Op. cit.*) buscou três níveis de categorias analíticas: a estrutural, a perceptual e a experiencial.

Na experiencial, Castello (*Op. cit.*) averiguou as atitudes da população frente às decisões de gestão que afetam a área central, relacionada com outras esferas da percepção e participação. O autor apresenta a idéia de que a percepção que os usuários têm a respeito de seu próprio potencial de participar de decisões que atingem seu ambiente coletivo faz brotar decisões legítimas.

Para o desejo de se conservar o recurso paisagístico, ecológico, cultural, sustando a sua degradação, Machado (*Op. cit.*) coloca a alternativa com base no sistema de mercado, que todos os bens ambientais deverão ter um preço correspondente ao seu uso ou como uma contribuição de melhoria ambiental, no sentido de que os bens que compõem o meio ambiente, pelo fato de serem naturais e de uso coletivo, têm sido oferecidos gratuitamente com a interpretação errônea de que seu suprimento é infinitamente abundante.

Economicamente, será sempre o preço a incidir sobre a utilização dos componentes do meio ambiente. Como todo preço, ele terá uma dupla finalidade: servirá para moderar o uso desses bens e servirá para administrar os recursos.

Machado (1996) pesquisa a compreensão e a explicitação de dados qualitativos como dois modos de experienciar: o espaço e o lugar. O direto, íntimo e vivido (cotidiano e prolongado das pessoas que moram e trabalham na serra) e o indireto, conceitual e não vivido (esporádico, de estudo, pesquisa e tomada de decisão).

A pesquisa mostra como o lugar, a partir da interpretação da experiência humana, é um conceito e um sentimento compartilhado, tanto como localização, quanto ambiente físico, e demonstra que a compreensão da experiência foi clara no sentido de que o "lugar é objeto de sentimento" e o "espaço é um objeto de pensamento".

Bley (1996) reconheceu os pontos de vista, a determinação das qualidades e a identificação dos níveis de manejo e utilização em uma das áreas brasileiras importantes de biodiversidade de ecossistemas. O valor utilitário está relacionado com a utilidade que será maior ou menor em função da necessidade que esta puder satisfazer, com a visão qualitativa que aproxima o valor utilitário da paisagem ao valor de uso e não ao valor de trocas.

A linha de pesquisa em percepção ambiental permite conhecer e avaliar as preferências e valorizações ambientais referentes às modificações ambientais, sendo que esta preocupa-se com os processos pelos quais as pessoas atribuem significado ao seu meio ambiente, com interface indivíduo/grupo e decisões políticas e meio ambiente. (Butzke, 1996)

Butzke (*Op. cit.*) destaca que os seres humanos não percebem que a própria natureza também é alvo de transformações e valorizações, de acordo com valores culturais, econômicos e sociais da população habitante e que esta é valorizada e explorada conforme as necessidades e ambições do homem. O fator cultural contribui para o entendimento das formas de utilização do espaço, pois este está presente direta ou indiretamente nas formas de exploração natural. Constatou que o "estilo de vida" influencia consideravelmente no modo de perceber as coisas que acontecem ao seu redor.

A importância de considerar a potencialidade dos indivíduos nos estudos de percepção para as atividades de planejamento e estruturação dos espaços sociais é descrita por Ferreira (1987). A autora demonstra a parcialidade da percepção como produto dos padrões culturais e sociais vigentes e que estes fazem crescer e construir as nossas imagens mentais ambientais individuais.

### 3.3. Economia Ecológica e a Conservação como Assunto Público

Esta revisão bibliográfica inicia apresentando o trabalho organizado por Cavalcanti (1996), que realizou um esforço de síntese na elaboração multidisciplinar para fornecer uma visão interdisciplinar da realidade e servir de correção às tendências observadas atualmente.

Observou-se que a teoria econômica tende a excluir os elementos qualitativos, que por sua vez são essenciais para a compreensão das dimensões ecológicas, sociais e psicológicas das atividades econômicas.

O meio ambiente, como a dimensão de tudo que se faz na vida e não apenas um setor dela, proporciona a fonte supridora de recursos e acolhe como fossa os dejetos e a matéria e energia degradada.

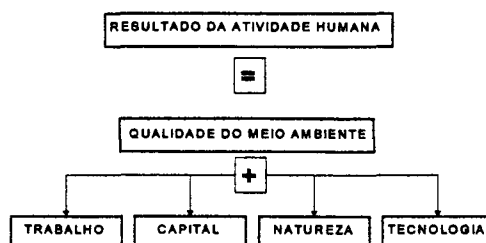
A escala é determinante como fator crítico na avaliação das possibilidades na relação do subsistema econômico ao ecossistema local. Ela também reflete como é importante para as questões ambientais o conceito de espaço ambiental<sup>6</sup>.

Sugere Cavalcanti (*Op. cit.*), de forma interessante, que o produto de uma sociedade poderia ser uma função do estado da qualidade do meio ambiente e que esta, a qualidade (propriedade, atributo ou condição das coisas capaz de distingui-las das outras e de lhes determinar a natureza), seria o resultado do trabalho (tarefa, obrigação, responsabilidade), do capital (riqueza ou valores disponíveis), da natureza

<sup>6</sup> Caracterizado como o espaço geográfico efetivamente ocupado por uma economia tanto para extração quanto para o despejo de resíduos. Cavalcanti (*Op. cit.*)

(todos os seres que constituem o universo) e da mudança tecnológica (muda de um conjunto de conhecimentos que se aplicam a determinada atividade).

Esta idéia de forma simplificada foi esquematizada e representada na figura 15:



Fonte: síntese a partir de Cavalcanti (*Op. cit.*) e elaboração própria

Figura 15 - Produto de Uma Sociedade em Função da Qualidade Ambiental

As iniciativas de políticas podem ser conjugadas entre o desenvolvimento econômico e social, percebida na escala ecológico-econômica e tendo como componente básico o aprendizado e a participação social. A ação conjunta dos indivíduos que identifica e incentiva os setores que adicionam valores e tenham pouca "pegada ecológica", caracterizada pelo desmantelamento dos serviços ecossistêmicos, perturbando a auto-regulação ecológica, constituindo assim a principal fonte de provocação de impactos ambientais danosos. (Begossi, 1996; Martínez-Alier, 1996 *apud.* Cavalcanti *Op. cit.*)

Um ponto positivo é envolver a negociação política e ambiental para poder redistribuir a renda a favor dos grupos ecossistêmicos e, deste modo, enfatizar os aspectos ambientais, devido à natureza ser uma categoria pré-existente ao homem, junto com a crescente preocupação com a biodiversidade. Redistribuir a renda a favor destes grupos é uma forma inteligente de se utilizar os ecossistemas.

Uma interpretação do trabalho de Cavalcanti (*Op. cit.*) permite salientar os aspectos necessários a uma visão conservacionista e pública: perceber o meio ambiente entre gerações é perceber a troca ecológica desigual que revela o conflito ambiental de distribuição de recursos; educar para a tomada de consciência avalia o serviço ambiental da produtividade do capital natural; é básico o aprendizado e a participação social que incentivam os setores que somam valores ambientais com inspiração ecológica.

### 3.3.1. Valoração Econômica do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Os pontos principais colocados de forma sintética para o tema da valoração ambiental da biodiversidade foram sintetizados a partir dos autores que salientam a valoração da biodiversidade.

A valoração da biodiversidade é abordada pelo filósofo Norton (1995), criticando os economistas por adotarem métodos de "dividir e conquistar", caracterizado pela irreversibilidade, pela incerteza e que geralmente tentam estimar o valor de alguma espécie determinada.

Os problemas do método "dividir-e-conquistar" sugerem que a questão diz muito de nós mesmos, que fazemos estas perguntas, e que se abandone este método e utilizemos o método da visão global. *"O valor da biodiversidade é o valor de tudo que existe. É o valor acumulado de todos os PIBs de todos os países, de hoje até o fim do mundo. Sabemos disso porque nossas próprias vidas e nossas economias dependem da biodiversidade"*. (Norton, *Op. cit.*)

A visão economista de Norgaard (1995) enfatiza que a mudança na organização social também contribui para a perda da biodiversidade via transformação de regiões independentes em uma economia global de trocas.

Norgaard (*Op. cit.*) sustenta que o pensamento econômico é básico para a compreensão dos sistemas econômicos e o processo de desenvolvimento. Para o modelo neoclássico, as questões centrais permanecem na vantagem comparativa, na eficiência da especialização e nos ganhos das trocas. A diversidade ecológica é intimamente ligada à diversidade de decisões econômicas. *"O modelo econômico é usado para projetar políticas de troca baseadas na pressuposição de que a terra pode se mover entre usos, assim como as pessoas e as ferramentas. Contudo, os serviços ambientais não podem mudar livremente (...)"*.

Por outro lado, a valoração da biodiversidade é questionada pelo biólogo Ehrenfeld (1995), explicando que a nossa habilidade em destruí-la nos coloca em plano superior, forçando-nos assim a julgar e avaliar aquilo que está em nosso poder.

Ehrenfeld (*Op. cit.*) retoma o problema de como decidir sobre valores presentes ou futuros das perdas de biodiversidade em sistemas abertos e revela: *"Designar valores aquilo que não nos pertence e cujo propósito não podemos entender, exceto em suas maiores superficialidades, é o cúmulo da insensatez presunçosa (...) não posso deixar de pensar que, quando terminarmos de atribuir valores à diversidade biológica, iremos descobrir que não nos resta muita diversidade biológica"*.

As perspectivas metodológicas e ideológicas que informam e dirigem as pesquisas econômicas são reconhecidas pelo economista Randall (1995) como uma, ou no máximo poucas abordagens.

A abordagem da alteração do bem-estar pode contribuir para a compreensão do valor da biodiversidade, visto que esta implementa uma estrutura ética explícita a partir do pressuposto do conjunto de preferências bem definidas de cada ser humano.

( O economista justifica a abordagem econômica imparcial, já que, o que o indivíduo deseja é presumivelmente bom para ele. No seu ponto de vista, a estrutura ética construída nesta base é utilitarista, as coisas contam na medida em que as pessoas as desejam; antropocêntrica, as pessoas estão designando os valores; instrumentalista, a biota é encarada como instrumento da satisfação humana.

Tomando como parâmetro os autores, ficou ressaltado que a atribuição de valores a bens ambientais é ao mesmo tempo útil e controversa.

Alguns pontos ficaram destacados para uma visão conservacionista e pública. A poupança da oportunidade presente em benefício da futura é um bem coletivo. Conservar um bem de recurso natural é um bem coletivo, assim como o próprio recurso. Os serviços ambientais não se movem entre os seus usos como o ser humano e a tecnologia. ) Abordar a alteração do bem-estar em estrutura ética explícita contribui para compreender o valor da biodiversidade.

### **3.3.2. Elementos para Economia de Áreas Protegidas e/ou Unidades de Conservação**

( Este tópico objetiva a visão do papel da teoria e da prática que a valoração econômica da conservação pode oferecer para a promoção do desenvolvimento. E também observar a complexidade de referências de elementos para uma análise de economia das áreas naturais protegidas e/ou Unidades de Conservação.

Os distintos pontos de vista dentro do ambientalismo podem ser sintetizados nas visões da relação entre a economia e o meio ambiente. Conforme Rius (1998), estas relações podem ser agrupadas basicamente em quatro visões. Oscilando entre um processo de crescimento econômico e tecnológico. Passando por um manejo favorável dos recursos; ou passando por um enfoque de conservação, até a postura eco-preservacionista. )

A tabela 9 contribui colocando que a valoração dos bens e serviços ambientais e dos recursos naturais são reconhecidos por qualquer um dos paradigmas.

Tabela 9 - Visões da Relação Economia – Ambiente

Visão	Cornucopiana	Adaptativa	Comunalista	Ecologia Profunda
Recursos	explora	conserva	preserva	preserva
Crescimento	material	viável	restrito	mínimo
Limite	mercado	manejo	físico/social	físico
Valor da Natureza	instrumental	instrumental	instrumental e intrínseco	intrínseco

Fonte: Pearce *et al.*, (1990) citado por Rius (1998); modificado e elaboração própria

As visões cornucopiana e adaptativa reconhecem o valor instrumental da natureza. A visão da abundância, a cornucopiana, assume crescimento valorizando a apropriação via mecanismos de mercado e tecnologia que assegurariam assim a substituição da escassez de recursos. Já a visão adaptativa não acredita na substituição infinita, mas sim, observa a relativa viabilidade do crescimento sustentável se forem colocadas certas regras de conservação e administração. Por outro lado, a visão comunalista solicita a preservação, justificando os limites físicos e sociais para restringirem o crescimento econômico. E o paradigma da ecologia profunda reconhece somente o valor intrínseco da natureza, acreditando na preservação extrema dos recursos.

Outro aspecto importante e fundamental para os elementos da economia das Unidades de Conservação seria a análise ecológica e econômica de duas vertentes caracterizadas conforme suas dimensões genéricas. Esta comparação é mostrada na tabela 10.

Tabela 10 - Dimensões da Economia Ambiental e Ecológica

Dimensão	Economia Ambiental	Economia Ecológica
Teoria	economia neoclássica	biofísico com fisiocrático e economia clássica
Abordagem	alocação do recurso	escala, distribuição e alocação do recurso
Visão de mundo	mecanicista reducionista	holística revolucionária
Aquisição de Conhecimento	positivismo	subjetivismo reflete valor e ideologia
Caráter	monodisciplinar	multidisciplinar
Resolução de problemas	sistema de mercado	baseado nas leis da natureza
Foco	curto prazo	longo prazo
Tema dominante	antropocêntrico	antropocêntrico tentando incluir biocêntrica e ecocêntrica
Análise	objeto produtivo, apropriável	economia da terra e dos seres humanos
Ciclo	fechado (produção e consumo)	aberto (matéria e energia)
Externalidade	recurso natural e resíduo	internalização da externalidade
Exclui	intercâmbios dos espaços sociais	mercado
Ideologia	liberal	social
Paradigma	desenvolver via tecnologia	desenvolver via ecologia sociedade psicologia
Visão de futuro	otimismo tecnológico	pessimismo prudente
Indicador	econômico	ecológico
Contabilidade	monetária	física

Fonte: síntese de Cavalcanti (1996); Contreras (1998); Grey (1998); James (1997); Lockwood (1997); Martínez-Alier (1988); Montibeller (1999); Pinter (1998); Rius *et al.* (1998); Sahu *et al.* (1994); Swanson *et al.* (1998); e elaboração própria

A pesquisa de Montibeller (1999), que estudou de forma aprofundada a economia ambiental no mundo capitalista e sistematizou o pensamento das correntes da economia ambiental de forma educativa, é importante aprendizado e referência.

De acordo com a tabela acima, a economia ecológica demonstra ter vantagens em alguns pontos sobre a economia ambiental com relação ao tempo e ser o caminho procurado como a dimensão real do desenvolvimento, que leva em conta a natureza. O caráter multidisciplinar para a resolução de problemas que se baseiam nas leis da natureza, com o foco a longo prazo, e a ideologia social que propõe o paradigma do desenvolvimento, via dimensão ecológica, social e psicológica, podem ser algumas das vantagens.

A maior vantagem a nosso ver é a sintonia e inclusão dos aspectos sociais e ciclos naturais nas suas formas de abordagem. Isto é importante para um processo de sensibilização e educação em nível local como é o caso do Parque Municipal da Galheta e o futuro do município de Bombinhas.

As funções econômicas do meio ambiente também fazem parte dos elementos da economia das Unidades de Conservação e foram apreciadas por Pintor (1998) e sintetizadas na tabela 11.

Tabela 11 - Funções Econômicas do Meio Ambiente

Função	Tipos	Estoques	Escala Humana Consumo
Proporcionar Recursos	não renováveis	redução	não regenera
	renováveis	aumento redução	regenera – esgotável
	contínuos	constante	inesgotável
Assimilar Resíduos			
Prover Serviço Ambiental	prazer ambiental		direto - consciente
	suporte de vida		indireto – inconsciente

Fonte: síntese a partir de Pintor (1998); e elaboração própria

Segundo Cánepa (1996), as funções econômicas são "características úteis para a sociedade", como base física de substrato e insumo, como serviços diretos ao homem por amenidades e fossa de resíduos dispersados, diluídos e reciclados.

A função de proporcionar recursos do tipo não renovável pode ser os combustíveis fósseis que não se regeneram na escala de tempo humana.

O inverso pode ser para os recursos renováveis, mas é importante salientar que seus estoques podem aumentar ou diminuir segundo a sua taxa de exploração.

A terceira categoria pode ser pelas fontes provenientes do sol e da gravidade .

Outra função ambiental importante é a de assimilação de resíduos como subprodutos de atividades econômicas ou produtos úteis que encerram o seu ciclo de vida. Matéria orgânica e alguns minerais podem ser assimilados por ciclos naturais ou contaminar o meio ambiente.



Os serviços ambientais podem ser o prazer ambiental, que trata do consumo direto e consciente da matéria como a recreação e o estudo científico e a de suporte da vida, representada pela biodiversidade.

Para Bellia (1996) o "uso do meio ambiente" também se dá por três funções. A primeira "cede" os recursos naturais para a "produção". Na Segunda, o meio ambiente "é utilizado" na sua capacidade de absorção dos resíduos. Na terceira, o meio ambiente provê o serviço ambiental aos seres humanos de forma direta e de forma indireta.

Estas três funções podem demonstrar como uma pequena comunidade consome o potencial destas bases e de que maneira está apostando nas estratégias de autogestão em relação a estas funções econômicas.

Por outro lado, a partir da visão econômica, qualquer atividade causa impacto negativo significativo sobre o meio ambiente. Estes efeitos das atividades econômicas também fazem parte dos elementos da economia das Unidades de Conservação. A perspectiva de crescimento da atividade econômica, implicando a degradação ambiental, está representada na tabela 12.

Tabela 12 - Efeitos da Atividade Econômica

Esgotar Recursos
Produzir Resíduos e Contaminação
Gerar Danos aos Serviços Ambientais

Fonte: Brown *et al.* (1994, 1995, 1996); Wri (1996) citado por Pintor (1998) e elaboração própria

O efeito de esgotar recursos, produzir resíduos e contaminação e gerar danos é observado segundo a visão histórica da economia convencional, visto que esta não se preocupava com os limites ambientais nos setores extrativistas.

Pintor (*Op. cit.*) coloca a inter-relação das três funções econômicas do meio ambiente no conjunto do "efeito" das atividades econômicas. Em muitos casos os problemas ambientais não são causados intencionalmente, mas são subprodutos das atividades propriamente ditas benéficas, são as chamadas externalidades. O avanço tecnológico, não sendo aleatório, nem casual ou espontâneo, responde por estes efeitos.

Os efeitos das atividades econômicas também podem revelar como a comunidade aposta nos seus potenciais de recursos e como os está utilizando.

As Unidades de Conservação devem ser entendidas como fatores ativos do desenvolvimento e a eficiência do manejo deve avaliar e reconhecer as formas que as áreas suportam o desenvolvimento em diferentes níveis.

A valorização econômica dos benefícios das Unidades de Conservação na visão das comunidades locais e o estabelecimento das estratégias para obtê-los e distribuí-los cria base útil para planejar o desenvolvimento local. Este é o caso do Parque Municipal da Galheta.

### 3.3.3. Complexidade da Conservação

Os princípios gerais de administração e manejo de Unidades de Conservação foram observados em Milano (1996) e Miller (1980). Os autores que tratam destes temas e evidenciam a situação e aprofundam os estudos com Unidades de Conservação em Santa Catarina foram encontrados em Mori (1998); Fabris (1997); Strenzel (1997); e Wallauer (1997).

Algumas das conceituações são recomendadas para elaborar os planos de manejo com programas, sub-programas e projetos que definem as diretrizes administrativas da Unidade de Conservação.

Milano (*Op. cit.*) observa que os produtos das atividades de manejo enquadram-se nos benefícios indiretos. Usos e atividades dos recursos pelos seres humanos são interpretados de forma que usufruir o benefício do recurso impõe consumo que respeita a sua capacidade de utilização e que utilizar os recursos pelo uso indireto auferir benefícios, produzidos sem modificar as características funcionais.

Os aspectos mais importantes observados e que devem constar nos planos de manejo foram: a pesquisa orientada básica; a recreação condicionada a mínima ou nenhuma alteração e a efetivo programa de educação ambiental; a educação condicionada a oportunizar o contato com os conhecimentos dos recursos naturais; a preservação garantida através da proteção do patrimônio da orientação do visitante e da conscientização da comunidade; e o manejo dos recursos conduzido como exemplo de uso harmônico.

A importante relação do turismo e a divulgação com a Unidade de Conservação passa por observar que área turística não é igual a Unidade de Conservação e as Unidades de Conservação possuem, além de objetivos recreativos, os preservacionistas, os científicos e os educacionais.

Quando a Unidade de Conservação não é assumida como fator de desenvolvimento local e não possui informações que possam ressaltar seus bens e serviços à pesquisa orientada básica e a

conscientização da comunidade, oportuniza a evolução da participação e desenvolvimento da própria Unidade de Conservação.

Milano (*Op. cit.*) considera que identificar os benefícios, perdas e riscos ocorrentes do manejo em Unidade de Conservação seja de difícil quantificação econômica, porque os benefícios que se obtém são mais de ordem natural e social do que econômica.

As dificuldades seriam obter unidade de comparação entre as alternativas de benefício possível e em função do uso do recurso natural.

O estudo dos impactos das atividades recreativas e suas influências é apresentado em pesquisa de Takahashi (1998), cujos principais tópicos apreendidos foram: não existe a relação direta entre o número de visitantes e a quantidade de impactos negativos; os impactos estão relacionados ao comportamento do usuário; o manejo e o nível de pesquisa são ainda incipientes; não se trata do impacto da visitação das áreas de uso público; número de visitantes e o seu estilo de uso podem ameaçar os objetivos da unidade; entender a característica dos visitantes aumenta o profissionalismo do manejo.

Takahashi (*Op. cit.*) destaca que, dentre os impactos ecológicos provenientes do uso recreativo, o menos estudado é sobre os recursos hídricos, devido as suas mudanças ocasionadas pela utilização humana não chamar tanto a atenção e não ser tão óbvio quanto as observadas nos ecossistemas terrestres. Sobre outras formas de impacto, importantes para este trabalho, destacam-se as observações sintetizadas: o impacto do visitante é complexo e pode ser de difícil identificação, quantificação e qualificação; o uso recreativo pode causar alteração ecológica direta (injúria mecânica das plantas) e indireta (mudança ocorrida no solo).

Os bens ambientais oferecem teoricamente grande oferta e praticamente preço próximo de zero, por isso uma grande demanda de consumo pelos mesmos.

A tabela 13 foi elaborada segundo as classificações utilizadas por Cánepa (*Op. cit.*); Bellia (*Op. cit.*); Borger (1995); Motta (*Op. cit.*); Grasso (1994); Rius (*Op. cit.*).

As características de não rivalidade, com mais de um indivíduo podendo usufruir do bem e não exclusividade, quem não paga não pode ser excluído do benefício envolvem os bens públicos.

As características intrínsecas de não rivalidade e não exclusividade destacadas podem ser obstáculos para se valorar os benefícios da natureza, segundo Grasso (*Op. cit.*). A autora interpreta que o valor de um bem é estabelecido pelas preferências pessoais, procura e oferta do bem.

Tabela 13 - Bens em Função da Utilidade Individual

Bem	Utilidade	Característica
Privado Puro	Compra/venda em mercado organizado	exclui alguém do consumo
Público Puro	proprietário/consumidor prefere no processo de compra sem proprietário identificável	é rival no consumo
Não Rival	direitos de propriedade coletivo	não exclui ninguém do uso
Não Exclusivo		não existe alguém com a posse não pode excluir indivíduo do uso

Fonte: síntese a partir de Bellia; Borger; Cánepa; Grasso; Motta (*Op. cit.*) e elaboração própria

Grasso (*Op. cit.*) destaca que a não exclusividade pode gerar a externalidade de um bem ou serviço produzido por uma pessoa, afetando a outra involuntariamente e sem a compensação.

Outro enfoque é de que estas duas características, a não rivalidade e a não exclusividade, fazem que não seja rentável para as empresas privadas oferecer bens públicos na quantidade que deveria ser desejável no ponto de vista social. (Borger, *Op. cit.*) e (Rius, *Op. cit.*).

Podemos definir como direitos ou relações de propriedade controle uso e acesso aquela em que *"(...) las que un individuo o grupo tienen intereses que son tutelados por un derecho, que se expresa en obligaciones para el resto de los individuos. Debe entenderse que la propiedad no es un objeto, sino el derecho a una corriente de beneficios que puede garantizarse en la medida en que otros individuos o grupos respetan las condiciones que protegen tales beneficios"*. Consoante Instituto Nacional de Ecología (1997)

Os benefícios da conservação são coletivos e a estrutura de propriedade e os seus custos são na sua maioria privados. Outro fator deve-se ao fato de que os "efeitos positivos" da conservação só podem ser percebidos a longo prazo, diminuindo assim os incentivos atuais a seu favor.

Esta circunstância pode traduzir uma oferta social de Unidades de Conservação. Salienta Borger (*Op. cit.*) *"(...) a avaliação econômica do meio ambiente assume que o fato de não se definir os direitos de propriedade para bens e serviços ambientais não significa que não seja possível identificar-se as preferências individuais para eles e que estes têm preço mesmo que não sejam observados no mercado"*.

Para as políticas públicas, a valoração ambiental é útil no sentido de que, conforme Rius (*Op. cit.*), assinala as perdas sociais via uso irracional dos recursos naturais, justificando a necessidade da política ambiental, contribui para estabelecer as metas das políticas públicas e permite a avaliação das políticas públicas.

As tipologias de valor de uso e não uso podem ajudar a aproximar o valor do capital natural ao seu valor econômico, quando seja possível, afirmam as diferentes caracterizações em Borger (*Op. cit.*); Contreras (1998), Grey (1998); Grigalunas (1995); Rius (*Op. cit.*); Instituto Nacional de Ecología (*Op. cit.*); James (1997); Montibeller (*Op. cit.*); Motta (1998); e Suarez (1993).

Duas estratégias de manutenção e ampliação para a conservação dos benefícios públicos gerados por Unidades de Conservação via seus múltiplos valores, proporcionados pelos diferentes ecossistemas, podem ser percebidas. Qualquer avaliação monetária que se faça certamente subestimará o valor real do ecossistema. Se negarmos a valorar os ecossistemas em unidades comparáveis com bens e serviços comercializados, na prática estaremos considerando os bens e serviços ecológicos como gratuitos, podendo assim distorcer a tomada de decisão pública e/ou privada.

Segundo Grey e James (*Op. cit.*) os valores de uso direto e indireto são colocados, a grosso modo, como valores financeiros, tradicionais, de informação, recreacionais, de amenidade visual, de ambiência, culturais, sociais, de herança, de prevenção de dano, não alocados, de serviço ecológico, reguladores, de suporte à vida local, de qualidade ambiental e de qualidade da perturbação. Os valores de opção de uso futuro direto e indireto podem ser o uso futuro para os valores diretos e indiretos. Os valores de quase opção, herança e existência levam em conta a informação como estratégia para utilização futura.

## **4. Metodologia**

Para a consecução dos objetivos deste trabalho, foi realizado um desenvolvimento metodológico que incluiu as seguintes etapas: revisão da literatura; caracterização da região de estudo; levantamento de dados e trabalho de campo; e a organização das informações coletadas.

Simultaneamente, realizou-se a discussão e interpretação de todos os textos e dados, buscando-se oferecer aportes que permitam a superação dos problemas observados.

A revisão da literatura foi a anteriormente observada.

### **4.1. Caracterização do Lugar de Estudo**

#### **4.1.1. Descrição do Lugar de Estudo**

A caracterização do lugar de estudo foi enriquecida pelas referências de outros autores que pesquisaram e trabalharam em instituições que tratavam sobre Bombinhas e Península de Porto Belo.

### **4.2. Levantamento de Dados e o Trabalho de Campo**

O instrumento utilizado para verificar as preferências e percepções ambientais do visitante e a disposição a pagar foi o questionário.

Os dados para as características dos visitantes, suas preferências e valoração foram obtidos através de questionário composto por perguntas fechadas, desenvolvido com base nos estudos de Borger (1995) e Grasso (1995).

O questionário (Anexo 4) foi composto por três partes: as características sócio-econômicas, a avaliação das preferências ambientais e a avaliação contingente.

A forma de valoração foi a disposição a pagar, recomendada pela literatura, consultada como uma mensuração mais conservadora. Para a técnica de avaliação contingente foram observados os seguintes pontos: pergunta aberta para a disposição a pagar pela entrada do Parque Municipal da Galheta e projeto de preservação da Unidade de Conservação; o instrumento de pagamento para o caso da disposição a pagar pela entrada no Parque Municipal da Galheta foi a cobrança direta pelo uso do mesmo, para a disposição a pagar pela preservação do Parque Municipal da Galheta, uma única contribuição anual para o projeto.

#### **4.2.1. Forma da Entrevista**

Nos procedimentos de amostragem, foram identificados como população relevante e participante da pesquisa os indivíduos visitantes do Parque Municipal da Galheta.

As entrevistas foram realizadas pessoalmente dentro da Unidade de Conservação do Parque Municipal da Galheta e próximo dos seus limites.

As entrevistas deram-se durante os meses de janeiro e fevereiro de 1998.

#### **4.2.2. Contagem, Fluxo dos Visitantes e o Fluxo do Meio de Transporte**

A contagem foi realizada devido a não disponibilidade do dado e à verificação do fluxo horário de visitantes.

As características da contagem para estimar o fluxo de visitantes foram a contagem ao mesmo tempo junto à entrada sul e oeste do Parque e em relação ao número de horas de contagem; quando não se completava a contagem em horas cheias, estas foram recalculadas por estimativa.

#### **4.2.3. Observação das Atividades dos Visitantes**

Foram observadas as atividades dos visitantes do Parque Municipal da Galheta com o intuito de caracterizar o seu comportamento, a sua atividade, o possível impacto negativo causado e os locais preferenciais de recreação.

#### **4.2.4. Mapeamento do Parque Municipal da Galheta**

Foi considerado como essencial para o mapeamento da Praia de Bombas e o Parque Municipal da Galheta, o elemento geográfico, territorial e o natural; e o elemento social.

O limite assumido para o tamanho da comunidade da Praia de Bombas relaciona-se com a função de cooperação e coordenação entre as pessoas. Estes aspectos foram delineados como caráter estrutural descritivo.

Os mapas foram elaborados a partir da base de três fotografias aéreas (1996, escala 1:25.000). O mapeamento foi realizado observando informações dos lugares da Praia de Bombas e do Parque

Municipal da Galheta, da atividade econômica e infra-estrutura, da vida econômica e seus recursos e desenvolvimento e do aspecto natural e geográfico.

A iniciativa de criação da Unidade de Conservação crê na habilidade e demonstra a intenção da comunidade em valorar os problemas e encontrar soluções em relação à conservação/preservação das áreas naturais de Bombinhas. Reaciona historicamente contra a forma dominante de solução, com espírito de imitação e transferência passiva, e insiste na responsabilidade de relacionar o Parque Municipal da Galheta com o desenvolvimento de Bombinhas. Apoiar a crescente aptidão para a tomada de decisão coletiva, sucessiva e progressiva que convertam os dogmas mais implícitos dos problemas sociais, econômicos e políticos em um instrumento para a democracia.

O Parque, como aquilo que foi decidido prestar atenção, pode sustentar o desenvolvimento social e ser responsável como patrimônio natural que proporciona bens e serviços que beneficiem a redução da alienação do homem com o meio ambiente bombinense. Não é fonte de informação que sustenta as vantagens esporádicas de grupos preferenciais que captam novos recursos. É objeto de clareza e responsabilidade, com compromisso de decisão social e trabalho cooperativo, para desenvolver valores do patrimônio natural, relacionados com a oportunidade de agregar estratégias que oportunizam o aparecimento da expressão de valores ambientais implícitos da natureza vista e dominada por simples razões econômicas.

Os sistemas que compõem o capital natural e ecológico do Parque Municipal da Galheta são os ativos ambientais desejáveis e alcançáveis, que poderão gerar as possibilidades estratégicas de bens e serviços ambientais, e que a sociedade bombinense deseja conservar para proporcionar utilidade às comunidades herdeiras ou grupos de visitantes do meio urbano que também os utilizam.

O trabalho proporciona agregar instrumentos técnicos que viabilizem formar alternativas de avaliação com o desejo de ver o bem público utilizado com responsabilidade para conservar para a geração futura a biodiversidade; fazer transparecer a comparação entre as análises dos custos e benefícios sociais e sustentabilidade, auferidos pela Unidade de Conservação que, conservados, manterão para a sociedade o impacto positivo do bem estar; e incorporar os valores ambientais na análise econômica das alternativas de propostas de projetos e investimentos públicos e informações que aproveitem melhor o recurso disponível no Parque Municipal da Galheta.



## **5. Resultados e Discussão**

Esta parte objetivou trazer informações relevantes observadas ao longo do tempo de vivência e experiência acumulados em Bombinhas e Península de Porto Belo. Visa contribuir para o fortalecimento da organização social da Praia de Bombas e do município de Bombinhas.

### **5.1. Produção da Praia de Bombas**

A observação e caracterização da produção da Praia de Bombas inclinou-se para entender que os aspectos considerados para o Parque Municipal da Galheta estão intimamente relacionados com as formas de propriedade da terra e as características do trabalho, o uso do espaço e os grupos sociais que a comunidade produz, reproduz e transforma nesta realidade cotidiana.

A predominância da Unidade de Conservação como forma de propriedade em relação à proposta de condomínio residencial pode gerar maior coerência ao modo de vida da comunidade existente na Praia de Bombas. Para isso, é necessário prestar atenção na relação entre o desenvolvimento e a conservação.

### **5.2. Pontos de Inflexão de Bombas e Bombinhas**

Os pontos de inflexão em relação ao desenvolvimento de Bombinhas e da Praia de Bombas foram assumidos como sendo os da chegada da dependência aos fatores externos do desenvolvimento. Os pontos preponderantes desta visão estão relacionados: à atividade pesqueira empresarial capitalista na década de 1960; à abertura da BR-101 no início da década de 1970; à chegada da energia elétrica no ano de 1978; à emancipação política de Bombinhas em 1992; e à duplicação da BR-101 em 1999-2000.

De maneira expedita, foi observado que historicamente estas supremacias foram catalisadores do desenvolvimento de ciclos curtos ou médios. Elas aceleraram e transformaram de forma complementar e iniciaram a modificação dos futuros resultados da atividade humana bombinense. As relações de trabalho, capital e mudanças tecnológicas foram sofrendo rearranjos, e sobrepondo, e acumulando as mudanças da qualidade ambiental de Bombinhas. O principal ponto está na relação de trabalho com as possibilidades reais e potenciais que expandiram a sobreposição do trabalho turístico por temporadas em relação ao trabalho da tradição marítima.

Assim estas e outras condicionantes são mecanismos importantes que fazem parte do desenvolvimento da Praia de Bombas e de Bombinhas.

A tradição pesqueira artesanal sofreu maior dependência de novos insumos e do mercado a partir da presença da pesca industrial capitalista. A abertura da BR-101 trouxe a novidade da facilidade do acesso. A luz elétrica transformou a qualidade de vida e a realidade local. A emancipação política possibilitou a chance do desenvolvimento às próprias custas. A duplicação da BR-101 está trazendo mudanças visíveis no sentido da sua organização social e forma de desenvolvimento.

O turismo ambiental de Bombinhas como um tema aglutinador que contribui historicamente para a fonte do modelo de desenvolvimento na vertente atlântica do estado de Santa Catarina, encontra como prioridade o máximo conhecimento que subsidie informações de qualidade para trabalhar com o tema.

A relação morador-visitante torna-se importante neste contexto, já que a organização e participação dos moradores está diretamente ligada à possibilidade de geração de emprego e renda. Pois o morador será o anfitrião dos serviços turísticos e principalmente da qualidade ambiental oferecida ao visitante. A ele completa assumir os feitos que a biodiversidade catarinense lhes dá sob forma de bens e serviços diretos e indiretos.

O Parque Municipal da Galheta, é uma viabilidade importante a ser considerada no estudo desta relação. A figura 16 demonstra a viabilidade em estado latente, representado pelo Vale Encantado como a borda da entrada sul do promontório do Parque Municipal da Galheta. Este é o acesso pela Praia de Bombas.



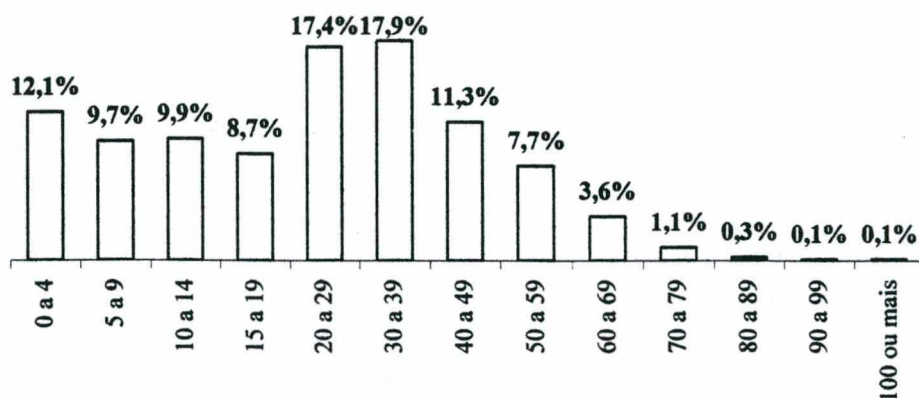
Figura 16 - Borda Leste-Sul do Parque Municipal da Galheta

A educação e o trabalho organizados no Parque Municipal da Galheta podem gerar renda para a comunidade da Praia de Bombas, transformar o futuro dos jovens para trabalhar com orgulho perante a qualidade ambiental presente a partir da biodiversidade daquele lugar.

### **5.3. Estrutura Social de Bombas**

A comunidade da Praia de Bombas possui dois bairros, o de Bombas e o do Zé Amândio. Estes bairros estão divididos pelo rio da Barra.

A característica populacional, segundo os grupos de idade e as pessoas residentes na Praia de Bombas, podem ser observados na figura 17.

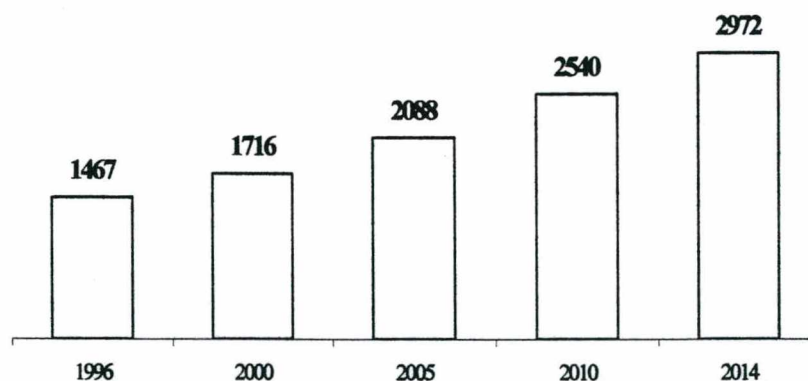


fonte: IBGE e elaboração própria; onde: 100 ou mais = 100 ou mais de cem anos de idade

Figura 17 - Pessoas Residentes na Praia de Bombas, Bairros Bombas e Zé Amândio (%) Segundo os Grupos de Idade (Anos)

É importante salientar que 40,4% das pessoas estão na faixa de 0 a 19 anos de idade. Esta distribuição demonstra que também a Praia de Bombas, assim como Bombinhas, é um lugar de crianças e adolescentes. Este grupo de idade deve ser foco de como as perspectivas do trabalho de conservação e a educação ambiental podem transformar os conceitos de dependência ou autonomia relacionados aos fatores dos ecossistemas locais.

Outro aspecto foi ilustrado na figura 18.



fonte: IBGE e elaboração própria;

Figura 18 - Estimativa do Crescimento Populacional da Praia de Bombas (Bairros Bombas e Zé Amândio)

Com a taxa de crescimento anual de 4% ao ano para Bombas, a estimativa de crescimento populacional para a Praia até o ano de 2014. Esta seria a data que dobraria o número de pessoas, 2934, morando naquela praia.



No ano de 1999 existiam, morando na Praia de Bombas, 1650 pessoas à partir dos dados do IBGE. Mas, por outro lado, sempre houve na história de Bombinhas controvérsia quanto aos dados da população, acreditando-se que este número é maior.

O ponto de curvatura determinante de um aumento populacional maior do que o esperado, a duplicação da BR-101, revelará em que ano esta população irá duplicar, possivelmente antes de 2014. Também relacionará como o aumento populacional com o grau de desenvolvimento endógeno em Bombas e Bombinhas.

As profissões exercidas pelos pais dos alunos da escola Estadual de Bombas podem ser observadas na figura 19. Esta informação foi obtida junto à Associação de Pais e Professores (APP).

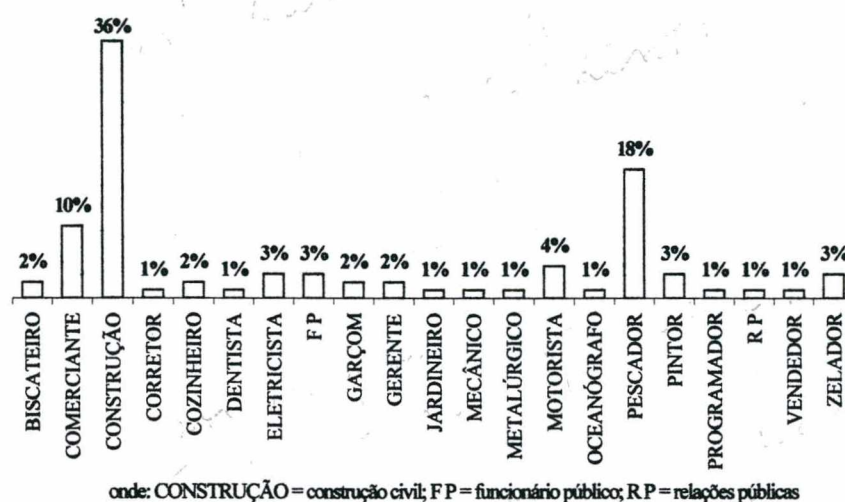


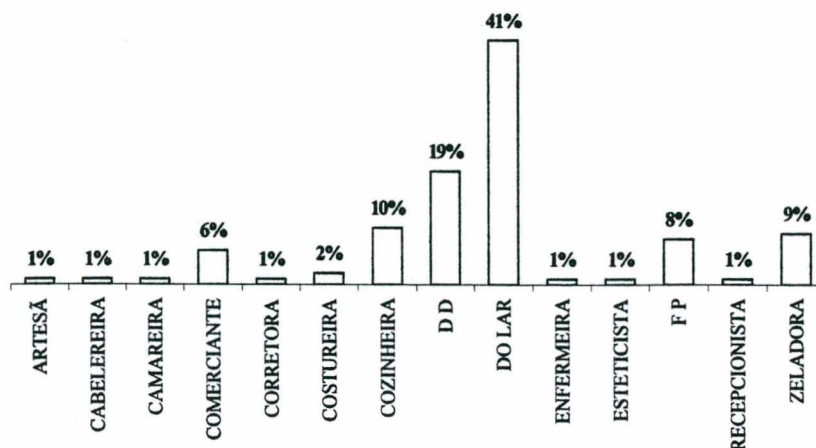
Figura 19 - Profissão dos Pais da Associação de Pais e Professores da Escola de Bombas, Bombinhas, SC

As três profissões que representaram 36%, 18% e 10% respectivamente foram a construção civil, o comércio e a pesca. As profissões da prestação de serviços terceirizados ficam próximas de 2% e 3%. É o caso do garçom, pintor, eletricitista, mecânico e jardineiro.

À partir da figura, pode ser observado que o setor terciário das profissões é uma fonte de trabalho na Praia de Bombas.

A busca de renda em uma realidade dependente das estações do ano amplia no verão o valor de troca via prestação de serviço. No inverno, os valores de uso na pesca artesanal na busca de proteínas para o consumo familiar divide com a prestação de serviços na área de construção civil a maior atividade dentro da praia.

As mães de Bombas, em sua maioria, trabalham em sua própria casa. É o que está demonstrado na figura 20. Quarenta e um por cento delas estão nesta classe.



onde: DD = diarista, doméstica; FP = funcionária pública;

Figura 20 - Profissão das Mães da Associação de Pais e Professores da Escola de Bombas, Bombinhas, SC

O trabalho de diarista e empregada doméstica ocupa 19% das mães. Funcionalismo público com 8 %, zeladora com 9% e cozinheira com 10% representam cerca de 27% das profissões. Outras profissões menos exercidas foram as de enfermeira, esteticista e artesã.

Das alternativas profissionais para o gênero feminino fica destacada aqui a dualidade entre a prestação de serviços, relacionadas com o turismo e o emprego no governo municipal.

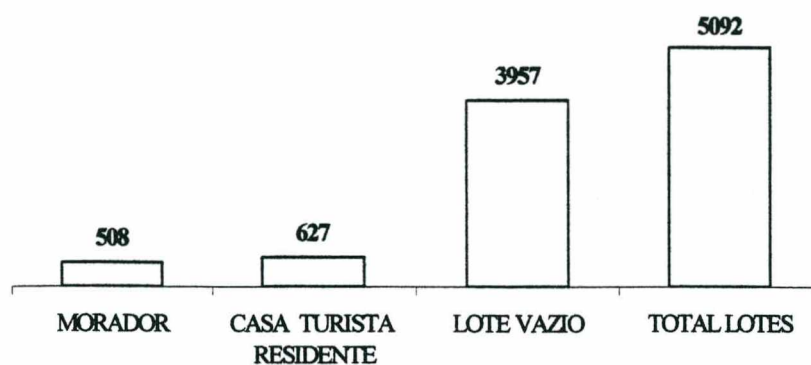
As profissões do gênero masculino estão relacionadas à mão de obra da construção civil, aos serviços do turismo, à pesca e ao governo municipal, e as profissões do gênero feminino estão relacionadas aos trabalhos domésticos, ao comércio e governo municipal.

#### 5.4. Formas de Apropriação do Solo, Bens e Serviços e os Canais de Circulação dos Fluxos Econômicos em Bombas

A pesquisa da produção da Praia de Bombas separou as ocupações dos lotes relacionados com as moradias das ocupações e os relacionados com as atividades econômicas. Ou seja, lote para morar e lote ocupado que gera trabalho.

Houve uma interpretação das formas de apropriação do solo por ocupação das propriedades particulares de moradia e das atividades econômicas separadamente.

Primeiramente, observaremos as informações relacionadas às moradias na praia e, em seguida, as atividades econômicas. É o que representa a figura 21.



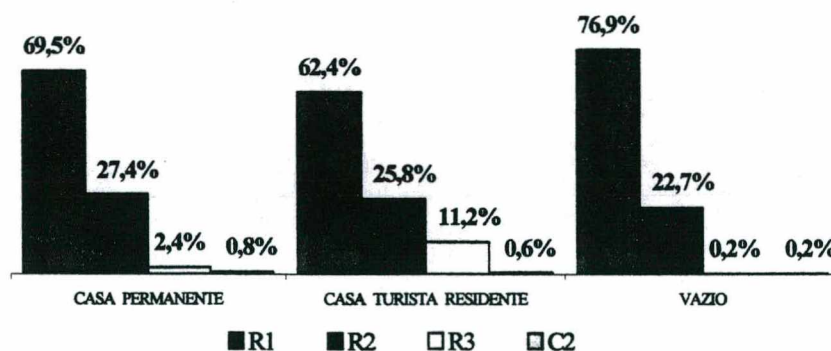
Fonte: pesquisa de campo e elaboração própria

Figura 21 - Número de Lotes, Lotes Ocupados por Casas em Bombas, Bombinhas, SC

Em novembro de 1997, a Praia de Bombas contava com 5092 lotes nas áreas dos diferentes bairros, conforme os loteamentos aprovados ou não pelo governo local e estadual.

Deste total, 3957 lotes estavam vazios, próximos de 77%, naquela ocasião, sendo que 627 lotes (cerca de 12%) ocupavam casas de turistas residentes (TR), ou residência secundária, ou casas de não moradores. E outras 508 residências (10%) pertenciam a moradores residentes (MR). Outra informação representada na figura é a de que a maioria dos lotes ainda não estava ocupada naquela oportunidade. Isto revela que o potencial de ocupação de uso do solo da praia ainda está por acontecer e ser decidido nas propostas de planejamento e gestão.

Em relação às casas, a figura 22 representa que as freqüências de ocupações das 508 casas dos moradores residentes, cerca de 69%, estavam na Zona Residencial 1 (ZR1), 27% na Zona Residencial 2 (ZR2) e 2% na Zona Residencial 3 (ZR3).



onde: R1 = zona residencial 1; R2 = zona residencial 2; R3 = zona residencial 3; C2 = zona comercial 2.  
Fonte: pesquisa de campo e elaboração própria

Figura 22 - Freqüência de Ocupação dos Lotes por Casas nas Zonas de Uso do Solo em Bombas, Bombinhas, SC



Para as 627 casas dos turistas residentes, cerca de 62% permaneciam na ZR1, outros 25% na ZR2 e 11% na ZR3. Os lotes vazios representavam próximo de 77 % na ZR1, 23% na ZR2 e menos de 1% na ZR3 e ZC2.

O importante é ressaltar que o grupo social nativo perdeu o acesso a morar perto da praia pois a zona residencial 3 é a área de ocupação da Avenida Beira Mar até a praia. A figura 23 representa um dos últimos quatro ranchos de pesca existentes na Praia de Bombas, suprimidos pela mentalidade turística.



Figura 23 - Rancho de Pesca em Bombas Perdendo Espaço por Condomínios na Ocupação da Orla da Praia

Estão representadas na figura 23 as duas formas preponderantes em relação ao trabalho dos grupos sociais nativos na Praia de Bombas. A pesca e a expansão imobiliária.

As casas de moradores residentes e turistas residentes estão na ZR1, seguidos por ZR2. Porém na ZR3 na beira mar, as casas dos turistas residentes sobrepõem-se às casas dos moradores residentes. Não existem mais lotes para ocupação, ou muito poucos, na beira mar e próximos a Avenida Central na zona comercial 2.

O zoneamento está proposto conforme as vias principais de acesso sejam elas existentes atualmente ou não. O crescimento da forma de ocupação do uso do solo de Bombas dá-se de forma paralela à praia. As maiores densidades estão próximas ao mar, diminuindo na medida em que se aproximam ao fundo do vale. Em relação à atividade econômica e ocupação do espaço, a pesquisa mostrada na tabela 14 revela os seguintes aspectos.



Tabela 14 - Classificação das Atividades Econômicas em Bombas, Bombinhas, SC

Atividade	Grandeza	Atividade	Grandeza
Academia de físico corporal	1	Farmácia	4
Acampamento	4	Fotografia	1
Açougue	2	Fruteira	3
Agência de viagem	1	Hotel com restaurante	3
Aluguel construção civil	1	Hotel sem restaurante	3
Aluguel de vídeo	2	Jornal	1
Aparelho eletrodoméstico	3	Laboratório exame	1
Arquitetura/engenharia	1	Lanchonete	12
Artesanato	3	Lavanderia	3
Artigo amarelinho	3	Limpeza urbana	1
Artigo de praia	10	Madeira	2
Assoc. de amigo e morador	1	Material de construção	7
Assoc. de mãe	1	Mercearia	8
Assoc. de organização política	6	Oficina mecânica	3
Assoc. de organização religiosa	4	Ônibus urbano	1
Assoc. pai e mestre	1	Padaria	2
Atividade imobiliária	12	Pastelaria	1
Banca jornal	2	Peixaria	2
Bicicletaria	1	Pesca	4
Borracheiro	2	Pintura	2
Cabeleireiro	2	Ponto de embarcação	1
Chaveiro	1	Ponto de gás	2
Clube de bocha	1	Ponto de táxi	2
Clube de dança	1	Posto de combustível	1
Clube de futebol	2	Posto de saúde	1
Colônia de pesca Z-22	1	Posto salva vida	1
Comércio de peça	1	Pousada	4
Condomínio horizontal	10	Preparação do terreno	1
Condomínio predial	55	Rádio	1
Confeitaria	2	Reciclagem de sucata	3
Construção civil	1	Refrigeração	2
Contabilidade	3	Restaurante	9
Delegacia de polícia	1	Roupas	5
Dentista	1	Serviço jurídico	1
Edificação e reforma	2	Sindicato da construção	2
Educação fundamental	1	Sorveteria	6
Educação média	1	Supermercado	2
Educação pré-escolar	2	Telefone público	11
Extração de argila	1	Telefônica	2
Farinha de mandioca	2	Trenzinho	1
		Vidraçaria	2

Fonte: pesquisa de campo e elaboração própria

De início, chama a atenção a supremacia do setor terciário em relação ao setor primário da economia.

Os dois engenhos de farinha em atividade, as duas peixarias e os quatro núcleos de pesca são as atividades representativas do setor primário. Faz parte da cultura local nativa dos povos ecossistêmicos herdeiros a mentalidade marítima como o conjunto dos hábitos do pensamento relativo ao mar.

Em face a sua vocação pelo turismo com o passar dos anos, evidenciado pelo aumento de visitas de turistas, existe atualmente a dependência para o setor terciário da economia de Bombas. A evidência do setor terciário pode ser dividido em dois tópicos importantes.

O primeiro é a base fundamentada nos aspectos dos serviços turísticos. Doze lanchonetes, nove restaurantes, quatro pousadas, seis hotéis, quatro acampamentos, seis sorveterias, três lojas de artesanatos e dez lojas de artigos de praia mostram a estrutura para receber o visitante e empregar o morador. É a cultura dos grupos de mentalidade turística com os hábitos de pensamentos voltados para o turismo.

O segundo revela o lado da troca desigual em relação a esta vocação turística: doze imobiliárias, 55 condomínios prediais, 10 condomínios horizontais, 2 empresas de edificação, 7 lojas de materiais de construção, 2 madeiras. Esta é a perspectiva de cenário dos grupos da mentalidade turística no sentido de que os pensamentos turísticos convergem para a construção civil.

Os nativos são proprietários ou donos do seu negócio em uma pequena parcela das atividades: 1 telefônica, 1 supermercado, 1 loja de roupas, 3 famílias de recicladores, 3 pontos de táxi, 1 padaria, 1 lavanderia, 1 fruteira, 1 banca de jornal, 1 açougue, 2 acampamentos, 1 condomínio predial, 1 pousada. Esta parcela demonstra que a organização social vem pressionando cada vez mais a mentalidade marítima a perder espaço nesta realidade.

Um fato importante em nível de Bombas deve ser considerado nesta análise: as comunidades de pescadores artesanais desta praia não estão sendo beneficiadas pela transformação que vem ocorrendo nos mares da baía de Zimbros e Canto Grande, em termos dos incentivos de programas que envolvem a mitilicultura (cultivo de mexilhões) e a ostreicultura (cultivo de ostras). A mentalidade marítima que vem transformando o caçador coletor em agricultor marinho naquela localidade, não ocorre na baía de Bombas. Este permanece como caçador coletor principalmente nas pescas de inverno e primavera.

As formas de ocupação dos lotes revelou que relativamente respondem à oferta de trabalho das pessoas que moram em Bombas sobre dois aspectos.

As casas dos turistas residentes oferecem trabalhos domésticos relacionados com a manutenção da residência. Pintura, limpeza, jardinagem, zeladoria e pequenas reformas, são alguns deles.

E os lotes vazios em relação ao total com cerca de 77% da Praia de Bombas podem responder as questões das ofertas de trabalho e dos maiores fluxos econômicos, relacionados com as profissões da corretagem imobiliária e construção civil. A corretagem imobiliária seguida da construção civil é o fundamento da mentalidade turística na produção da Praia de Bombas.

As ocupações são diferenciadas pelos bairros em relação às vias de acesso. Independente do zoneamento vigente, o crescimento da zona urbana dá-se de forma paralela à praia. Quanto mais próximo da avenida e ao mar, maior o valor de troca.

Fica evidente que provavelmente estamos chegando na metade da ocupação urbana da Praia de Bombas, com as diferentes formas de apropriação do uso do solo que, porventura, anunciarão o aumento



ou a manutenção da imobilidade social e ampliação das diferenças sociais. O fato é que os lotes vazios serão ocupados pelos grupos sociais de maior poder aquisitivo que vêm de fora coloca a tendência da manutenção e ampliação das diferenças sociais.

No contexto da tabela 16, pode-se depreender que as atividades econômicas em Bombas passam obrigatoriamente, por grau de dependência da expansão imobiliária e do turismo, que determinam o desenvolvimento endógeno de Bombinhas.

Em síntese, fica ressaltado que a imobilidade social dos grupos está relacionada com as formas de produção da Praia de Bombas.

A mentalidade marítima não participa diretamente do planejamento e neste sentido está sendo substituídas de forma rápida pelos grupos preferenciais da mentalidade turística.

## **5.5. Parque Municipal da Galheta**

### **5.5.1. Fluxo, a Valoração por Entrevistas, as Preferências e o Comportamento dos Visitantes**

#### **5.5.1.1. Avaliação do Fluxo dos Visitantes**

Sendo este o trabalho de um autor que consultou outras pessoas, discutiu suas idéias, examinou seus feitos e escreveu o texto, a atitude como cidadão local é resultante de um meio efetivo para o desenvolvimento dos objetivos conservacionistas, com a vantagem do conhecimento acumulado da identificação das condições locais e o contexto institucional no município de Bombinhas. O esforço de contagem e a observação dos visitantes foi uma das etapas primordiais da pesquisa.

##### **5.5.1.1.1. Aspectos Relevantes Associados a Contagem**

Admitido o grau de dificuldade da pesquisa, optou-se em cobrir a contagem nos meses de verão devido ao maior fluxo de turistas.

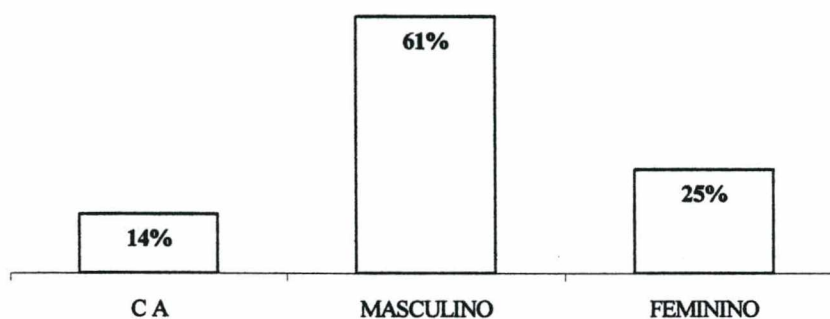
De fato, existem dois momentos nesta estação, nos quais o número de turistas aumenta. As festas da passagem de ano e o carnaval são o cume agudo do fluxo de pessoas que aumentam o impacto negativo das bases naturais e mudam o comportamento dos anfitriões.

A contagem foi realizada nos dias 14, 22, 25 e 26 de fevereiro de 1998. A característica do tempo naquele dia 14 foi de céu nublado e chuva fraca. Já o dia 26 apresentava-se como nublado e com vento fraco. Os dias 22, 25 e 26 foram dias característicos com sol do verão bombinense e vento fraco.

A contagem foi simultânea na entrada sul na Praia de Bombas e oeste na comunidade do Araçá, do Parque Municipal da Galheta (ver anexo 1). Foram contadas as pessoas que entravam na Unidade de Conservação e anotado o gênero, meio de transporte e o horário.

Em relação ao meio de transporte foi observado somente a entrada oeste, visto que a entrada pela Praia de Bombas só pode ser realizada a pé.

A figura 24 representa o gênero do fluxo dos visitantes no Parque Municipal da Galheta. Constatou-se a não equivalência da frequência dos gêneros. O gênero masculino foi 61% dos visitantes e o feminino somou 25%. Já as crianças e os adolescentes fizeram parte de 14% do total. Não houve a observância do gênero das crianças e dos adolescentes.



onde: CA = crianças e adolescentes

Figura 24 - Frequência em (%) do Gênero no Fluxo do Visitante do Parque Municipal da Galheta

A significativa presença do gênero masculino está relacionada com as atividades exercidas no Parque Municipal da Galheta. O comportamento do feminino foi mais ameno em relação ao masculino e normalmente agiu de forma mais contemplativa. Os propósitos entre os gêneros não eram equivalentes, o masculino, mais ativo em suas interações no entorno natural é o maior responsável pelos impactos negativos.

Os maiores grupos de visitantes eram do gênero masculino. Devido à falta de estrutura no Parque Municipal da Galheta, estes grupos traziam os equipamentos necessários para as atividades dentro da Unidade de Conservação. Consequentemente, o impacto negativo foi relacionado a algumas localidades de preferência utilizadas pelos visitantes para o tipo de atividade realizada. Estes foram



sintetizados no anexo 1. A figura 25 demonstra o comportamento e atividade dos visitantes em relação à forma de utilização.



Figura 25 - Acampamento de Pesca no Entorno do Parque Municipal da Galheta

O fluxo dos visitantes por hora na entrada sul do Parque Municipal da Galheta é observado na figura 26. Esta é a entrada pela Praia de Bombas (ver em anexo 1).

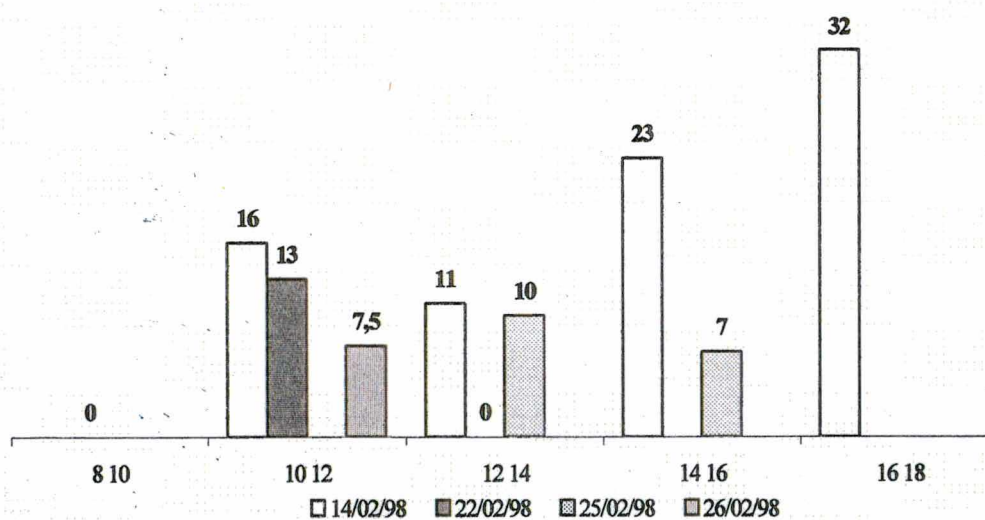


Figura 26 - Fluxo de Visitantes por Hora na Entrada Sul do Parque Municipal da Galheta

Duas trilhas principais com diferentes graus de dificuldade e várias trilhas sociais (ou secundárias) ramificam-se destas e interceptam-se, constituindo um sistema intrincado e complementar.



Uma, segue passando rapidamente pelas cotas 20, 30 e 40 metros no sentido sul-norte, chegando ao final na ponta do promontório. É o que está representado relativamente na figura 27.



Figura 27 - Vista Parcial do Mirante e Trilha do Parque Municipal da Galheta

Esta trilha foi retificada com a abertura de ruas via especulação imobiliária. Atualmente o impacto negativo aumenta com o desmoronamento, deslize e carregamento do solo exposto a partir das cotas mais altas. A figura demonstra um dos pontos de pesca no costão mais utilizado pelos visitantes.

A outra trilha segue pelo costão rochoso, com caminho sinuoso entre as passagens e, quando se aproxima da ponta do promontório, torna-se perigosa.

Pela manhã, das oito às dez horas, não foram observados visitantes entrando no Parque Municipal da Galheta. Das dez horas da manhã até o meio-dia, foram contados, respectivamente, 8, 6,5, 7,5 pessoas por hora. Do meio dia às duas horas da tarde, 5; 0 e 5 foram as pessoas por hora que entraram. A partir das duas até as quatro da tarde o fluxo aumentou para 11,5 e 3,5 pessoas por hora. Já no final da tarde, entre quatro e seis horas, passaram pela entrada 16 pessoas por hora.

O fluxo de pessoas visitantes que entraram pela entrada oeste (Araçá) pode ser atentado na figura 28. Um grande número de pessoas entraram na Unidade de Conservação em dias característicos de verão, com sol, e também nos dias chuvosos e nublados.

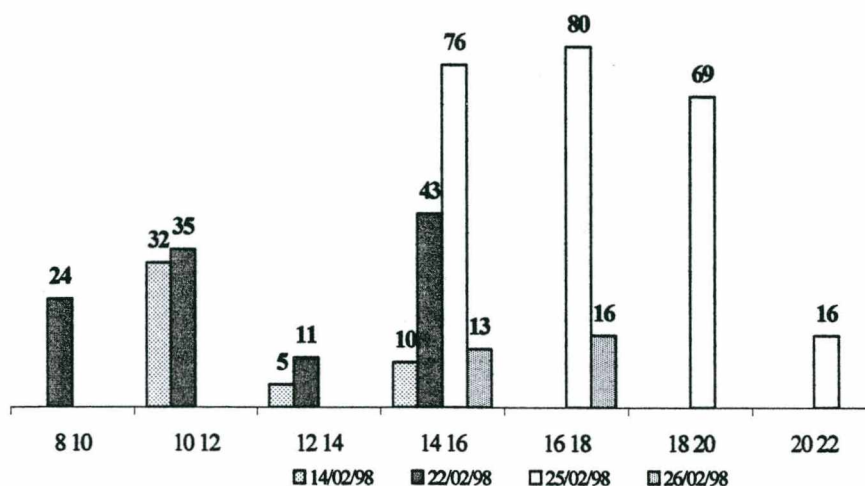


Figura 28 - Fluxo de Visitantes na Entrada Oeste (Araçá) do Parque Municipal da Galheta

Doze pessoas por hora das oito às dez da manhã; 16,5 e 17,5 pessoas por hora das dez até o meio-dia, compuseram o fluxo na parte da manhã. À tarde, o fluxo foi de 2,5 e 5,5 pessoas por hora de meio-dia até as duas horas.

Este fluxo aumentou a partir das quatorze horas, com respectivamente, 5, 21,5, 35,5 e 13 pessoas por hora até as dezesseis horas. E manteve-se no mesmo patamar das quatro as dezoito horas, com 40 e 16 pessoas por hora. No final da tarde, 34,5 pessoas entraram por hora entre dezoito e vinte horas.

À noite, entre oito e dez horas, oito pessoas por hora entraram no Parque Municipal da Galheta.

Outro fato importante e que chama a atenção é o número de carros que entraram na Unidade de Conservação. A figura 29 representa esta contagem. Não foi observado o tipo de carro (utilitário ou de passeio) devido à primazia na contagem e observação dos visitantes.

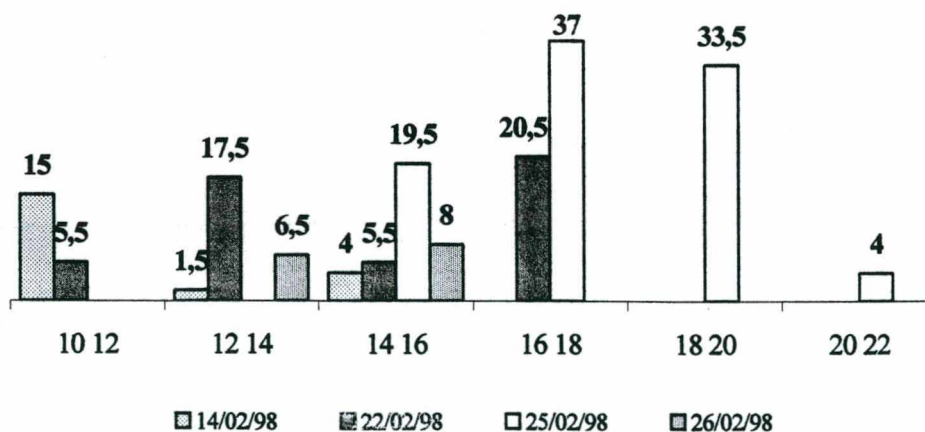


Figura 29 - Fluxo de Carros Visitantes por Hora na Entrada Oeste (Araçá) do Parque Municipal da Galheta



Aqui também vale a mesma observação feita nos parágrafos anteriores, os visitantes deslocam-se com veículos para o Parque Municipal da Galheta, mesmo em dias não característicos de verão, com chuva e/ou nublado.

Pela manhã, das dez até o meio-dia, entraram na Unidade de Conservação, respectivamente 15 e 5,5 carros por hora. Do meio dia até as duas horas da tarde, entraram 1,5, 17,5 e 6,5 carros por hora.

A partir das duas da tarde, o fluxo de carros por hora aumentou, com 4,5, 5, 19, 5 e 8 carros. Das quatro até as seis da tarde, o fluxo por hora de carros permaneceu com 20,5 e 37 carros. Das seis até oito da noite, 33,5 carros por hora. E das oito da noite até as dez, foi de 4 carros por hora. Estes fluxos estavam significativamente relacionados a atividades de pesca esportiva.

Na entrada sul, pela Praia de Bombas foi observado que a preferência da caminhada estava no final da manhã e início das horas da tarde. A explicação torna-se razoável devido ao fato de que naquele verão de 1998, os dias característicos de praia eram aproveitados pela manhã e as outras atividades tornavam-se secundárias em relação aquela forma de recreação. Tempestades de verão inibiam e posteriormente não, a visita pela entrada sul. Soma-se a isso a dificuldade de acesso por trilha íngreme e sujeita a acúmulo de barro nas suas maiores cotas.

Em relação à entrada oeste (Araçá), o fluxo de visitantes está relacionado significativamente ao carro, por contemplar a abertura de ruas para um projeto de condomínio particular dentro da área da Unidade de Conservação e facilitar o acesso do visitante.

Estes foram os dados que identificaram e caracterizaram o fluxo dos visitantes no Parque Municipal da Galheta. Deste modo, podemos apreender a partir das figuras, tabelas e discussão que: o fluxo de visitantes é na sua maioria do gênero masculino; existem dois picos de fluxo de visitantes para a entrada, o menor, a partir das dez horas da manhã e, o maior, a partir das duas horas da tarde; o fluxo de visitantes é considerável na Unidade de Conservação; o fluxo de carros é considerável na Unidade de Conservação; o impacto negativo das atividades dos visitantes é significativo e pode estar relacionado ao gênero masculino e ao meio de transporte utilizado.



## **5.5.1.2. Avaliação da Identificação e Características Sócio-Econômicas dos Visitantes**

### **5.5.1.2.1. Aspectos Relevantes Associados a Entrevista**

O público participante das entrevistas foram os visitantes do Parque Municipal da Galheta, situado no promontório da ponta de Porto Belo que divide os municípios de Bombinhas e Porto Belo.

As informações foram obtidas junto aos visitantes, através de entrevistas diretas. O tamanho da amostra foi intencional, visto que não havia a disposição de dados para a sua determinação estatística.

Contudo, para assegurar a representatividade do estudo, estabeleceu-se dois critérios básicos na seleção dos entrevistados: contemplar a entrevista dos visitantes dentro do Parque Municipal da Galheta e próximo à entrada sul (Praia de Bombas), sendo este o único acesso a pé de Bombinhas. Respeitando estes critérios entrevistou-se cem (100) destes visitantes.

As circunstâncias e características da entrevista foram compostas da seguinte maneira: foi realizada no período diurno; o visitante a pé, parado ou em pouco movimento no momento da entrevista, tinha, dependendo do local, um ângulo de visão que o permitia apreciar uma localidade prazerosa e, devido a esta vivência, supõe-se que seu humor estava com alta capacidade de perceber, apreciar ou se expressar.

Os dados foram apurados, seguindo as recomendações da literatura, através da exclusão dos votos de protesto. Assim, deste modo, dois dos questionados rejeitaram a proposta do cenário hipotético e foram retirados do estudo.

A estatística básica seguiu a seqüência da estrutura da entrevista: a identificação do visitante, as características sócio-econômicas, a avaliação das preferências e a avaliação contingente. Estas serão apresentadas a seguir. Em primeiro lugar, as suas características sócio-econômicas, seguidas posteriormente das preferências dos visitantes e a sua avaliação da proposta apresentada pela pesquisa.

A origem dos visitantes do Parque Municipal da Galheta é visualizada na figura 30.

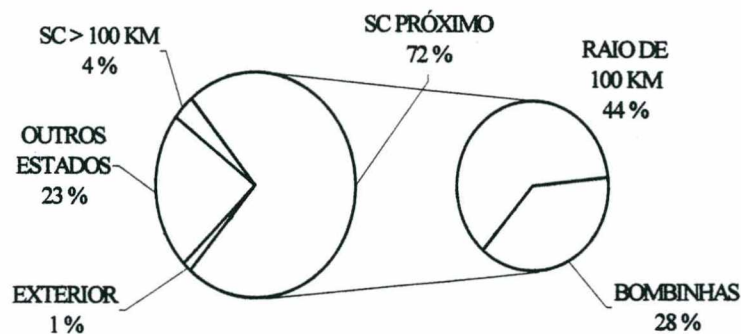


Figura 30 - Freqüência em (%) da Origem do Visitante do Parque Municipal da Galheta

A maioria foi proveniente das cidades próximas do próprio Estado de Santa Catarina, com 72% dos visitantes entrevistados. Outros 4% eram de cidades catarinenses, num raio maior, de 100 quilômetros; 23% de outros Estados brasileiros e 1% estrangeiros. Dos 72%, 44% eram provenientes de cidades catarinenses, num raio menor, de 100 quilômetros; e 28% eram da própria cidade de Bombinhas. Esta característica representada na figura segue o que foi constatado em Takahashi (1987; 1998), ou seja, o visitante de uma Unidade de Conservação provém na sua maioria de uma clientela local ou regional das proximidades da mesma, sendo esta uma tendência normal.

A origem dos visitantes entrevistados da Península de Porto Belo é apresentada na figura 31. Observe que 56% dos visitantes eram provenientes da própria Praia de Bombas, seguidos por visitantes da Praia de Bombinhas e Porto Belo, com 18% cada parcela. E 4% dos visitantes eram da Praia de Canto Grande, município de Bombinhas, e Perequê, município de Porto Belo. Ficou ressaltado que a demanda dos visitantes, além de regionalizada, também foi das pessoas que estão bem próximas ao Parque Municipal da Galheta.

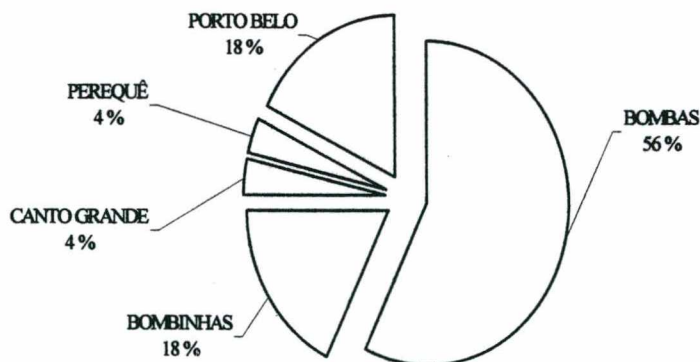


Figura 31 - Freqüência em (%) do Visitante do Parque Municipal da Galheta Procedente da Península de Porto Belo

Aproximadamente 20% dos visitantes entrevistados eram do gênero feminino e 80% do masculino. O gênero do visitante é representado na figura 32.

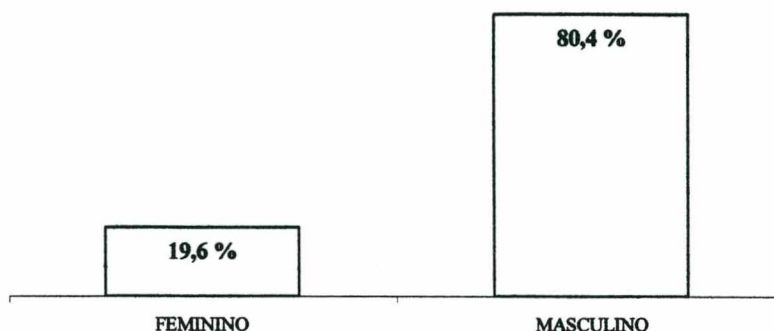


Figura 32 - Frequência em (%) do Gênero do Visitante do Parque Municipal da Galheta

A grande maioria dos visitantes do Parque Municipal da Galheta foram do gênero masculino. O acesso dificultoso devido ao grau das trilhas principais e secundárias responde relativamente ao gênero predominantemente masculino. Também as alternativas de atividades exercidas pelos visitantes podem responder, à predominância do gênero.

Os grupos do gênero feminino sempre estavam acompanhados pelo gênero masculino. Raramente observou-se o gênero feminino sozinho nas visitas ao Parque Municipal da Galheta.

A idade dos visitantes encontra-se representada na figura 33. Cerca de 26% dos entrevistados visitantes possuíam idade próxima a 39 anos, seguidos respectivamente pela faixa de, 27 a 45 anos, com aproximadamente 19% do total. Cerca de 11% e 5% dos entrevistados possuíam idades entre 35 e 51 anos.

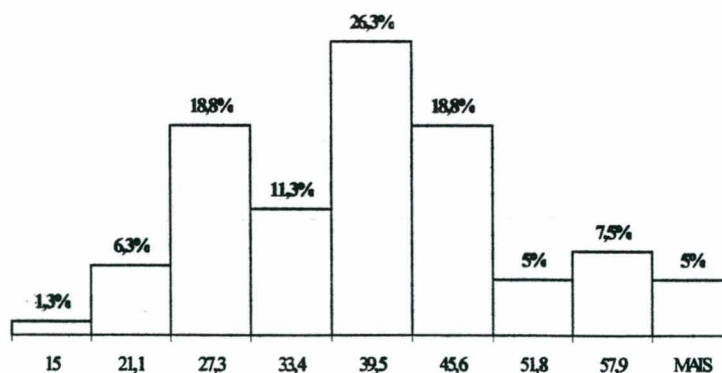
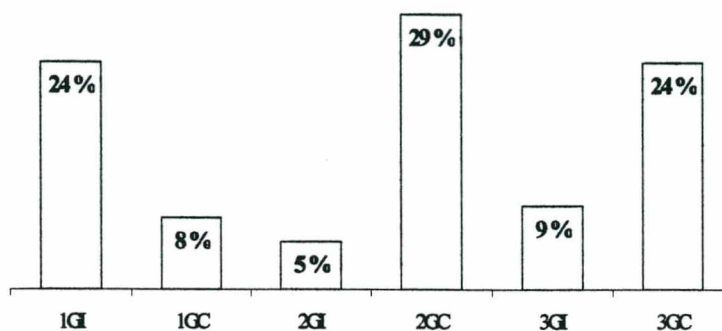


Figura 33 - Frequência da Idade em (%) dos Visitantes do Parque Municipal da Galheta



A grande maioria, 80,2% dos entrevistados estavam, entre 27 e 51 anos de idade.

O grau de instrução do visitante ou escolaridade é reproduzido na figura 34.



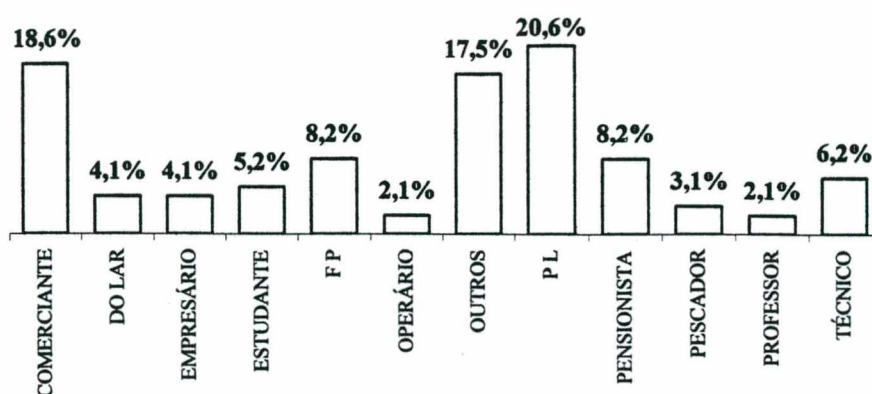
onde: 1GI = primeiro grau incompleto; 1GC = primeiro grau completo; 2GI = segundo grau incompleto; 2GC = segundo grau completo; 3GI = terceiro grau incompleto; 3GC = terceiro grau completo.

Figura 34 - Frequência em (%) do Grau de Instrução do Visitante do Parque Municipal da Galheta

Visitantes com o curso superior completo perfizeram 24% e com o curso superior incompleto representam 9% dos entrevistados. O percentual dos visitantes entrevistados com segundo grau completo foi de 29%, e com o primeiro grau completo foi de 8%. Os visitantes que não cursaram universidade representam 66% do total dos entrevistados. As pessoas que possuíam o primeiro grau incompleto permaneceram na casa dos 24%. Observa-se a partir das características dos sujeitos entrevistados, que basicamente houve uma certa equivalência do grau de escolaridade para os visitantes do Parque Municipal da Galheta. Por um lado, visitantes turistas instruídos formalmente e, por outro, nativos e moradores pouco instruídos formalmente.

Esta informação demonstra que existem dois públicos a serem considerados futuramente nas questões de educação ambiental do Parque Municipal da Galheta.

As profissões exercidas pelos visitantes estão referenciadas na figura 35. Profissionais liberais e comerciantes representam aproximadamente 20% e 18% dos entrevistados. Funcionários públicos e pensionistas eram, cada um, 8,2% dos visitantes. Operários, professores e pescadores permaneceram próximos de 2 a 3% das pessoas visitantes. Cerca de 17% eram empregados no comércio e 6% eram técnicos.

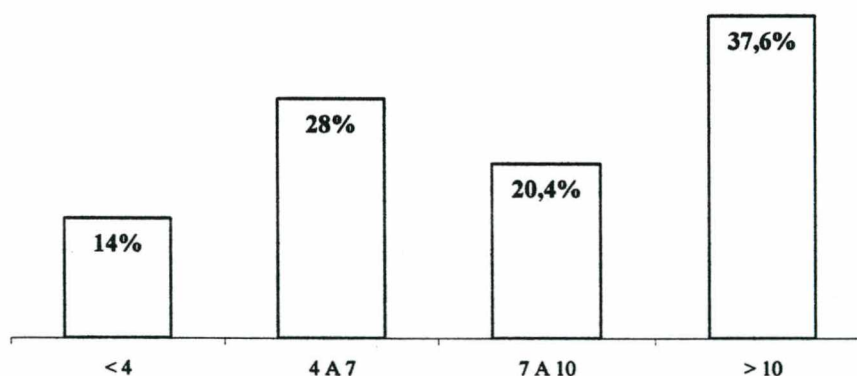


onde: FP = funcionário público; PL = profissional liberal; OUTROS = empregados no comércio.

Figura 35 - Frequência em (%) da Profissão do Visitante do Parque Municipal da Galheta

Sobre a renda mensal dos visitantes entrevistados, a figura 36 representa que cerca de 27% e 11% possuíam respectivamente renda maior de quinze salários mínimos e de 11 a 15 salários mínimos, nestas classes. As rendas inferiores a este patamar somaram 20% para a classe de renda entre 8 a 10 salários mínimos, 28% de 4 a 7 salários mínimos e 14% de 1 a 3 salários mínimos.

Cerca de 58% dos entrevistados obtinham renda superior a oito salários mínimos e 42% possuíam renda de até sete salários mínimos.



onde: renda em salários mínimos; > 10 = mais de quinze salários mínimos

Figura 36 - Frequência em (%) da Renda Mensal do Visitante do Parque Municipal da Galheta

Estes foram os dados que identificaram e caracterizaram a sócio-economia dos visitantes do Parque Municipal da Galheta. Pode-se compreender que o visitante entrevistado provém do local e da região; é do gênero masculino; possui maior idade; obteve educação formal e informal; exerce profissões terciárias; e obtém boa renda mensal.

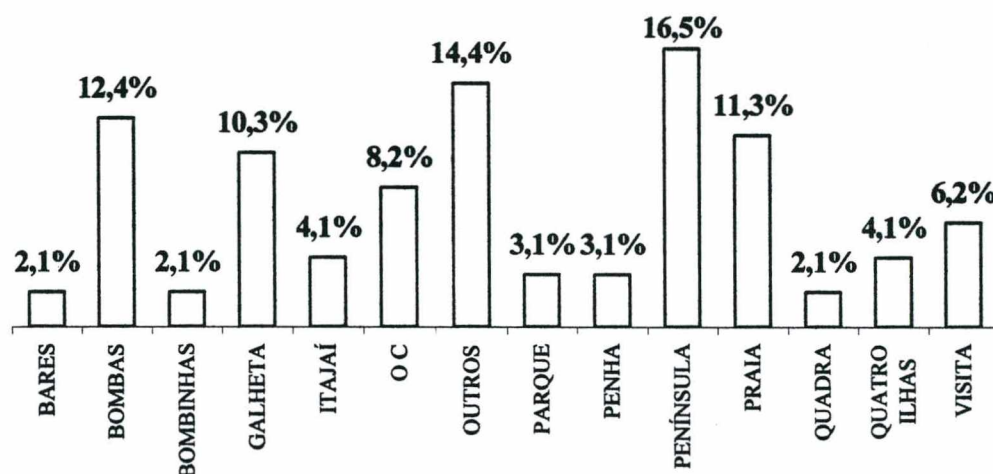
No decorrer do trabalho será apresentada a avaliação das preferências dos visitantes do Parque Municipal da Galheta.

### 5.5.1.3. Avaliação das Preferências dos Visitantes

A primazia da escolha dos visitantes foi classificada diante da avaliação das suas preferências.

Indagados sobre onde iriam passear em finais de semana e feriados, os visitantes do Parque Municipal da Galheta responderam o apresentado na figura 37.

Os percentuais das localidades próximas ao município de Bombinhas e região foram sempre considerados totalizando cerca de 45,4% das escolhas, confirmando novamente a tendência normal, salientada anteriormente. A figura 37 determina as escolhas.



onde: OC = outras cidades; OUTROS = no campo ou interior; QUADRA = quadra de esportes; VISITA = visita a amigos

Figura 37 - Frequência em (%) do Passeio do visitante do Parque Municipal da Galheta

Cerca de 16% dos pesquisados passeavam na própria Península de Porto Belo, seguidos por 12,4% na Praia de Bombas, 11,3% passeavam na praia, e 10,3% no próprio Parque, sem porém nomear qual a praia do seu destino.

Outros que variavam nas classes entre, 2%, 3%, 4% e 6% aproximadamente, escolhiam a Praia de Bombinhas, as quadras de esportes, os bares, outros parques, a Praia da Penha, a Praia de Quatro Ilhas (em Bombinhas) e faziam visitas aos amigos. Já 14,4% gostavam de passear no campo ou interior, seguidos por 8,2% em outras cidades que não as suas de origem.



A atividade que o visitante mais gostava de exercer ao ar livre foi a pesca com 33% das preferências e a figura 38 mostra que, depois da pesca, caminhar foi o estado de ação escolhido por aproximadamente 28% dos entrevistados.

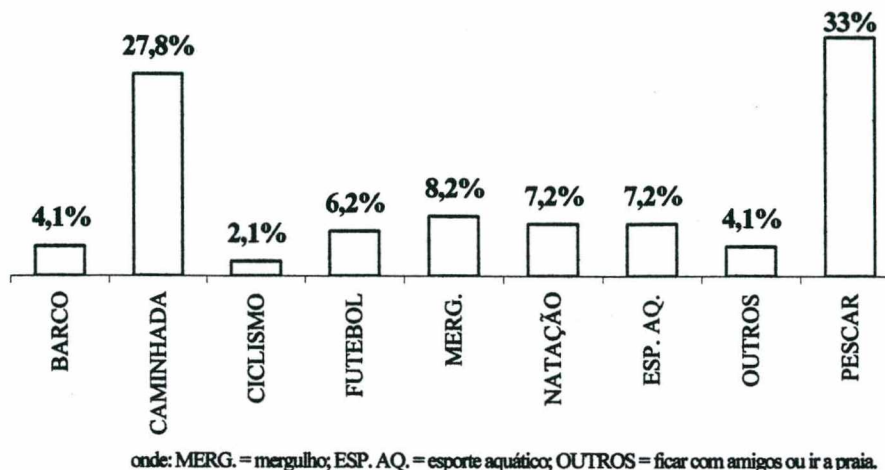


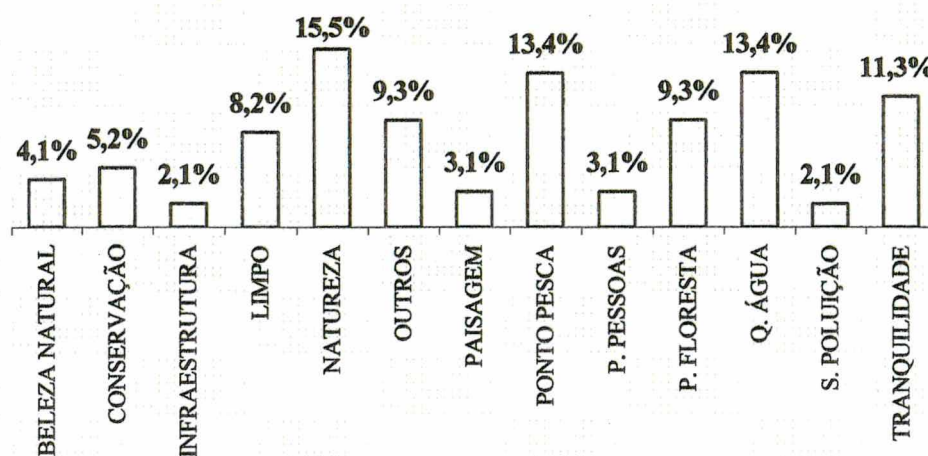
Figura 38 - Frequência em (%) da Atividade ao Ar Livre de Preferência do Visitante do Parque Municipal da Galheta

É importante observar que cerca de 27% das pessoas entrevistadas gostavam de vivacidades relacionadas às águas marinhas da plataforma interna. Nadar, mergulhar, embarcar e praticar esportes aquáticos compuseram a porcentagem.

De alguma maneira, aqueles visitantes encontraram a possibilidade de exercer a atividade que mais gostava ao ar livre no Parque Municipal da Galheta. Excetuando o futebol, as outras atividades realmente são exercidas no Parque.

A aparência da escolha do local demonstra que a natureza, com 15,5%, a qualidade da água e o ponto de pesca, ambos com 13,4%, e a tranquilidade, com 11,3%, foram importantes para a escolha do local de recreação.

A figura 39 demonstra que, a presença de florestas (9,3%), lugar limpo (8,2%) e conservado (5,2%) e sem poluição (2,1%) também contribuíram com a face da escolha do local de recreação do visitante. A beleza natural (4,1%) e a paisagem (3,1%) revelaram o ângulo de moldura que o Parque Municipal da Galheta faz em relação à Península de Porto Belo e à REBIOMAR Arvoredo.



onde: OUTROS = acesso fácil, preservação, isolado, dificultoso; P. PESSOAS = pouca presença de pessoas; P. FLORESTA = presença de floresta; Q. ÁGUA = Qualidade da água; S. POLUIÇÃO = sem poluição.

Figura 39 - Frequência em (%) do Aspecto Mais Importante Para a Escolha do Local de Recreação do Visitante do Parque Municipal da Galheta

A figura 40 mostra outra percepção da paisagem de dentro do Parque Municipal da Galheta em relação à REBIOMAR Arvoredo com a Ilha das Galés ao fundo.



Figura 40 - Trilha do Parque Municipal da Galheta com a Percepção de Cenário da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo

A princípio, poderíamos interpretar que os propósitos do visitante ficaram entre enxergar o Parque Municipal da Galheta como localidade de recreação ou cenário de paisagem. E encontraram na Unidade de Conservação o aspecto que escolheram como importante.



A razão da estética (paisagem, beleza natural) e a ecológica (qualidade da água e sem poluição) revelam algumas das preferências encontradas no Parque Municipal da Galheta.

Cerca de 62% dos visitantes entrevistados conheceram o Parque Municipal da Galheta por indicação e aproximadamente 38% conheceram por conta própria. A representação está na figura 41.

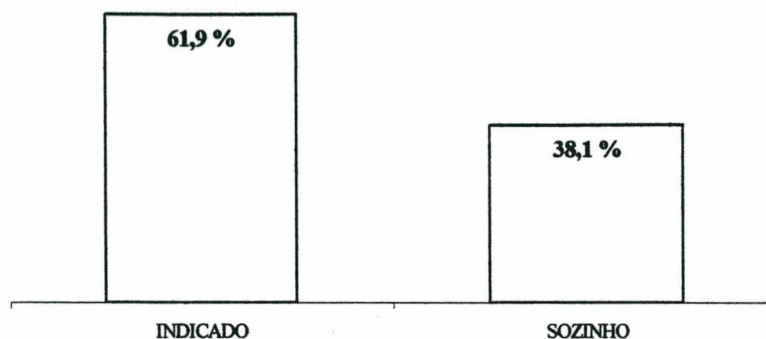


Figura 41 - Frequência em (%) da Forma Como o Visitante Conheceu o Parque do Parque Municipal da Galheta

De cada três visitantes, dois conhecem o Parque Municipal da Galheta em relação a experiências indicadas por outros sujeitos. Um deles escolheu deliberadamente ou acidentalmente a Unidade de Conservação.

A figura 42 demonstra que os visitantes que experienciaram 10 anos o Parque Municipal da Galheta, somaram cerca de 42% do total.

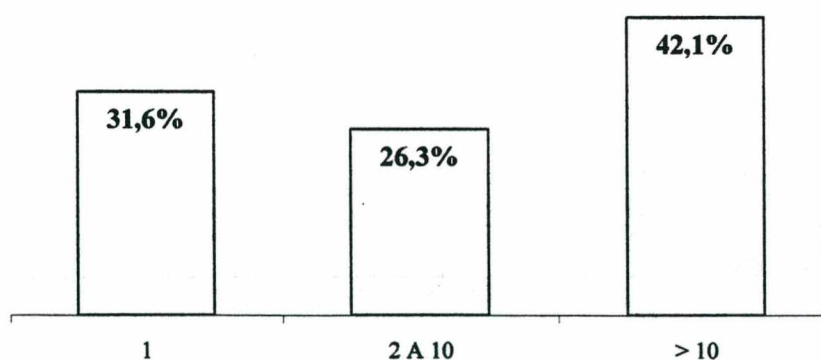


Figura 42 - Frequência em (%) da Experiência (Anos) do Visitante do Parque Municipal da Galheta

A experiência do visitante no Parque Municipal da Galheta com um ano foi de 31,6%. O pouco tempo pode ser justificado por ser o Parque uma alternativa secundária nos dias em que os visitantes

realizam atividades não relacionadas à praia. Mas por outro lado, indica uma questão importante, mesmo o visitante com pouco tempo de uso, passará adiante a sua experiência por indicação, diluindo a informação dos aspectos relevantes encontrados na Unidade de Conservação com os amigos. A forma de comunicação entre os visitantes é a que persiste e deve ser considerado no planejamento e gestão da área.

Os outros 26,3% revelaram que a experiência e o conhecimento do Parque Municipal da Galheta podem aumentar com o passar dos anos. A experiência do visitante é intensa numa relação íntima com a Unidade de Conservação, que possibilita a percepção de um grande valor afetivo dos visitantes.

O objetivo do visitante do Parque Municipal da Galheta foi a pesca, com aproximadamente 46% dos entrevistados. A contemplação da natureza (31%), a caminhada por trilhas (15,5%) e o mergulho (1,2%) representaram cerca de outros 47,7% do total.

Por outro lado, a figura 43 demonstrou uma incoerência importante. A de que o trabalho (4,8%) e o investimento (1,2%) também foram a destinação do visitante.

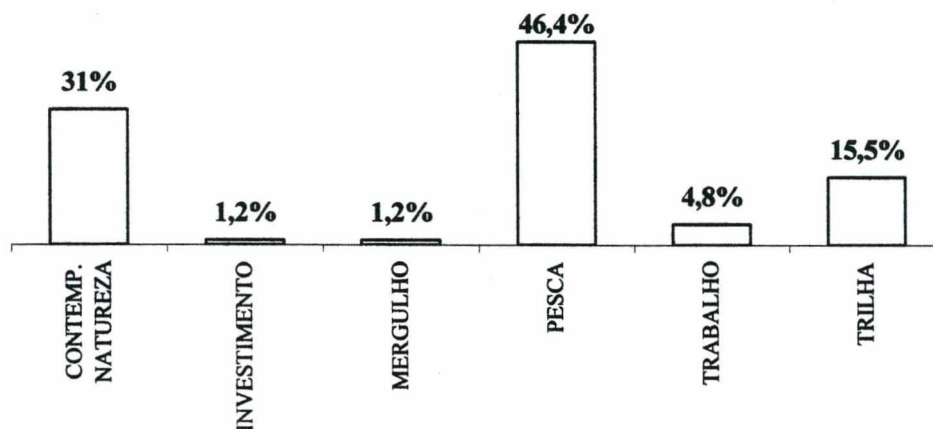


Figura 43 - Frequência em (%) da Finalidade do Visitante do Parque Municipal da Galheta

Como trabalhar e investir em uma Unidade de Conservação sem estar vinculado aos responsáveis pela administração do Parque Municipal da Galheta? Esta ameaça aos objetivos do Parque Municipal da Galheta podem ser justificados, aos proprietários das terras realizarem a infra-estrutura de projeto condominal na área da Unidade de Conservação. Importante é perceber que o trabalho dentro da Unidade de Conservação, somado seguramente ao comportamento do visitante, e o grande fluxo de carros são a maior ameaça de impacto negativo para o Parque Municipal da Galheta.



A figura 44 demonstra a irreversibilidade do impacto negativo provocado no desmonte de rochas e abertura de arruamentos pelo grupo social mentalidade turística, dentro da Unidade de Conservação do Parque Municipal da Galheta.

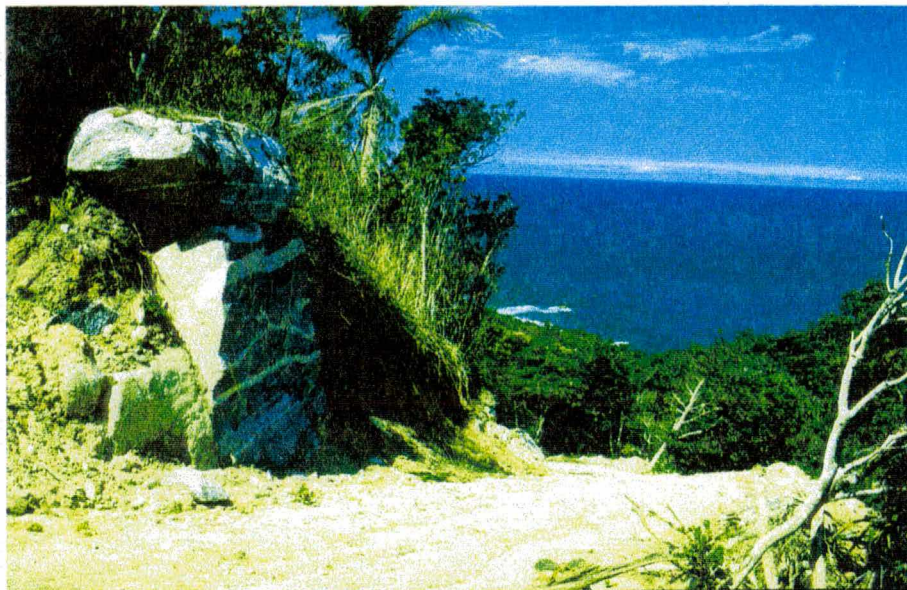


Figura 44 - Impacto Negativo Irreversível Justificado Pela Abertura de Condomínio Dentro do Parque Municipal da Galheta

A questão do direito de propriedade não está sendo considerada entre o seu caráter público e privado. O contrato social firmado na criação da Unidade de Conservação revela a incoerência da abordagem da sociedade bombinense.

A visão instrumentalista entre a dicotomia da publicidade e a privacidade confirma a necessidade de se trabalhar as informações adequadas, que possam servir como subsídio para o fortalecimento dos grupos sociais, num processo que busque uma maior tomada de consciência.

Setenta e nove por cento dos visitantes entrevistados chegaram transportados por carro na Unidade de Conservação. Esta maioria faz o percurso de estrada, saindo do centro de Porto Belo, passando pela comunidade da Praia do Araçá, única via de acesso por estrada para se chegar à entrada oeste do Parque Municipal da Galheta, na ponta do promontório. Outros 21% caminharam, é o que representa a figura 45. Bicicleta e motocicleta foram insignificantes em relação aos outros meios de transporte.

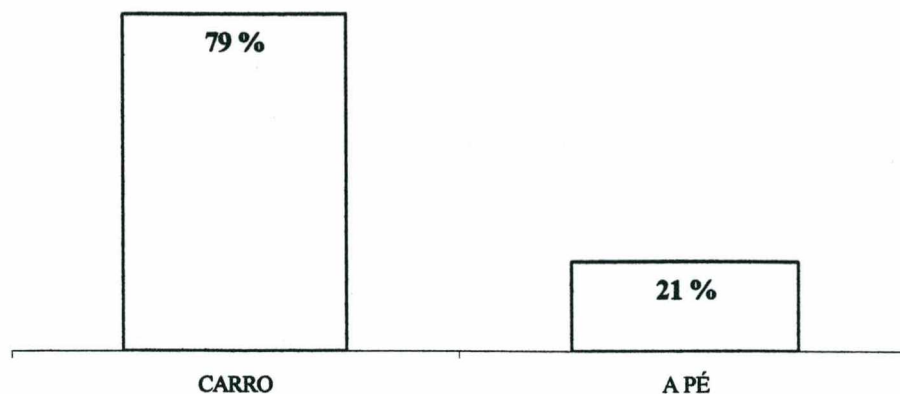


Figura 45 - Frequência em (%) do Meio de Transporte do Visitante do Parque Municipal da Galheta

A origem e a avaliação da identificação das características sócio-econômicas dos visitantes entrevistados do Parque Municipal da Galheta, observadas nas figuras precedentes, seguiu de certa forma a tendência normal observada por Takahashi (*Op. cit.*) e Roggenbuck & Lucas, citado pela autora. Em relação à pesquisa realizada pela autora em duas Unidades de Conservação no Estado do Paraná, os visitantes do Salto Morato: gênero masculino (50%); idade, entre 20 e 39 (60%); cursavam ou tinham concluído o terceiro grau (42%); cursavam ou tinham concluído o segundo grau (24%). Já em relação ao Parque Marumbi: gênero masculino (67%); idade, entre 20 e 39 (37%); cursavam ou tinham concluído o terceiro grau (20%); cursavam ou tinham concluído o segundo grau (48%).

O perfil do visitante entrevistado no Parque Municipal da Galheta: 80% do gênero masculino; 62,7% entre 21 e 39 anos de idade; 33% cursavam ou tinham concluído o Terceiro Grau, e, 34% cursavam ou tinham concluído o segundo grau; 20,6% profissional liberal, e, 36,1% relacionados ao comércio.

O perfil do visitante do Parque Municipal da Galheta variou pouco comparando com as Unidades de Conservação paranaenses, porém, fica acentuada a diferença em relação ao gênero e à idade.

Sobre a atividade que o visitante do Parque Municipal da Galheta mais gostava de exercer ao ar livre, a caminhada (27,8%) diferiu das encontradas para o Parque Marumbi (63%), somados para caminhada/montanhismo e caminhada/escalada, e para o Salto Morato (5%), caminhada nas trilhas.

Mas a finalidade que o visitante entrevistado realmente objetivou (15,5%) para fazer trilhas no Parque Municipal da Galheta, foi superior em relação ao observado por Takahashi (*Op. cit.*) para o Salto Morato.



O importante a ser ressaltado em relação à atividade que o visitante gostava de exercer ao ar livre e realmente objetivou fazer no Parque Municipal da Galheta foi a pesca. Trinta e três por cento dos visitantes gostavam de pescar, e 46,4% realmente visitaram o Parque com esta finalidade. Ou seja, o que ele prefere fazer significativamente ele fez. Soma-se a isso a caminhada como atividade ao ar livre referenciada anteriormente, e a trilha (15,5%), juntamente com a contemplação da natureza (31%).

A justificativa para a escolha da preferência do visitante do Parque Municipal da Galheta demonstra que houve destaque em relação à natureza, ao ponto de pesca e ao aspecto tranquilidade.

A partir das figuras observadas podemos inferir que o visitante: prefere as praias da península de Porto Belo como local de recreação; gostam de atividades recreativas relacionadas às águas marinhas; escolhe no aspecto da natureza, da qualidade da água, do ponto de pesca e a tranquilidade com a presença de florestas conservadas; foi indicado para conhecer a Unidade de Conservação; aumenta em número e possui experiência na área com o passar dos anos; pesca, contempla a natureza e caminha por trilhas no Parque; e utiliza o carro como meio de transporte para chegar ao Parque.

À seguir será comentada a avaliação preliminar dos valores das disposições a pagar dos visitantes do Parque Municipal da Galheta.

#### **5.5.1.4. Avaliação Preliminar dos Valores e a Disposição a Pagar dos Visitantes**

Os visitantes do Parque Municipal da Galheta somaram cerca de 93% de adesão a um projeto de conservação da área como proposição de cenário hipotético do questionário na pesquisa (anexo 4). O valor demonstra que a grande maioria do visitante importa-se com os destinos e a alternativa de proposta de implementação da Unidade de Conservação.

A figura 46 representa que ficaram entre ótima idéia, com 54,6%; e boa idéia, com 39,2%. Cerca de 6% dos visitantes, ao contrário, revelaram ser uma má idéia a realização de um projeto de conservação da área. Esta porcentagem pode ser representada pelos visitantes que tinham por finalidade o investimento e o trabalho dentro da Unidade de Conservação, já representados na figura 43.

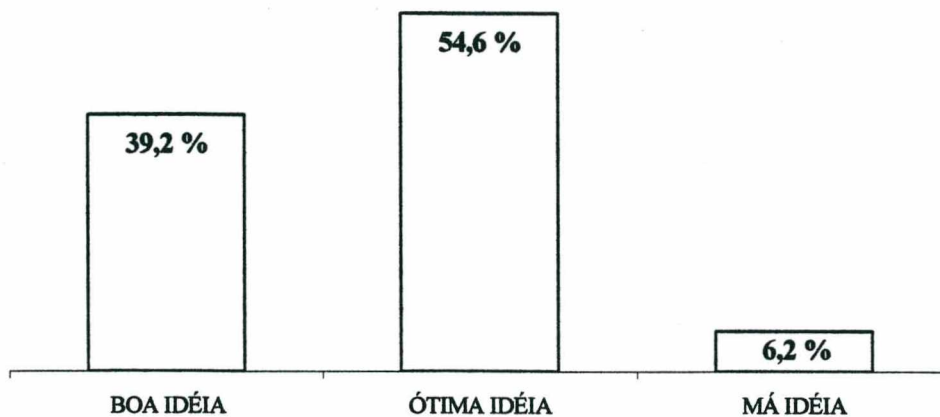


Figura 46 - Frequência em (%) da Adesão a um Projeto de Conservação do Visitante do Parque Municipal da Galheta

Já, os outros 93%, provavelmente relacionam-se à intensidade de uso e a expressiva experiência do visitante na área da Unidade de Conservação.

Os visitantes foram questionados sobre qual seria a sua disposição a pagar por uma entrada no Parque Municipal da Galheta. A figura 47 manifesta a disposição.

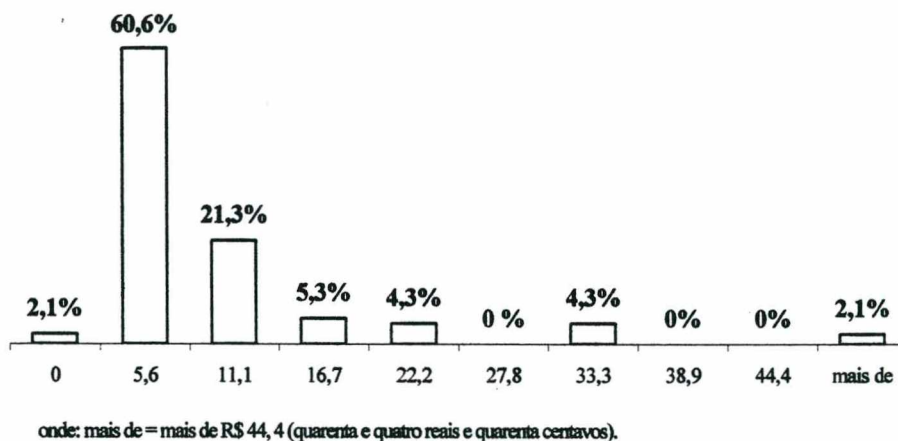


Figura 47 - Frequência em (%) da Disposição do Visitante do Parque Municipal da Galheta a Pagar (em Reais) Pela Entrada

Com aproximadamente 60% das respostas, os visitantes demonstraram a sua disposição em pagar R\$ 5,6 para entrar no Parque Municipal da Galheta<sup>7</sup>. Outros 21,3% pagariam R\$ 11,1 para entrar na Unidade de Conservação.

A tabela 15 demonstra a justificativa dos valores que não foram estabelecidos pelos visitantes entrevistados no Parque Municipal da Galheta.

<sup>7</sup> US\$ 1,00 = R\$ 1,13 em fevereiro de 1998

Tabela 15 - Justificativa do Visitante Para o Não Estabelecimento de uma DAP no Parque Municipal da Galheta

<u>Nenhum Valor</u>
a natureza não tem preço
a responsabilidade é do governo
não será usado na preservação
pela elitização do turismo
pela má administração pública
por motivos econômicos
fonte: pesquisa e elaboração própria

Pode-se observar à partir da tabela que estes motivos foram opostos. O primeiro seria a negação da precificação da natureza, assumindo-a como divina: "a natureza não tem preço". O segundo, mais prático, envolve as responsabilidades da administração pública e a elitização do turismo. Os visitantes observaram as falhas dos responsáveis pela Unidade de Conservação e consideraram a elitização do turismo e os motivos econômicos como justificativas de não estabelecerem valores. A visão dos visitantes em relação à administração e a responsabilidade governamental ficou evidente.

A referência das justificativas aos valores da disposição a pagar do visitante da Unidade de Conservação, colocados nas figuras anteriores, pode ser focada na tabela 16.

Tabela 16 - Justificativa ao valor da DAP do visitante do Parque Municipal da Galheta

<u>Valor referente a:</u>
a infra-estrutura do parque
conservação da área
cooperação com o projeto
custo/benefício
dez vezes o valor entrada
execução do parque
freqüência que usa
iniciar o projeto
monitoramento do parque
organização da área
possibilidade de pagar
preservação e biodiversidade
projeto de aquisição da área
seriedade do projeto
tombamento da área
um ano de uso
fonte: pesquisa e elaboração própria

De forma direta, os aspectos referenciados em relação ao Parque Municipal da Galheta foram: projetar, conservar, cooperar, monitorar, organizar, preservar, e tomba a área. Estes relacionados a visão conservacionista de cooperação para o esforço da implementação do plano de manejo e funcionamento da Unidade de Conservação. O visitante percebeu a necessidade de cooperação para a



implantação da Unidade e aguarda as iniciativas de implementação do Parque, para ser beneficiado em relação aos objetivos de criação e manejo da Unidade de Conservação.

Os outros aspectos estão mais relacionados em comparação a outras vivências do visitante.

O conhecimento de um lugar que substituisse a visita ao Parque Municipal da Galheta foi questionado aos visitantes da Unidade de Conservação.

A figura 48 demonstra que cerca de 47% dos respondentes não conheciam lugares substitutos.

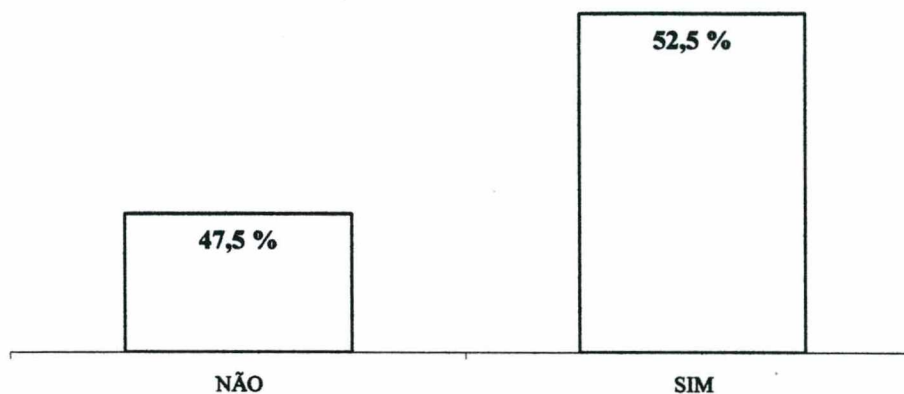


Figura 48 - Frequência em (%) do Conhecimento de um Lugar Substituto do Parque Municipal da Galheta

As respostas foram veementes em relação à unicidade do lugar que experienciavam. Provavelmente esta percentagem relaciona-se à intensidade de uso e a maior experiência do visitante local em relação à Unidade de Conservação.

Por outro lado, cerca de 52% dos visitantes afirmaram positivamente o conhecimento de lugares substitutos em relação ao Parque Municipal da Galheta. A indicação revela que o visitante da Unidade, conhece e vivencia outros lugares com aspectos similares em relação à natureza encontrada naquela localidade.

Os lugares substitutos que proporcionariam a mesma satisfação em relação ao Parque Municipal da Galheta foram relacionados na tabela 17.



Tabela 17 - Variável que Valoriza o Conhecimento de Outros Espaços Naturais Substitutos que Proporcionariam a Mesma Satisfação no Caso do Parque Municipal da Galheta ser Impactado Irreversivelmente

Substitutos	Município	Estado
PARNA Monte Pascoal	Porto Seguro	BA
Fundo de Vale Mariscal	Bombinhas	SC
Ilha do Amendoim	Bombinhas	SC
PARMUN Morro do Macaco		
Lagoa da Conceição	Florianópolis	SC
Morro do Canguá Santa Luzia	Bombinhas	SC
PARES Ilha do Mel	Paranaguá	PR
PARES Serra do Tabuleiro	Paulo Lopes/Garopaba/Florianópolis	SC
Península de Porto Belo	Bombinhas/Porto Belo	SC
Ponta da Conceição	Bombinhas	SC
Ponta da Tainha	Bombinhas	SC
Ponta das Bombas	Bombinhas	SC
Ponta do Engodo	Itapema	SC
Praia Brava	Itajaí	SC
Praia da Armação de itapocoroy	Penha	SC
Praia de Caieiras da Barra do Sul	Florianópolis	SC
Praia de Naufragados		
Praia de Leste	Paranaguá	PR
PARNA de Superagui		
Praia de Taquaras	Balneário Camboriú	SC
Praia de Taquarinhas		
Praia do Estaleiro		
Praia do Mariscal	Bombinhas	SC
Praia Mole	Florianópolis	SC
Praia Vermelha	Penha	SC
REBIOMAR Arvoredo	Bombinhas/Florianópolis	SC
Trindade	Parati	RJ
PARNA Serra da Bocaina		
Vale da Xaxá	Bombinhas	SC

onde: PARNA = Parque Nacional; PARES = Parque Estadual; PARMUN = Parque Municipal; REBIOMAR = Reserva Biológica Marinha; fonte: pesquisa e elaboração própria

Os lugares substitutos contemplam Unidades de Conservação ou lugares próximas a estas. É o que demonstra a tabela 17. O Parque Nacional de Monte Pascoal no Estado da Bahia, o de Superagui no Paraná, o da Serra da Bocaina em São Paulo, a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em Santa Catarina foram algumas das preferências.

As praias relacionadas foram referentes às regiões próximas da Península de Porto Belo e/ou pertencendo a esta. As praias de outros municípios que possuem de alguma forma semelhança em qualidade ambiental também foram destacadas em relação às preferências colocadas pelos visitantes.

A avaliação dos valores e a disposição a pagar representados nas figuras e tabelas anteriores dos visitantes do Parque Municipal da Galheta, demonstram que: os visitantes aderem a um futuro projeto de conservação da área; possuem uma disposição a pagar para a entrada e projeto; reconhecem a unicidade da Unidade de Conservação; conhecem lugares substitutos comparáveis ao Parque Municipal da Galheta; e observam as falhas dos responsáveis pela Unidade de Conservação.

## 5.6. Aspectos Relevantes Associados a Unidade de Conservação do Parque Municipal da Galheta

O desenvolvimento endógeno do município de Bombinhas e as alternativas de políticas públicas locais tomaram como referência as oportunidades para que os interesses locais marginalizados fossem articulados, agregados e processados dentro do sistema político administrativo.

Em nível catarinense e brasileiro, a lei de iniciativa popular de criação do Parque Municipal da Galheta foi evidente na relação de relevar a importância dos bens comuns pelo seu uso efetivo e preferência, provinda de uma iniciativa coletiva de decisão para os temas relativos ao meio ambiente. Esta ação somou os valores relevantes encontrados no seio daquela sociedade.

O simples fato da convergência entre a tomada de decisão coletiva, a escolha e o comportamento dos visitantes, determinam que os valores que a sociedade bombinense coloca na saúde ambiental e na produtividade da base ambiental, são compartimentos que sensibilizam e educam como uma forma de tomada de consciência no processo de gestão e planejamento.

As políticas ambientais locais deveriam escolher uma estratégia que permanece nas mudanças de mentalidade e valores sociais que levem em conta sobre todas as formas o interesse público e o bem-estar coletivo. Na escala local, o foco principal deste trabalho, o produto da sociedade, ao qual se referiu Cavalcanti (*Op. cit.*) a qualidade ambiental, é determinante para o caso de Bombinhas. O produto da sociedade bombinense como resultado da atividade humana encontra na natureza o seu máximo acervo, e o consumo deste compartimento, não admite ser substituído por processos tecnológicos.

Este é o ponto crítico do desenvolvimento endógeno de Bombinhas, que depende dos valores que a sociedade vem determinando para aquela qualidade ambiental, mas esta modifica-se rapidamente.

Por um lado, estão alguns grupos sociais de povos herdeiros ecossistêmicos relacionados com as formas naturais presentes. A floresta atlântica e os mares da Península de Porto Belo com suas ilhas são os melhores exemplos de valor de uso pelas comunidades locais. Por outro lado, outros grupos sociais pertencem mais aos valores de transformação, troca e venda dos recursos.

Mas o importante é que a sociedade bombinense catalisa um movimento inconseqüente e que demonstra rapidamente a queda do nível da qualidade ambiental. Inverter os valores para que a qualidade ambiental seja ascendente e assumida como relevante no município de Bombinhas coloca a educação como pertinente para as pessoas envolvidas nos temas do trabalho, da natureza, da tecnologia e do capital.



Deste modo, as instituições sociais que falham na reflexão e imposição de valores que a sociedade bombinense começa a prezar, freqüentemente lançam mão do possível arranjo institucional focado em políticas ambientais. Preocupações dos povos herdeiros ecossistêmicos em relação às questões de renda e trabalho relacionadas aos ecossistemas marinhos adjacentes podem ser um exemplo.

A presença corretiva das ações de instituições que privilegiem o coletivo sobre o individual gera um diálogo participativo das partes interessadas relevantes, comunicativo e democrático. Em escala local existe a pertinência do diálogo incluyente como forma do desenvolvimento da consciência.

Se os dois tópicos acima forem negligenciados o caminho da política ambiental será estreito com a intervenção somente de algumas instituições que refletem as preocupações desenvolvimentistas, produtivistas e imediatistas além, é lógico, das corporativistas.

Conhecermos os recursos e como são utilizados no Parque Municipal da Galheta e por quem e de que maneira são utilizados, encoraja como podemos encontrar soluções práticas numa escala de localidade que contribua para a educação da comunidade e, conseqüentemente, uma forma de gestão e planejamento mais verdadeira. Neste sentido, é interessante admitir que a valoração ambiental pode tornar-se um instrumento poderoso em relação a quais são os critérios de qualidade ambiental adotados para o município de Bombinhas pelas ações governamentais.

Mas, onde estarão os jovens de Bombinhas? Pescando na frota industrial e trabalhando na construção civil.

Os grupos de 15 a 24 anos de idade necessitam de fontes de trabalho e renda que os coloquem dentro da realidade crítica e absorvente da atualidade observada no município de Bombinhas. Nestes grupos, de 15 a 24 anos de idade, é pertinente apresentar todo o potencial de projetar, planejar e gerir uma educação ambiental e técnica, que introduza uma modificação positiva e fundamentalmente prática, crítica e capaz de antecipação em observação ao desenvolvimento das forças produtivas e suas relações de produção no âmbito da comunidade a que pertencem. O sentimento de pertinência ou bem comum forma e educa os indivíduos, fazendo-os capazes de melhorar e desenvolver a sua comunidade.

A sua autoavaliação e motivação em relação a si mesmos resulta numa posição ativa, audaz, determinada e comprometida com projetos, objetivos e metas, que poderão corresponder e convergir com propostas que envolvam os objetivos de manejo encontrados nas Unidades de Conservação do Parque Municipal da Galheta e da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo.

A tabela 18 caracteriza a lei do Parque Municipal da Galheta. O Projeto de Lei de Iniciativa Popular n.º 001/93 exprimiu uma relação teórica e prática importante. O governo local seguiu as

necessidades e os objetivos da comunidade, aprovando a lei com uma visão de planejar para "fora" na sociedade que representava.

No primeiro momento, o arranjo institucional indicou a pretensão do nível de desenvolvimento que anunciava o novo município. A participação da comunidade na tomada de informações, na execução dos projetos necessários, nas decisões e na avaliação dos mesmos é o ponto que ressalta a coerência da participação no planejamento local. Presença ativa e legítima da comunidade para a consecução do substrato jurídico que evitaria e proibiria as formas de impactos negativos observados atualmente.

Tabela 18 - Características da Lei do Parque Municipal da Galheta

	Característica
<b>Projeto de Lei Iniciativa Popular n.º 001/93</b>	Dispõe Sobre a Criação do Parque Municipal da Galheta
<b>Lei n.º 97/94</b>	Dispõe Sobre a Criação do Parque Municipal da Galheta
<b>Objetivos</b>	preservar a flora, a fauna, paisagem e a formação rochosa existente desenvolver educação ambiental oferecer oportunidades para recreação pública proporcionar facilidades para a investigação e fins de índole científica
<b>Pertinência</b>	Legislação Federal Estadual Municipal em Vigor
<b>Área</b>	ZPE - ZIT - ZR2A (passa a ZPP) divisa Pb - OA
<b>Finalidade</b>	Área de Preservação Permanente
<b>Proíbe</b>	parcelamento do solo alteração do uso do solo destruição
<b>Administração</b>	SETUMA
<b>Área Tampão</b>	REBIOMAR Arvoredo

onde: ZPE = Zona de Preservação Especial; ZIT = Zona de Interesse Turístico; PB = Porto Belo; OA = Oceano Atlântico; SETUMA = Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Bombinhas; REBIOMAR = Reserva Biológica Marinha; fonte: pesquisa e elaboração própria

Os objetivos de manejo do Parque Municipal da Galheta podem ser observados a partir da tabela 19. Preservar os recursos existentes assim como proteger paisagens, belezas cênicas e propiciar pesquisa, educação e recreação foram objetivos primários básicos de manejo, segundo as recomendações do Ibama (*Op. cit.*).

Em relação aos objetivos básicos de manejo considerados no SNUC, o Parque Municipal da Galheta difere em um objetivo primário, servindo como zona tampão da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo. É o que está representado na tabela 19.



Tabela 19 - Comparação dos Objetivos de Manejo do Parque Municipal da Galheta e dos Parques Conforme o SNUC

Objetivos Básicos de Manejo	SNUC	Galheta
preservar a diversidade biológica	primário	primário
restaurar amostras de ecossistemas	primário	primário
proteger espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção	primário	primário
propiciar fluxo genético	não se aplica	não se aplica
preservar recursos de flora e fauna	primário	primário
manejar recursos de flora e fauna	onde for possível	secundário
proteger paisagens e belezas cênicas	primário	primário
proteger sítios abióticos	onde for possível	primário
proteger recursos hídricos	secundário	secundário
propiciar pesquisa científica e estudo	primário	primário
propiciar educação ambiental	primário	primário
propiciar recreação	primário	primário
contribuir para o monitoramento ambiental	primário	primário
incentivar o uso sustentável dos recursos naturais	não se aplica	secundário
estimular o desenvolvimento regional	secundário	secundário
servir como zona tampão	não se aplica	primário
preservar áreas para uso futuro	não se aplica	não se aplica

fonte: pesquisa e elaboração própria

Como objetivo secundário, manejar algum tipo de recurso e incentivar o uso sustentável do mesmo podem servir de alternativas de alguma forma de viabilidade social.

Os objetivos de criação do Parque Municipal da Galheta foram os pertinentes e recomendados pelas legislações vigentes. As proibições tiveram por finalidade evitar a alteração das áreas de preservação permanente e fazer referência às fontes de impacto negativo, referenciadas na tabela 18.

O Parque Municipal da Galheta não possui nível de manejo que contemple as suas características. Segundo Milano (*Op. cit.*), o tipo de manejo moderado é considerado quando a Unidade de Conservação não conta com o plano de manejo.

A partir dos dados coletados, o fluxo dos visitantes do Parque Municipal da Galheta foi estimado e pode ser observado na tabela 20.

Tabela 20 - Estimativa do Fluxo Diário e de Verão dos Visitantes do Parque Municipal da Galheta

Hora	Entrada Sul - Bombas - Visitantes				Média
	1	2	3	4	
8 10		0			0
10 12	16	13		7,5	12,2
12 14	11	0	10		7
14 16	23		7		15
16 18	32				32
<b>Média Sul Dia</b>					<b>66,2</b>
Hora	Entrada Oeste - Araçá - Visitantes				Média
8 10		24			24
10 12	32	35			33,5
12 14	5	11			8
14 16	10	43	76	13	35,5
16 18			80	16	48
18 20			69		69
20 22			16		16
<b>Média Oeste dia</b>					<b>234</b>
<b>Estimativa 1 dia</b>					<b>300</b>
<b>Estimativa 35 dias</b>					<b>10500</b>

fonte: pesquisa e elaboração própria

Das médias das quatro contagens realizadas, foi estimado o fluxo de pessoas para as duas entradas do Parque Municipal da Galheta.

Em nível exploratório, foram estimadas diariamente trezentas pessoas em média como frequentadoras do Parque. Se considerarmos a ampliação do exercício e estendermos para 35 dias de verão, então 10.500 visitantes foram à Unidade de Conservação naquele verão.

Considerando a tabela anterior, a estimativa exploratória dos valores da disposição a pagar em relação aos visitantes demonstra o fluxo de caixa teórico representado na tabela 21.

Tabela 21 - Estimativa do Fluxo de Caixa Teórico para Entrada e Projeto de Conservação do Parque Municipal da Galheta

Estimativa R\$ (Reais)	DAP média Entrada R\$ (Reais)	DAP média Projeto R\$ (Reais)	Estimativa média Visitante Verão
	7,2	40,2	10500
<b>Verão</b>			<b>75.600,0</b>
<b>Projeto anual</b>			<b>422.100,0</b>
<b>Total</b>			<b>497.600,0</b>

fonte: pesquisa e elaboração própria

No nível comunitário, uma informação importante que deve ser considerada em relação ao Parque Municipal da Galheta e que tem relação direta com a Unidade de Conservação foi a pesquisa da pesca da tainha, gênero *Mugil*, naquele inverno de 1998. Considerando que foram pescados 5675 peixes

na temporada de pesca (3/5 a 15/7), com 66 dias efetivos de pesca nos cinco dos seis pontos de pesca existentes na Praia de Bombas, com 90 pescadores envolvidos diretamente com a atividade (donos de rede e/ou canoa e camaradagem), uma estimativa exploratória foi realizada: um peixe por dia para cada pescador naquela temporada. Fica salientada a importância da Conservação do Parque Municipal da Galheta também como responsável direta e indiretamente pela produção e rendimento da pesca da tainha nos mares adjacentes a Praia de Bombas e, conseqüentemente, no balanço de proteínas na alimentação dos grupos de pescadores artesanais. Este tema agregado demonstra o valor e o mérito na idéia da Conservação daquela Unidade de Conservação.

Também em nível exploratório, as estimativas dos carros visitantes no Parque Municipal da Galheta podem ser observadas a partir da tabela 22. Em média, 184 carros visitaram aquela Unidade de Conservação para os quatro dias de contagens realizados. Já para trinta e cinco dias de verão, foram estimados 6440 carros.

Tabela 22 - Estimativa do Fluxo Método de Viagem (Carros) no Parque Municipal da Galheta

Hora	Entrada Oeste - Araçá - Carros				Média
	1	2	3	4	
10 12	30	11			20,5
12 14	3	35			6,5 14,8
14 16	8	11	39		8 16,5
16 18		41	74		57,5
18 20			67		67
20 22			8		8
<b>Média Oeste dia</b>					<b>184,3</b>
<b>Estimativa 1 dia</b>					<b>184</b>
<b>Estimativa 35 dias</b>					<b>6440</b>

fonte: pesquisa e elaboração própria

Os carros que entravam na Unidade de Conservação no início da tarde foram caracterizados com seus visitantes na atividade de caminhada e contemplação da natureza, que perfizeram cerca de 45% da finalidade do visitante. Este comportamento relacionava-se à observação tranqüila (11%) da imponente paisagem (3%) e da natureza (15%) como o aspecto de escolha, nas maiores cotas do Parque, próximo do mirante e arredores. O ângulo de visão permitia a percepção do promontório da Ponta das Bombas, logo em frente e, mais ao fundo, a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, com as Ilhas do Arvoredo e das Galés.

O outro fluxo de carros com seus visitantes no final da tarde relacionava-se significativamente à finalidade da pesca com aproximadamente 46%. Os locais de pesca estão basicamente na ponta do promontório, e costões rochosos que acessam a ponta, visto que, naquele local, as cotas batimétricas aumentam rapidamente propiciando a pesca de costão.



Estes dados revelam duas faces importantes. Aparentemente muitas pessoas visitam aquela Unidade. Possivelmente o impacto negativo pode ser que magnifica, pelo número de visitantes e o estilo de uso, ameaçando assim os objetivos de conservação da Unidade, já ressaltados na tabela 20 e 22 e que Takahashi (*Op. cit.*) observou em sua pesquisa.

Por outro lado, a grande quantidade de carros também demonstra que o método de viagem é importante para explicar os impactos ecológicos ocorridos no Parque Municipal da Galheta. A facilidade encontrada na tragédia do livre acesso gera a abertura inconseqüente de trilhas secundárias, o que foi observado durante os anos de trabalho no Promontório da Ponta de Porto Belo.

A tabela 23 foi modificada e adaptada como um instrumento de apoio para a discussão que visualize no ponto de vista do merecimento do levantamento de dados, dada a sua importância sócio-econômica para a população local e o fortalecimento do nível de manejo, conforme os objetivos de criação da Unidade de Conservação.

Tabela 23 - Classificação Preliminar das Características do Parque Municipal da Galheta Segundo a Importância Sócio-Econômica e Ecológica e Forma de Utilização

Tipo de Recurso	Forma de Utilização			Importância		
	Direta	Indireta	Não Utilização	Alta	Média	Baixa
<b>Componente Estrutural</b>						
recurso florestal	X				X	
recurso extrativo vegetal	X				X	
recurso da vida selvagem	X					X
recurso pesqueiro	X			X		
recurso mineral			X			X
ecossistema						
<b>Função Ecológica</b>						
manutenção da biodiversidade		X		X		
proteção da linha de costa		X				
manutenção da qualidade de água		X				
<b>Função Não Ecológica</b>						
suporte à aquicultura		X			X	
turismo e recreação	X			X		
pesquisa e educação ambiental		X		X		
<b>Função Atributo</b>						
diversidade biológica	X	X	X	X		
unicidade cultural	X	X	X	X		
unicidade ecológica	X	X	X	X		
qualidade de água	X	X	X	X		

Fonte: modificado e adaptado de NUPAUB (1995)

O recurso como aquilo que é ou pode ser aproveitado pelo ser humano foi classificado conforme a sua forma de utilização direta, indireta ou não utilização e o grau de importância do mesmo.

No componente estrutural do recurso foi observado que a classificação da importância para os recursos florestais, vegetais e pesqueiros contradizem com a utilização direta e impactante negativamente e também aos objetivos de criação da Unidade de Conservação.




O recurso pesqueiro como aspecto de alta importância é utilizado de forma direta. As águas circundantes do promontório não fazem parte dos limites da Unidade de Conservação, porém esta atividade catalisa, junto com a visita e o meio de transporte utilizado, o impacto negativo observado no local.

A forma de utilização das funções não ecológicas de turismo e recreação e os recursos pesqueiros são importantes tanto pela forma de utilização direta, quanto indireta, visto que o visitante vai ao Parque Municipal da Galheta para pescar, entre outras atividades, e o recurso pesqueiro, como fonte de proteínas, é fundamental para aquele grupo cultural da mentalidade marítima pertencente à comunidade de Bombinhas e arredores da Península de Porto Belo.

Do ponto de vista teórico, a tabela 24 concebe as formas de utilização sustentáveis e possíveis para o Parque Municipal da Galheta. A princípio, pode ser uma fonte de colaboração teórica para os destinos do Parque, em função da educação.

Tabela 24 - Valor Econômico Total Teórico do Parque Municipal da Galheta

Tipologia De Valor De					
Direto	Uso Indireto regulador	Opção	Quase Opção	Não Uso Herança Informação	Existência
produção bens serviços extrativo: pesca maricultura manejo florestal	serviço ecológico ecossistêmico suporte a vida local	uso futuro direto indireto	esperar informação evitando perda de:	uso e não uso estilo de vida para herdeiro	sabedoria para continuar existência com convicção moral
não extrativo: turismo recreação pesquisa educação paisagem			espécie habitat biodiversidade estilo de vida		ecossistema ameaçado espécie em perigo paisagem
Diminui a Percepção do Valor Individual 					

Fonte: Adaptado e modificado de GREY (*Op. cit.*) e elaboração própria

Foi observado anteriormente que a comunidade de Bombas e os visitantes do Parque Municipal da Galheta convergem nas suas finalidades.

O visitante e a comunidade colocaram as suas pretensões em relação ao Parque.

O visitante do Parque Municipal da Galheta utiliza diretamente e indiretamente a produção de bens e serviços colocados à disposição pela Unidade de Conservação. A forma de utilização direta pela pesca e turismo e recreação possuem alta importância para os visitantes.

A comunidade apostou na criação do Parque Municipal da Galheta e da mesma forma usa direta e indiretamente seus bens e serviços. Esta alta importância salientada para os visitantes também recai para a comunidade, visto que os benefícios indiretos condizem com os objetivos de criação do Parque e revelam as oportunidades viáveis e futuras em relação ao desenvolvimento endógeno que o município de Bombinhas apresenta.

Diante das preocupações de crescimento desordenado e dependência do turismo e da construção civil, a questão básica recai nos valores de não uso do Parque Municipal da Galheta. A sobreposição da mentalidade turística em relação à mentalidade marítima pode trazer danos irreversíveis aos valores de opção de uso futuro direto e indireto.

Assumi-lo como Unidade de Conservação, significa trabalhar cada vez mais com a informação necessária para a tomada de consciência dos grupos sociais, visto que a percepção individual diminui em relação aos valores de não uso.

A figura 49 demonstra o carona ambiental sem critérios conservacionistas e ambientais, que modifica o conteúdo e objetividade da mensagem em relação aos objetivos de criação da Unidade de Conservação do Parque Municipal da Galheta e justifica o avanço da especulação imobiliária dentro da Unidade.



Figura 49 - Grupo Carona Ambiental que Impacta Negativamente o Parque Municipal da Galheta

O descrédito de quem não aposta na informação futura, somado com a inexistência dos direitos de propriedade transparente em relação ao Parque, demonstra que o presente e o futuro das pessoas naquele lugar está em dissonância com o avanço da urbanização via a especulação imobiliária.

A princípio, alguém poderia indagar que a solução é privatizar o Parque Municipal da Galheta. Pensar entre seu caráter público (que coloca em jogo o interesse de outras gerações) e o seu privado.

Parece simples esperar que os proprietários cuidem dos impactos negativos que produziram, sendo responsáveis pela sua mitigação (já que não interessa a ninguém possuir impactos negativos ou resíduos sem valor econômico). Esta idéia parece ser bem utilizada e coerente no mundo atual de ideologia liberal dominante.

Por outro lado, o fato da privatização não significa mesmo a segurança da conservação a partir dos princípios ideológicos socializantes, visto que o proprietário só está interessado em conservar aquilo que tem valor econômico e é existente a possibilidade real que se produza uma exploração passo a passo cada vez maior na área do Parque Municipal da Galheta.

Em síntese, a tabela 25 pretende colaborar com os interessados na implementação da Unidade de Conservação do Parque Municipal da Galheta.

Tabela 25 - Grupos de Interesse na Conservação do Parque Municipal da Galheta

Grupo	Valores	Influência	Poder	Interesse	Meios
Pesca Artesanal	direto indireto		virtude	subsistência	pesca recreação
Visitante	direto indireto	local	legitimidade	qualidade de vida	educação
Turismo	direto indireto	local estadual	capacidade de aquisição	comercial	renda
Governo	direto indireto	nacional internacional	administração execução	conservação	legislação
Conservação	opção quase-opção herança	local estadual	aptidão		legislação
Universidade	existência	local estadual nacional internacional	científico	pesquisa	sociedade

fonte: adaptado e modificado de Tacconi (1997) e elaboração própria; onde: Poder = no sentido de ter o direito, o motivo de.

Todos estes grupos em conjunção devem optar pelo presente e o futuro do Parque Municipal da Galheta. Os grupos: do governo (Municipal, Estadual e Federal), da conservação (Organização Não Governamental, Fundação, Instituto) e Universidade possuem os meios e interesses adequados para trabalhar com as informações dos valores existentes na Unidade de Conservação. Do mesmo modo, os grupos: turismo, usuário, visitante e pesca artesanal estão interessados na conservação do Parque.



## 6. Considerações Finais

Avaliando as preferências ambientais e o fluxo dos visitantes, o trabalho permitiu ressaltar que o visitante escolhe as proximidades do município de Bombinhas como local de recreação. As suas vivacidades estavam significativamente relacionadas a atividades recreacionais, prevalentemente às águas marinhas costeiras, sobressaindo a pesca. Aparentemente escolhe os aspectos relacionados à natureza e à pesca como os mais importantes.

Com base nas informações obtidas, identificou-se alguns valores, interesses e características que inicialmente necessitam de atenção em relação à definição dos problemas do Parque Municipal da Galheta.

Fica salientado que o usuário acessa o Parque com meio de transporte (carro) e este é considerável. Com isso, é importante considerar que o desenvolvimento do trabalho identificou que possivelmente estas características podem estar relacionadas aos impactos mais óbvios e diretos do uso recreativo na Unidade de Conservação.

Soma-se a isso o grande risco do problema do livre acesso determinado pela não definição clara dos direitos de propriedade. O fortalecimento do direito de propriedade é básico e gera a atenção da sociedade e do governo, aumentando a coesão da identidade necessária dos grupos sociais que interagem com a Unidade de Conservação.

Caracterizando o perfil do visitante ficou evidente que o estudo demonstrou como sendo em sua maioria do gênero masculino e proveniente da região. Também ficou claro a não equivalência da sua renda e grau de escolaridade. Neste contexto, o resultado subsidia com dados importantes o público participante de um futuro Projeto de Educação Ambiental relacionado a Unidade. Em soma, deve ser considerado que os jovens do município de Bombinhas e principalmente da comunidade da Praia de Bombas esperam que a Unidade de Conservação lhes proporcione fonte de renda e trabalho.

Interpretar o caráter estrutural descritivo das atividades econômicas, o uso do solo predominante da Praia de Bombas, relacionando-o com a estrutura influente dos grupos sociais presentes, serviu para inicialmente entender a complexa relação da propriedade da terra com as características do trabalho na Praia de Bombas e as possíveis causas do desenvolvimento endógeno de Bombinhas. Deu liberdade para iniciar uma interpretação dos fenômenos do momento perigoso ou difícil da evolução da crise social, em relação ao rompimento dos padrões tradicionais dos grupos com a mentalidade marítima possivelmente sobrepostos pelos grupos de mentalidade turística representados em Bombinhas.

Informando e cooperando com elementos técnicos, o trabalho admite confirmar que o manejo da Unidade de Conservação deve ser conceitualizado como projeto regional de desenvolvimento, como elementos que estruturam o progresso social local, com uma solução institucional no sentido da cooperação para a superação da ação desordenada de indivíduos ou grupos que colocam em perigo o funcionamento ou a existência da Unidade de Conservação.

Subsidiando preliminarmente a avaliação dos valores econômicos, evidenciando outros critérios de decisão e ressaltando alternativas mais sustentáveis em termos ambientais, tornou possível saber que as preferências individuais dos visitantes refletem as preferências da sociedade na Praia de Bombas. Neste sentido ficou manifesto que os visitantes bem como a comunidade desejam os bens e serviços ambientais provindos do Parque Municipal da Galheta.

Observando e identificando os impactos negativos produzidos pelos visitantes e mapeando e propondo a implementação da Unidade de Conservação, a pesquisa deu poder a salientar a viabilidade social do projeto de conservação como uma parte preponderante para os planos de trabalho local.

Contribuindo com o conhecimento da visão da integração dos objetivos conservacionistas e dos objetivos do desenvolvimento, a atividade do esforço incomum salienta que o compromisso e o senso de responsabilidade social que fundamentam esta integração devem ser versados pelos grupos sociais catarinenses.

Em relação às proposições para o Governo Local, Estadual e Federal, Iniciativa Privada, Universidade e Sociedade, dada a diversidade do problema de manejo em Unidades de Conservação, é factível recomendar uma solução institucional e financeira que conjugue os elementos anteriores de maneira coordenada e principalmente construtiva para que seja internamente consistente e integrada e politicamente viável e com o respaldo público dos setores de interesse.

Em semelhança às futuras pesquisas na área do Parque Municipal da Galheta e do município de Bombinhas o que pode ser feito pelas Universidades de abrangência regional (Universidade Federal de Santa Catarina, Fundação Universidade de Blumenau e Universidade do Vale do Itajaí), são as pesquisas voltadas para a relação Comunidade-Universidade que criem o desenvolvimento de recursos humanos necessários para o fortalecimento da estrutura social catarinense.

## Referências Bibliográficas

- Alier, J. M. **Da Economia Ecológica ao Ecologismo Popular**. Trad. de Armando de Melo Lisboa. Blumenau. Ed. FURB, 402 p., 1998.
- Banzhaf, H. S. **Estimating Recreational Use Levels With Periodic Counts**. Triangle Economic Research, Duke University, 13 p., 1996.
- Bellia, V. **Introdução à Economia do Meio Ambiente**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília, 262 p., 1996.
- Bley, L. **Morretes: Um Estudo de Paisagem Valorizada**. In: *Percepção ambiental: A Experiência Brasileira*, São Carlos, Ed. UFSCar, 265 p., (121-138), 1996.
- Bombinhas. Prefeitura Municipal. **Ficha Técnica do Município de Bombinhas**. Bombinhas, 1996.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria da Saúde, Saneamento e Promoção Social. **Diagnóstico da Saúde**. Bombinhas, 61 p., 1996.
- \_\_\_\_\_. Câmara Municipal de Bombinhas. **Lei n.º 97/94: Dispõe Sobre a Criação do Parque Municipal da Galheta**. Bombinhas, 1994.
- \_\_\_\_\_. Câmara Municipal de Bombinhas. **Lei Orgânica Municipal**. Bombinhas, 1993.
- \_\_\_\_\_. Câmara Municipal de Bombinhas. **Projeto de Lei de Iniciativa Popular n.º 001/93: Dispõe Sobre a Criação do Parque Municipal da Galheta**. Bombinhas, 1993.
- Borger, F. G. **Valoração Econômica do Meio Ambiente: Aplicação da Técnica Avaliação Contingente no Caso da Bacia do Guarapiranga**. Tese de Mestrado, PPGCA, USP, São Paulo, 1995.
- Brasil. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 2.892/92: Dispõe Sobre os Objetivos Nacionais de Conservação da Natureza, Cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Estabelece Medidas de Preservação da Diversidade Biológica e dá Outras Providências**. Brasília, D. F., 1992.
- Brasil. **Decreto N.º 84.017/79. Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros**. IBDF, Brasília, D. F., 12 p., 1979.
- Brown, K. **The Political Ecology of Biodiversity, Conservation and Development in Nepal's Terai: Confused Meanings, Means and Ends**. In: *Ecological Economics*, 24 (1998) 73-87.
- Bruck, E. C. & Freire, A. M. V. & Lima, M. F. **Unidades de Conservação no Brasil: Cadastramento e Vegetação 1991-1994: Relatório Síntese**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Naturais e da Amazônia Legal, IBAMA, 225 p., 1995.



- Butzke, I. C. **Valorização Ambiental do Parque Ecológico da Artex: Uma Contribuição aos Estudos da Percepção Ambiental, na Linha da Percepção das Paisagens.** Relatório Final, FURB, Blumenau, 58 p., 1996.
- Campos, A. M. **Accountability: Quando Poderemos Traduzi-la Para o Português ?** In: Revista da Administração Pública, Rio de Janeiro, 24 (2): 30-50, fev./abr., 1990.
- Cánepa, E. M. **Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais.** In: Nali de J. de Souza (Org.), Introdução à Economia. São Paulo, Atlas, Cap. 16, 413-438, 1996.
- Carvalho, J. L. B. & Schettini, C. A. F. **Contribuição ao Estudo da Estrutura Oceanográfica do Litoral Centro Norte de Santa Catarina.** Anais da 3ª Reunião Especial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Florianópolis, UFSC, Resumos, p. 406, 1996.
- Castello, L. **A Percepção em Análises Ambientais: o Projeto MAB-Unesco em Porto Alegre.** In: Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira, São Carlos, Ed. UFSCar, 1996.
- Cavalcanti, C. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Política de Governo: Bases Para Construção de Uma Sociedade Sustentável no Brasil (Levando em Conta a Natureza).** Fundação Joaquim Nabuco. Instituto de Pesquisas Sociais. Relatório Final, 43 p., 1996.
- Collot, M. **Pontos de Vista Sobre a Percepção das Paisagens,** In: Boletim de Geografia Teórica, 20 (39): 21-32, 1990.
- Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resoluções CONAMA 1984 A 1991.** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Brasília, 4ª Ed., 245 p., 1992.
- Contreras, H. **Valuación Económica de la Diversidad Biológica.**  
([http://www.semarnap.gob.mx/\\_directorio/UCAES/biodi.htm](http://www.semarnap.gob.mx/_directorio/UCAES/biodi.htm)), 1998.
- Cornely, S. A. **Subsídios Sobre Planejamento Participativo.** In: Revista Brasileira de Planejamento, Porto Alegre, n.º 7, abril, 1978.
- Dean, W. **A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira.** Trad. Cid Knipel Moreira, São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 484 p., 1996.
- Del Rio, V. **Cidade da Mente, Cidade Real: Percepção e Revitalização da Área Portuária do RJ.** In: Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira, São Carlos, Ed. UFSCar, 265 p., (3-22), 1996.
- Diário Oficial de Santa Catarina. **Extratos do Estatuto da Associação dos Amigos e Moradores da Praia de Bombas.** Nº 12.854, Florianópolis, p. 27, 1985.
- Diegues, A. C. S. **Povos e Mares: Leituras em Sócio-Antropologia Marítima,** São Paulo: NUPAUB-USP, 269 p., 1995.

- \_\_\_\_\_, A. C. **Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: o Mito da Natureza Intocada.** In: Núcleo de Pesquisa Sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas do Brasil. Documentos e Relatórios de Pesquisa n° 1, 89 p., 1993.
- Ehrenfeld, D. **Por que Atribuir um Valor à Biodiversidade.** In: Biodiversidade, Edward O. Wilson (Org.), São Paulo, Nova Fronteira, Cap. 24, 269-274, 1995.
- Fabris, L. H. F. **Baía dos Golfinhos: Subsídios Para o Uso Sustentável dos Recursos Naturais em Uma Unidade de Conservação de Uso Direto. Um Enfoque Participativo.** Tese de Mestrado, UFSC, CT, DESA, PPGA, 1997.
- Ferreira, L. da C. & Ferreira, L. da C. **Limites Ecológicos: Novos Dilemas e Desafios Para o Estado e Para a Sociedade.** In: D. J. Hogan e P. F. Vieira (Org.), Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável. Campinas, Ed. da Unicamp, (13-35), 1995.
- Ferreira, S. T. de L. **Importância e Necessidades dos Estudos de Percepção do Meio Ambiente Para as Atividades do Planejamento** In: Boletim de Geografia Teórica, 16-17 (31-34): 315-316, 1986-1987.
- Fundação IBGE. DIPEC/SC. SDDI. **Quadro Territorial Vigente.** Florianópolis, 1993.
- Gondim, L. M. **A Participação Popular no Plano Diretor: Contribuições Para a Formulação de Uma Metodologia.** In: Revista da Administração Municipal, Rio de Janeiro, v. 38, n.º 201, (14-29), out./dez., 1991.
- \_\_\_\_\_, L. M. **Dilemas da Participação Comunitária.** In: Revista da Administração Municipal, Rio de Janeiro, v. 35, n.º 187, (6-17), abr./jun., 1988.
- Goodey, B. & Gold, J. **Geografia do Comportamento e da Percepção.** Trad. Oswaldo Bueno Amorim Filho e Stael de Alvarenga Costa. UFMG, Instituto de Geociências, Publicação Especial n° 3, 49 p., 1985.
- Grasso, M. & Tognella, M. M. P. & Schaeffer-Novelli, Y & Comune, A. E. **Aplicação de Técnicas de Avaliação Econômica ao Ecossistema Manguezal.** In: Economia Ecológica, Aplicações no Brasil. Rio De Janeiro, Campus, 179 p., cap. 3, (49-78), 1995.
- \_\_\_\_\_, M. **Avaliação Econômica do Ecossistema Manguezal - Complexo Estuarino-Lagunar de Cananéia.** Dissertação de Mestrado, Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo, 170 p., 1994.
- Grey, F. **Estimating Values for Australia's Native Forests.** Department of the Environment Sport and Territories, Australia, 68 p., 1998. [http://www.erin.gov.au/portfolio/dest/eeu/eeu\\_home.html](http://www.erin.gov.au/portfolio/dest/eeu/eeu_home.html)

- Grigalunas, T. A. & Congar, R. **Environmental Economics for Integrated Coastal Area Management: Valuation Methods and Policy Instruments**. UNEP, Regional Seas Reports and Studies, nº 164, 1995.
- Ibama. **Marco Conceitual das Unidades de Conservação Federais do Brasil**. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Ecossistemas. Brasília, 39 p., 1997.
- \_\_\_\_\_. **Roteiro Metodológico Para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto**. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Ecossistemas, GTZ. Brasília, 110 p., 1996.
- Ibama/Funatura. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC**. IBAMA, Brasília, 79 p., 1989.
- Instituto Nacional de Ecología. Secretaria de Medio Ambiente, Recursos Naturales y Pesca. **Áreas Naturales: Economía e Instituciones**. México, 55 p., 1995.
- James, D. **Environmental Incentives. Australian Experience With Economic Instruments for Environmental Management**. Department of the Environment, Sport and Territories, Canberra, Australia, 114 p., 1997. ([http://www.erin.gov.au/portfolio/dest/eeu/eeu\\_home.html](http://www.erin.gov.au/portfolio/dest/eeu/eeu_home.html))
- João, C. G. **Valoração do Meio Ambiente. Um Estudo de Caso: o Parque do Rio Vermelho**. Tese de Mestrado. PPGEP, Florianópolis, UFSC, 118 p., 1997.
- Kruse, L. **A Natureza da Pesquisa Psicológica do Meio Ambiente**. In: Deficiência Democrática, Participação da Comunidade e Psicologia do Meio Ambiente no Processo de Avaliação de Impactos Ambientais, Curitiba, IAP-GTZ, 19-35, 1995.
- Luz, E. L. **Saneamento Ambiental e Desenvolvimento Econômico Sustentado em Santa Catarina**. Florianópolis, Assembléia Legislativa, 42 p., 1996.
- Lockwood, M. **Integrated Value Theory For Natural Areas**. In: Ecological Economics, 20 (1997), 83-93.
- Lowenthal, D. **Finding Value Landscape**. In: Environmental Perception Research Working Paper number 4, Canadá: University of Toronto, 1978.
- Machado, L. M. C. P. **Paisagem Valorizada: A Serra do Mar Como Espaço e Como Lugar**, In: Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira, São Carlos, Ed. UFSCar, 265 p., (97-120), 1996.
- \_\_\_\_\_, L. M. C. P. **O Estudo da Paisagem: Uma Abordagem Perceptiva**. In: Revista Geografia e Ensino, Ano 2, nº 8, Belo Horizonte, 1988.
- \_\_\_\_\_, L. M. C. P. **O Valor da Paisagem da Serra do Mar Paulista**, In: A Serra do Mar Paulista: Um Estudo de Paisagem Valorizada, 1988.

- May, P. H. **Economia Ecológica, Aplicações no Brasil**. Rio de Janeiro, Campus, 179 p., 1995.
- Mazzer, A. M. **Levantamento e Análise Geoecológica da Paisagem da Zona Costeira do Estado de Santa Catarina**. UNIVALI, Facimar, Oceanografia, Relatório Final. Itajaí, 102 p., 1996.
- Milano, M. S. **Unidades de Conservação - Conceitos Básicos e Princípios de Planejamento, Manejo e Administração**. In: Curso Manejo de Áreas Silvestres - Teoria e Prática. Unilivre, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Curitiba, (1-56), 1996.
- Miller, K. **Planificación de Parques Nacionales Para el Ecodesarrollo en latinoamerica**. FEPMA, Madrid, 500 p., 1980.
- Ministério da Fazenda. **Cadastro Nacional de Atividades Econômicas**. Brasília, 16 p., 1995.
- Monteiro, A. A. **O trabalho Como Agente de Educação: Um Estudo Sobre a Educação Numa Comunidade de Pescadores em Santa Catarina Brasil**. Tese de Mestrado. PUC, São Paulo, 264 p., 1986.
- Mori, E. **Proposta de Plano de Gestão e Zoneamento Ambiental Para Área de Proteção Ambiental do Anhatomirim, SC**. Tese de Mestrado, UFSC, CT, DESA, PPGEA, 140 p., 1997.
- Motta, R. S. **Manual Para Valoração Econômica de Recursos Naturais**. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. IPEA/MMA/PNUD/CNPq. Brasília, 216 p., 1998.
- Motta, P. R. **Participação e Descentralização Administrativa: Lições de Experiências Brasileiras**. In: Revista da Administração Pública, Rio de Janeiro, 28 (3): 174-94, jul./set., 1994.
- Moura, G. L. **Planejamento Estratégico e Planejamento Participativo na Gestão Municipal: O caso do Município de Porto Alegre, Gestão 1989-1993**. Tese de Mestrado. UFSC, CSE, PPGAPP, 1995.
- Norgaard, R. B. **O Crescimento da Economia Global de Trocas e a Perda de Diversidade Biológica**. In: Biodiversidade, Edward O. Wilson (Org.), São Paulo, Nova Fronteira, Cap. 23, 261-267, 1995.
- Norton, B. **Mercadoria, Comodidade e Moralidade. Os Limites da Quantificação na Avaliação da Biodiversidade**. In: Biodiversidade, Edward O. Wilson (Org.), São Paulo, Nova Fronteira, Cap. 22, 253-260, 1995.
- Nupaub. **Avaliação Ecológico-Econômica dos Recursos e das Funções do Ecossistema Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia: Uma Proposta Metodológica**. Antônio Carlos Diegues (Coord.), São Paulo: IUCN: NUPAUB - USP, 105 p., 1994.

- Oliveira, L. **A Percepção da Qualidade Ambiental**. In: *Ação do Homem e a Qualidade Ambiental*, Câmara Municipal de Rio Claro e Associação Rioclarense de Geógrafos, 8 p., 1983.
- \_\_\_\_\_, **L. Contribuição dos Estudos Cognitivos à Percepção Geográfica**, In: *Geografia*, 2 (3), 1977.
- Oliveira, D. P. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas**. São Paulo, Atlas, 267 p., 1988.
- Pérez, L. P. & Salazar, S. **Meta Análisis de Algunos Casos de Valoración Contingente de Espacios Protegidos en España**. In: *IV Congreso Interamericano de Medio Ambiente*, Caracas, diciembre, 1997.
- Piazza, W. F. **Santa Catarina: Sua História**. Florianópolis, Ed. UFSC e Ed. Lunardelli, 1983.
- \_\_\_\_\_, **W. F. A Colonização de Santa Catarina**. Porto Alegre, Ed. Pollotti, 1982.
- Pintor, M. **Les Politiques Economiques Medioambientales**. (<http://www.troc.es/econcer/papers>). Barcelona, 12 p., 1998.
- Pollete, M. **Gerenciamento Costeiro Integrado: Proposta Metodológica Para a Paisagem Litorânea da Microbacia do Mariscal, Município de Bombinhas, (SC), Brasil**. Tese de Doutorado, UFSCAR, CCBS, PPGERN, 415 p., 1997.
- Prates, A. A. P. & Andrade, L. A. G. **Notas Sobre o Modelo de Planejamento Participativo: o Caso de Minas Gerais**. In: *Revista da Administração Pública*, Rio de Janeiro, 19 (2): 132-152, abr./jun., 1985.
- Raimundo, S. **Bombinhas: Uma Análise Ambiental**. Prefeitura Municipal de Bombinhas. Relatório. 28 p., 1993.
- Randall, A. **O Que os Economistas Tradicionais Têm a Dizer Sobre o Valor da Biodiversidade**. Biodiversidade, Edward O. Wilson (Org.), São Paulo, Nova Fronteira, Cap. 25, 275-283, 1995.
- Rius, J. C. B. & Soriano, O. H. P. **Valuación Económica dei Medio Ambiente y Los Recursos Naturales**. ([http://www.semarnap.gob.mx/\\_directorio/UCAES/evaluacion.htm](http://www.semarnap.gob.mx/_directorio/UCAES/evaluacion.htm)), 1998.
- Sachet, C. **Fundamentos da Cultura Catarinense**. Rio de Janeiro, Ed. Laudes, 1970.
- Sahu, N. C. & Nayak, B. **Niche Diversification in Environmental/Ecological Economics**. In: *Ecological Economics*, 11(1), 9-20, 1994.
- Santos, J. E. & Jesus, T. P. & Henke-Oliveira, C. & Ballester, M. V. R. **Caracterização Perceptiva da Estação Ecológica de Jataí (Luiz Antonio, SP) por Diferentes Grupos sócio-culturais de Interação**. *Anais do VII Seminário Regional de Ecologia*, PPGERN, UFSCAR, Volume VII, 309-353, 1996.

- Santa Catarina. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Produto Interno Bruto (PIB) per Capita dos Municípios, Segundo o valor Adicionado**. Florianópolis, 8 p., 1999.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Índice de Desenvolvimento Social dos Municípios**. Florianópolis, 1998.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Bacias hidrográficas do Estado de Santa Catarina. Diagnóstico Geral**. Florianópolis, 163 p., 1997.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Índice de Desenvolvimento Social dos Municípios**. Florianópolis, Volume 2, 20 p., 1997.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. AMFRI. **Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico**. Florianópolis, 273 p., 1996.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Tecnologia, Energia e Meio Ambiente. SANTUR. **Subsídios Para o Planejamento Físico Territorial do Município de Bombinhas-SC**. Florianópolis, 11 p., 1994.
- Santur. Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul. Prefeitura de Bombinhas. **Estudo de Demanda Turística**. Florianópolis, 1997.
- Schiff, M. R. **Considerações Teóricas Sobre a Percepção e a Atitude** In: Boletim Geografia Teórica, Rio Claro, 3(6):47-61, 1973.
- Schwartz, N. & Deruyttere, A. **Community Consultation, Sustainable Development and the Inter-American Development Bank**. IDB, Washington, D.C., 28 p., 1996.
- Silva, C. M. **Ganchos (SC): Ascensão e Decadência da Pequena Produção Mercantil Pesqueira**. Fundação Catarinense de Cultura, Ed. da UFSC, Florianópolis, 197 p., 1992.
- Souto-Maior, J. & Gondim, L. M. **Avaliação de Arranjos Institucionais Para a Gestão e o Planejamento Democráticos**. In: Revista da Administração Pública, Rio de Janeiro, 26 (3): 140-51, jul./set., 1992.
- Strenzel, G. M. R. **Programa de Monitoramento Ambiental da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, Santa Catarina, Brasil: Uma Proposta Metodológica**. Tese de Mestrado, UFSC, CFCH, Florianópolis, 1997.
- Subbarini, M. A. **The West Asia Environmental Network: An Example of Networking for Developing Countries**. In: Environmental Education and Information, UK, volume 16, Number 1, p. 41-52 (1997).



- Swanson, T. & Mourato, S. & Swierzbinski & Kontoleon, A. **Conflicts in Conservation: Aggregating Total Economic Values.** In: World Congress of Environmental and Resource Economists. Venice, Italy, 23 p., 1998.
- Tacconi, I. **Ecological Economic Approach to Forest and Biodiversity Conservation: The Case of Vanuatu.** In: World Development, vol. 25, n.º 12, (1995-2008), 1997.
- Takahashi, L. Y. **Caracterização dos Visitantes, Suas Preferências e Percepções e Avaliação dos Impactos da Visitação Pública em Duas Unidades de Conservação do Estado do Paraná.** Tese de Doutorado, UFPR, Curitiba, 129 p., 1998.
- Taunay, A. E. **Em Santa Catarina.** São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936.
- Unesco. Programme on Man and the Biosphere. (MAB 13). **La perception de l'environnement: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain.** Notes Techniques du MAB 5, Final Report, Paris, 135 p., 1973.
- Wallauer, M. T. B. **Sistema de Unidades de Conservação Federais no Brasil: Um Estudo Analítico de Categorias de Manejo.** Tese de Mestrado, UFSC, CT, DESA, PPGEA, 415 p., 1997.

**Anexos**

**Anexo 1 - Proposta Preliminar de Implantação da Unidade de Conservação do Parque Municipal da Galheta**

**Anexo 2 - Projeto de Lei de Iniciativa Popular 001/93: Dispõe Sobre a Criação do Parque Municipal da Galheta**



# Câmara Municipal de Bombinhas

PROJETO DE LEI Nº 001/93, DE INICIATIVA POPULAR

LIDO NO EXPEDIENTE

Sessão de 07 / outubro / 1993

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DA GALHETA".

1º. Secretário

Art. 1º - Fica criada, nos termos do artigo 5º, alínea "A" e parágrafo único da Lei Federal nº 4.771, de 15/09/65, o PARQUE MUNICIPAL DA GALHETA.

Art. 2º - Os objetivos da criação do Parque são:

- I - preservar a flora, a fauna e a paisagem;
- II - preservar a formação rochosa existentes;
- III - desenvolver a educação ambiental;
- IV - oferecer oportunidades para a recreação pública;
- V - proporcionar facilidades para a investigação e outros fins de índole científico.

Art. 3º - Aplicam-se ao PARQUE MUNICIPAL DA GALHETA, as disposições pertinentes, contidas na Legislação Federal, Estadual e Municipal, estando o executivo Municipal autorizado a celebrar convênio para o alcance dos objetivos fixados nesta Lei.

Art. 4º - Para os fins desta Lei, entende-se por PARQUE MUNICIPAL DA GALHETA, a área denominada como ZPE-ZIT (Zona de preservação Especial - Zona de interesse Turístico), da Prancha 02 do Plano Diretor Físico-Territorial de Prto Belo-SC, tendo como limites a divisa do Município de Bombinhas com Porto Belo, o Oceano Atlântico e a PBL - 020, a excoetuando-se a Zona Residencial, denominada ZR - 2A, a qual passa a ser classificada como ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.

Art. 5º - Fica expressamente proibida, em toda a área do PARQUE MUNICIPAL DA GALHETA, qualquer espécie de parcelamento do solo, assim como alterações de uso, destruição, alterações e remoção das edificações ora existentes, ainda que de forma parcial.

Art. 6º - Fica criada a Administração do PARQUE MUNICIPAL DA GALHETA, vinculada à Secretaria de Turismo o Meio Ambiente,



# Camara Municipal de Bombinhas

Art. 7º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a regulamentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a presente Lei.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bombinhas, 30 de agosto de 1993

Subscrevem os eleitores abaixo-assinados:

Alair Maria Spatayt

Alair Maria Spatayt

Presidente da Associação dos Moradores de Bombas

Iraclí Spader

Iraclí Spader

Vice-Presidente da Associação dos Moradores de Bombas.



criação do Parque Municipal da Galheta.

NOME	Número do Título	Zona Eleitoral	Assinatura
Cláudia M. do Silve	13752209/73	031	<del>Cláudia M. do Silve</del>
Cláudia M. do Silve	2414293091	031	<del>Cláudia M. do Silve</del>
Vilma A. Pereira da Silva	137550909/90	031	Vilma A. da Silva
M. Antônia Silva	13753109/14	031	M. Antônia Silva
Capimilana Silva	137520909/06	031	Capimilana Silva
Maria Leiza da Silva	308624209/07	031	Maria Leiza da Silva
Matilde Cecília Silva	308624809/54	031	Matilde Silva
Cecília Matilde da Silva	137521109/14	031	Cecília
Alcides Joaquim da Silva	1375199165	031	Alcides Joaquim da Silva
Antonio Carlos S. M. Souza	846916 ET	01	Antonio Carlos S. M. Souza
João Alberto de Melo	823 29-3 CE	01	João Alberto de Melo
MARISA C. M. SOUZA	148 71-6	01	Marisa Carlos Pereira Souza
Elvira J. dos S. Pinheiro	13 29109-49-031	031	Elvira
Valdeci El Pinheiro	137 10109/30	031	Valdeci El Pinheiro
Josimar M. de Jesus	273525809/73	031	Josimar M. de Jesus
Tatiana A. Pereira de Moraes	273719609/49	031	Tatiana A. Pereira de Moraes
Robson A. Pereira	30-8644309/73	031	Robson A. Pereira
Arnaldo J. G. G.	27371-9909/90	031	Arnaldo J. G. G.
Betamar Rita de Muel	68019209-73	031	Betamar Rita de Muel
Maria A. Pinheiro	241445609/81	031	Maria A. Pinheiro
Lucio Jami	286957809/06	005	Lucio Jami
Parângela M. S. de Melo	1375546509/30	031	P. M. S. M.
Valdirene Narcizo Silva	238408309/87	031	V. N. S.
Arineide A. Narcizo	138520609/57	031	A. B. N.
Francisca L. P. Narcizo	137526809/57	031	F. L. P.



PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR Nº 001/93 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DA GALHETA.

NOME	Número do Título	Zona Eleitoral	Assinatura
Paulo Celso T. Silveira	245941609/49	031	
Odair Sommer	251129409/57	031	
Carlos Smania Bobão	217588604/72	031	
Maide S. de Melo	137535109/43	031	Maide S. de Melo
Sandra M. F. Perra	Mãe abta aqui	031	
Olíndina B. Spada	137543709/81	031	
Cléia Tejera Bubaq	137522609/06	031	Cléia T. Tejera
Basilio Camini	137473809/06	031	Basilio Camini
Haris Jose Veixira	137533009/49	031	
Elizabete Pra	273596909/73	031	
Vilibaldi Allen		031	
Rosimildo de Melo		031	
Vilmo Abilio dos Santos	137583709/30	031	
Paulo J. Delaney	308699309/57	031	
Paulo Jose Trindade Pali	191920509/30	031	Paulo Jose Trindade Pali
Frida Coelho	111274909/06	031	Frida Coelho
Ivo Coelho	111291109/57	031	Ivo Coelho
Nadir da Silva	137541909/06	031	Nadir da Silva
Suel Manoel Pinheiro	137549109/22	031	Suel M. Pinheiro
Emedina Pinheiro	137525409/67	031	Emedina M. Pinheiro
Emdelino dos Santos	137533209/06	031	Emdelino dos Santos
Traci Coelho	127528909/81	031	Traci Coelho
Mauro Zacarias	6 I nº 4/R.1505.394	-	
Leauri Manoel da Cruz	251139209/57	031	Leauri Manoel da Cruz
Cacilia Allen	137521009/30	031	Cacilia Allen

Dinheiro

PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR Nº 001/93 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DA GALHETA.

NOME	Número do Título	Zona Eleitoral	Assinatura
Luiz Henrique Stadaht	137534909/57	031	[Assinatura]
Pedro Antonio de Lima	210779909/30	031	[Assinatura]
Pedro Luiz Pinheiro	137545209/14	031	P. L. P.
Cláudia Olga da Silva	137522109/90	031	[Assinatura]
Pedro Amaro de Azevedo	137581809/13	031	P. A. P.
Graciele da Silva Pinheiro	137527709/10	031	G. S. P.
Andréia V. Miquelino	273684209/19	031	[Assinatura]
Wilson M. da Silva	273431909/06	031	[Assinatura]
Marília Zuberba de Azevedo	137539909/14	031	M. Z. S.
Abraão Joaquim Silva	137535609/81	031	A. J. S.
Nei Bento Luiz de Melo	137542409/65	031	[Assinatura]
Luiz Henrique de Azevedo	137534809/73	031	[Assinatura]
Maristela Rita de Azevedo	137540309/30	031	M. R. M.
Valdir O. Pereira	137550209/14	031	V. O. P.
Luiz Cláudio de Azevedo	137534609/06	031	L. C. A.
Priscila Maria de Melo	137544609/49	031	P. M. S.
Cláudio G. da Silva	137521309/81	031	C. G. S.
Deley Ramo da Silva	137548809/22	031	D. R. S.
Fábio C. da Silva	24143609/06	031	F. C. S.
Granildo Estro	137526109/81	031	G. E. S.
Genil Estro de Azevedo	137531609/10	031	G. E. S.
Maria Madalena de Azevedo	137608409/06	031	[Assinatura]
Adriana de Azevedo	137587109/80	031	A. de A.
MARIA JÚLIA EMÍLIO	273438809/06	031	[Assinatura]
EMERSON FERRO DA SILVA JR.	273462109/81	031	[Assinatura]

PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR Nº 001/93 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DA GALHETA.

NOME	Número do Título	Zona Eleitoral	Assinatura
MARIA ALICE PAVAN	251134009/22	031	Maupef
Delair Margôla Motta	137474709/90	031	D.M.M.
Maria Celina R. Pichini	137537309/81	031	m. c. b. P.
Bláudia Olga Silva	273494209/06	031	Bláudia
Leopoldina da Silva	137543509/14	031	L.M.S.
Solentina Alves Silva	137549609/90	031	S.E.S.
Blentina Elisabete da Silva	308709309/30	031	S.E.S. M.B.
Leonor Teixeira	151134309/30	031	Leonor Teixeira
Dilani Maria da Silva	308701509/14	031	Dilani
Hélia Regina da Silva	273497209/14	031	Hélia
Maria Lúcia da Santa	137538509/14	031	m. L. S.
Joice dos Santos	273627509/22	031	Joice Santos
Zenir da Silva	137551609/14	031	Z.S.
Maria Gore dos Anjos	137538709/11	031	m. G. A.
Claudineia M. dos Anjos	308674409/44	031	C. M. dos Anjos
Flávia Zena Pinheiro	137549409/73	031	F. Z. P.
Graciosa Teixeira	137529509/22	031	G.T.
Deolinda Teixeira	137533409/73	031	Deolinda
Áurea de B. Pinheiro	137537409/65	031	Áurea de B.
Marina Helena Pereira	273713109/06	031	M. H. P.
Elizangela Pinosa de Melo	308701209/73	031	Elizangela
Zenir de Sousa da Silva	137528709/14	031	Z.S.
Graciosa M. Paul.	137526009/06	031	G.P.
Quirina M. Silva	137543809/65	031	Q.M.S.
João G. Silva	137530609/11	031	J.G.S.

Distrito

PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR Nº 001/93 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DA GALHETA.

NOME	Número do Título	Zona Eleitoral	Assinatura
Chico mo de casto	199179209/90	0 31.	Chico m c
Godilson V. Lasho	233787409/30	0 31	Godilson
Flávia Maria Stepanit	137517709/81	0 31	Flávia
Rosângela Barbosa	137546409/57	0 31	R B
Danielina R. Sampa	308730109/06	0 31	D S
Ana Maria de S. Souto	308709709/65	0 31	Ana Maria
Marília Pereira	137540009/90	0 31	M P
Berenice Santiago	269255009/81	0 31	Berenice
Nelza da A. Albuquerque	137543109/90	0 31	N. da S.
Cina Cristina Miquelina	308769309/14	0 31	Cina Miquelina
Theracide Simão da Silva	137551509/30	0 31	T S S
Odete Olga da Silva	308709209/57	0 31	O Odete
Polina Olímpia P. S. M.	137530209/80	0 31	P O P B
Celeste Araci Miquelina	137524409/81	0 31	Celeste
Edia Araci Miquelina	137524109/30	0 31	Edia
José João Miquelina Filho	137531709/73	0 31	José João Miquelina Filho
Denise Amélia Paulo	273684309/62	0 31	Denise Amélia Paulo
Amélia Maria Paulo	137519009/57	0 31	Amélia Maria Paulo
MARGARETH Amélia Paulo	137536509/73	0 31	MARGARETH Amélia Paulo
Vilma M. Paulo	137542809/90	0 31	Vilma M. Paulo
Angelina F. Stelky	137518809/30	0 31	A. F. S.
Luís S. S.	137537109-22	0 31	Luís S. S.
Ellaria B. V. Teixeira	137539809-46	0 31	Ellaria B. V. Teixeira
Idione Helena da Silva	137528309/90	0 31	I H S
Maria Salete Pinheiro	137539309/99	0 31	M. S. P.



PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR Nº 001/93 QUE DISPÕE SOBRE A  
CRIAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DA GALHETA.

NOME	Número do Título	Zona Eleitoral	Assinatura
Elvira A. Almeida	137535209/57	031	M. A. G.
Maria de la Cruz	137537209/06	031	M. L. G.
Maria Helena Silva	137538309/57	031	M. H. S.
João G. de Silveira	273712609/30	031	(J.G.S.)
Lucilia S. Kravits	137532409/06	031	L. S. K.
Elvira A. Almeida	137548209/30	031	E. A. A.
Suzana Rosa Matos	273713009/14	031	S. R. M.
Francisca B. da Silva	137526309/30	031	F. B. S.
David M. Menezes	101625309/49	031	D. M. M.
Flávia Cruz Menezes	100141309/57	031	Flávia Cruz Menezes
Luís Damázio Pinheiro	137520109/49	031	L. D. P.
Luis José Comin	308673809/06	031	L. J. C.
Jose Edson de Melo	273423509/22	031	J. E. M.
Lidia K. Backes	137533909/81	031	L. K. B.
Cleuzia F. Melo	137523009/81	031	C. F. M.
Jose Luiz de Melo	137531809/57	031	J. L. M.
Cláudia de Melo	273423109/06	031	C. M.
Marlene P. de Melo Nunes	137578109/49	031	M. P. N.
Maria Zali de mb	137539809/30	031	M. Z. M.
Lucilene de Melo	137533809/06	031	L. L. M.
Telma B. M. Soares	3225/09/22	031	Telma B. M. Soares
Tenina Maria M. Silva	137550709/22	031	T. M. S.
Maria Teresa Pavan	137559609/73	031	M. T. P.
Mário Roberto Starni	137536409/90	031	M. R. S.
Elvira A. Almeida	137535409/14	031	E. A. A.





PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR Nº 001/93 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DA GALHETA.

NOME	Número do Título	Zona Eleitoral	Assinatura
Maria Proença Almeida	C.I. n.º 1667579	031	M. Proença Almeida
Rosmeri Olimpio	273394309/22	031	Rose Meri Olimpio
Zenilda de F. P. Matta	251114109/65	031	Zenilda de F. P. Matta
Horst Aug. Schorff	137520309/06	031	Horst Schorff
Jose Michael Garcia	Wahlzettel	031	Jose Michael Garcia
Ordina H. Gervasi	58284109/49	031	Ordina H. Gervasi
Odair M. da Cruz	273493809/65	031	Odair M. da Cruz
Valdeci Flor	243238909/65	031	Valdeci Flor
Edoardo Egon Schewe	273633809/49	031	EDUARDO EGONSCHWE
Glaura M. P. Nascimento	CF. P/G 3/R 690561	031	Glaura M. P. Nascimento
IVALDO SPADÉR	137529809/73	031	Ivaldo Spader
Silvanildo Pinto		031	Silvanildo Pinto
Clidiane Batista	308737009/30	031	Clidiane Batista
Aureli Abram Cruz	2511605309/65		Aureli Abram Cruz
Gaspar Loria Carvalho	138014709/30	031	Gaspar Loria Carvalho
Delza B. Souza Foder	241413609/49	031	Delza B. Souza Foder
Flávio Ene	Não vota aqui	0	Flávio Ene
Valdeci Vital Miguel	137485109/30	031	Valdeci Vital Miguel
Jose Augusto da Silva	265942609/90	031	Jose Augusto da Silva
Francisco Joa de Oliveira	137476009/65	031	Francisco T. Oliveira

**Anexo 3 - Lei 97/94: Dispõe Sobre a Criação do Parque Municipal da Galheta**



# Câmara Municipal de Bombinhas

DI Nº 97/94

## DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DA GALHETA.

Esta Lei foi registrada e publicada na câmara municipal.

Em 17/09/94  
20 de 94  
Secretaria da Câmara

JOÃO JOAQUIM DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Bombinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com § 6º do artigo 92 da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Lei.

- Art. 1º - Fica criado, nos termos do artigo 5º, alínea "A" e parágrafo único da Lei Federal nº 4.771, de 15/09/64, o PARQUE MUNICIPAL GALHETA.
- Art. 2º - Os objetivos da criação do Parque são:
- I - preservar a flora, a fauna e a paisagem;
  - II - preservar a formação rochosa existentes;
  - III - desenvolver a educação ambiental;
  - IV - oferecer oportunidades para a recreação pública;
  - V - proporcionar facilidades para a investigação e outros fins de índole científico.
- Art. 3º - Aplicam-se ao PARQUE MUNICIPAL DA GALHETA, as disposições pertinentes, contidas na Legislação Federal, Estadual e Municipal estando o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio para a alcance dos objetivos fixados nesta Lei.
- Art. 4º - Para os fins desta Lei, entende-se por PARQUE MUNICIPAL DA GALHETA, a área denominada como ZPE-ZIT (zona de preservação especial - zona de interesse turístico), da Franca 02 do Plano Diretor Físico-Territorial de Porto Belo-SC, tendo como limites a divisa do Município de Bombinhas com Porto Belo, o Oceano Atlântico e a PBL - 020, a excetuando-se a Zona Residencial, denominada ZR - 2A, a qual passa a ser classificada como ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.
- Art. 5º - Fica expressamente proibida, em toda a área do PARQUE MUNICIPAL DA GALHETA, qualquer espécie de parcelamento do solo, assim como alterações de uso, destruição, alterações e remoção das edificações ora existentes, ainda que de forma parcial.

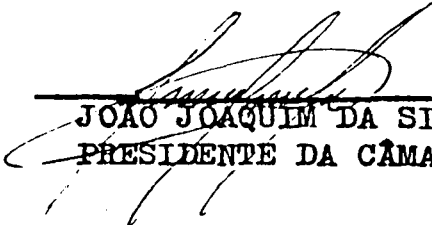




# Câmara Municipal de Bombinhas

- Art. - 6º - Fica criado a Administração do PARQUE MUNICIPAL DA GALHETA, vinculada à Secretaria de Turismo e Meio Ambiente.
- Art. - 7º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a regulamentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a presente Lei
- Art. - 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e revogadas as disposições em contrário.

Bombinhas, 17 de fevereiro de 1994

  
JOÃO JOAQUIM DA SILVA  
PRESIDENTE DA CÂMARA

## Anexo 4 - Questionário Aplicado Para a Valoração Por Entrevistas

### I - Identificação

1 - Nome:

### II - Características sócio-econômicas

2 - Gênero:

1 ( ) masculino; 2 ( ) feminino.

3 - Qual a sua idade? anos.

4 - Até que ano você estudou?

1 ( ) sem instrução; 2 ( ) 1º grau completo;

3 ( ) 1º grau incompleto; 4 ( ) 2º grau completo;

5 ( ) 2º grau incompleto; 6 ( ) 3º grau completo;

7 ( ) 3º grau incompleto; 8 ( ) não declarada.

5 - Qual a sua formação profissional?

1 ( ) operário/indústria; 2 ( ) profissional liberal/autônomo;

3 ( ) funcionário público; 4 ( ) comerciante;

5 ( ) professor; 6 ( ) técnico;

7 ( ) dona de casa; 8 ( ) estudante;

9 ( ) empresário/indústria; 10 ( ) pescador/maricultor;

11 ( ) outra formação, qual?

6 - Você trabalha em quê?

1 ( ) operário/indústria; 2 ( ) profissional liberal/autônomo;

3 ( ) funcionário público; 4 ( ) desempregado;

5 ( ) professor; 6 ( ) aposentado/pensionista;

7 ( ) dona de casa; 8 ( ) estudante;

9 ( ) empresário/indústria; 10 ( ) pescador/maricultor;

11 ( ) técnico; 12 ( ) outra ocupação, qual?

7 - Qual a sua renda mensal (em salários)?

1 ( ) de 1 a 3 sm; 2 ( ) de 4 a 7 sm;

3 ( ) de 8 a 10 sm; 4 ( ) de 11 a 15 sm;

5 ( ) mais de 15 sm.

### III - Avaliação das preferências

8 - Onde você vai passear nos finais de semana e feriados?

1 ( ) praias, quais? 2 ( ) bares/restaurantes;

3 ( ) parques; 4 ( ) passeios de barco;

5 ( ) igreja; 6 ( ) quadras de esportes;

7 ( ) outras cidades; 8 ( ) outros, quais?

9 - Que tipo de atividade mais gosta de exercer ao ar livre?

1 ( ) pescar; 2 ( ) passear de barco;

3 ( ) fazer caminhadas; 4 ( ) montanhismo;

5 ( ) ciclismo; 6 ( ) natação;

7 ( ) mergulho; 8 ( ) outros;

10 - Qual o aspecto lhe é mais importante na escolha do local para a sua recreação?

1 ( ) qualidade da água; 2 ( ) qualidade do ponto de pesca;

3 ( ) locais para acampamento; 4 ( ) locais para barcos;

5 ( ) bons hotéis; 6 ( ) presença das florestas;

7 ( ) diversões noturnas; 8 ( ) outros;

11 - A quanto tempo você conhece a Porta da Galheta (de Porto Belo)?

1 ( ) menos de um ano; 2 ( ) de dois a cinco anos;

3 ( ) de seis a dez anos; 4 ( ) mais de dez anos.

12 - Como conheceu a Porta da Galheta (de Porto Belo)?

1 ( ) por indicação; 2 ( ) sozinho.

13 - Você visita com frequência a porta da galheta?

1 ( ) sim 2 ( ) não 3 ( ) às vezes

14 - Qual a frequência que você visita a Porta da Galheta?

1 ( ) todo final de semana/feriado; 2 ( ) de 15 em 15 dias;

3 ( ) uma vez por mês; 4 ( ) no verão;

5 ( ) outro, qual?

15 - Qual a finalidade das suas visitas na Porta da Galheta?

1 ( ) pesca; 2 ( ) praia; 5 ( ) outros

3 ( ) fazer trilha; 4 ( ) contemplação da natureza.

16 - Qual a distância que você percorre do lugar onde você está hospedado/mora até a Porta da Galheta?

